

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Francisca Marchiori da Luz

**Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as
Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e
entorno – Piauí, Brasil**

Rio de Janeiro

2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Francisca Marchiori da Luz

**Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as
Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e
entorno – Piauí, Brasil**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Ms. Lygia Maria Guimarães

Supervisora: Dr.^a Ana Stela de Negreiros Oliveira

Rio de Janeiro

2012

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato, Piauí.

L979s

Luz, Carolina Francisca Marchiori da Luz.

Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil/ Carolina Francisca Marchiori da Luz – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

174 f.: il.

Orientadora: Lygia Maria Guimarães

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Preservação. 2. Arqueologia. 3. Registro Rupestre. 4. Gestão. I. Guimarães, Lygia Maria. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 560

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Francisca Marchiori da Luz

Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação
do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em
Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2012.

Banca examinadora

Professora Ms. Lygia Maria Guimarães (orientadora)

Dra. Ana Stela de Negreiros Oliveira (supervisora) – Escritório Técnico do IPHAN de São
Raimundo Nonato, Piauí

Professora Dra. Renata Santos – PEP/MP/IPHAN

Professora Dra. Denise Maria Cavalcante Gomes – Museu Nacional/UFRJ

Agradecimentos

À minha família, em especial minha mãe Albertina Marchirori e a meu pai Orlando Sapelli, que me encorajaram a manter-me firme quando o cansaço parecia vencer. Amo-os, incondicionalmente.

Aos amigos queridos espalhados pelo Brasil da turma MP/PEP 2010, por todos os momentos que passamos perto ou distantes, mas sempre juntos.

À Ms. Lygia Guimarães, por desvendar os enigmas que o projeto propôs, pela dedicação e tempo disponibilizado para orientar e elucidar a trajetória da escrita desta dissertação.

À Dr^a Ana Stela de Negreiros Oliveira, pelo crédito, supervisão e auxílio na busca da documentação necessária para subsidiar a pesquisa nestes dois anos de prática profissional.

Ao técnico Tiago Ramires, pela ajuda e comprometimento em disponibilizar dados da superintendência do IPHAN no Piauí.

À Dr^a Niéde Guidon, que sempre disponibilizou seu tempo para atender meus questionamentos e angústias da gestão compartilhada.

À Equipe da FUMDHAM, em especial nas pessoas de Elizabeth Buco, pelos relatórios concedidos; Andréia Macedo, pelos mapas solicitados; aos técnicos da conservação Rogério de Oliveira Paes e Adelson dos Santos Miranda, pelos esclarecimentos. Sou imensamente grata pela paciência com que sempre me atenderam.

Ao chefe do ICMBio de São Raimundo Nonato, Fernando Augusto Tambelini Tizianel pelas permissões concedidas para vistoria dos sítios localizados dentro do Parque Nacional Serra da Capivara.

À Rosa Maria Gonçalves (Pró Arte/FUMDHAM) que disponibilizou tempo, livros e compartilhou idéias na elaboração do projeto. Ter conhecido você foi fundamental à minha integridade mental. Seu exemplo de dedicação e amor serve de lição para o mundo que anda tão hostil.

Ao querido amigo Juracir, motorista do Iphan, com quem vivi grandes aventuras pelo entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.

Aos companheiros do Escritório Técnico do Iphan em São Raimundo Nonato, Renata Bastos e Getulio Alípio, pela parceria, apoio e bons dias, mesmo quando os dias não eram tão bons.

À Ianthe Silva, por me adotar, me ouvir e discutir as angústias de práticas preservacionistas, acompanhadas sempre de cafés e cronogramas pendurados pelas paredes.

Sua amizade é para a vida inteira. Tenho tanto a te agradecer que não cabe aqui em um parágrafo.

Aos amigos Claudio Siqueira e Ieda Damaceno e ao pequeno Miguel. Desejo em triplo a felicidade e o carinho que vocês emanaram à mim.

Ao amigo Adolfo Yugi Okuyama, pela paciência em ouvir, pela ajuda com arquivos criptografados, câmera cedida para o campo, pelas discussões da preservação e pelos risos despertados no sufoco.

Ao meu Mestre, Alejandro Labale e sua companheira Ana Bueno, e a amiga de turma do MP/PEP 2010, Larissa Tollstadius, que sempre foram meu porto seguro na capital piauiense.

Ao amigo Bruno Bachmann, pelas cores nesse período distante, em que nossas conversas sempre terminavam quando o sinal do celular caía. A ti, todo amor que houver nessa vida.

Ao meu padrinho de coração, João de Araújo Vicente, pelas poesias, versos e prosas que mantivemos neste tempo à distância.

Aos queridos e estimáveis amigos-amores Luciana Marinho, Camila Bachmann, Marcia Bachmann, Luana Loth, Jussara Ferreira, Ivan Guilherme, Maria Amélia Pelizzetti, Thiago Bosco, Frank Vieira, Aniella Pukall, Maria Fernanda Borba, Jaqueline Fisher, Jackeline de Oliveira, Marcelo Garcia, Tiago Leal e a equipe Manoa, pelo exemplo que são pra mim, por todo incentivo e por compartilharem da idéia de quebrar mão de preconceitos é uma ação imprescindível para transformar nossa vivência em coletivo. Nem sempre são dragões os moinhos de vento.

À equipe do CEOPS/FURB, pelo aprendizado de anos atrás agora aplicado à prática, nas pessoas de Mario de Oliveira, Mario Tachini, Dirceu Luiz Severo, Júlio Refosco, Hélio Santos Silva e Marcos Rodrigo Momo, por também acreditarem que esta vivência seria possível.

À minhas inspirações Dr^a Beate Frank e Ms. Sueli Petry.

As pessoas que não me recordo o nome neste instante, mas que encontrei pelas cidades de São Braz do Piauí, Jurema, Brejo do Piauí e Coronel José Dias, que me receberam em suas casas e não hesitaram em nos acompanhar debaixo de forte sol, munidos de boas histórias, facão e água.

"Eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado. Mas o senhor vai avante. Invejo é a instrução que o senhor tem. Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas, é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito e não sabe, não sabe, não sabe!"

LUZ, Carolina Francisca Marchiori da. Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil. Dissertação do Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Preservação do Patrimônio Cultural, 180 f. Rio de Janeiro, 2012.

RESUMO

A questão que norteia esta dissertação teve como base o estudo das ações de preservação que foram financiadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (Iphan) no recorte temporal de 2001 – 2006, que considerou quatro projetos que contemplaram as iniciativas de proteção e de socialização, nos sítios de registro rupestre, localizados dentro do Parque Nacional Serra da Capivara Piauí, Brasil e seu entorno. O presente trabalho examina ainda o modelo de gestão compartilhada, adotado pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), em cooperação estrita com Iphan, no que cabe ao gerenciamento deliberativo do Parque e aos aspectos relativos à responsabilidade e à atuação de cada órgão, na preservação do acervo de registros rupestres nesta região. Discute como estes registros podem ser entendidos como documentos dos povos antigos, dentro do contexto do reconhecimento da história de ocupação do Sudeste do Piauí, onde se encontra o arsenal de informação sobre o universo pré-histórico do Brasil.

Palavras chave: Registro rupestre. Gestão. Preservação. Patrimônio Cultural.

LUZ, Carolina Francisca Marchiori da. Archaeological Sites of Rupestral Records. Shared Management and Iphan Preservation Actions at the Serra da Capivara National Park and surroundings, Piauí, Brazil. Dissertation to get the Professional Master's Degree in Preservation of Cultural Heritage through the National Institute for Historic and Artistic Heritage, 180 f. Rio de Janeiro, 2012.

ABSTRACT

The question that guides this dissertation was based on the study of preservation actions that were financed by The National Institute of Historical and Artistic Heritage (Iphan) from 2001 to 2006, the time frame in which considered four projects in the rock records sites located within the National Park Serra da Capivara, Piauí, Brazil and its surroundings in which acts of preservation and socialization were developed. This paper also examined the shared management model - adopted by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) and the Museum of the American Man Foundation (FUMDHAM) in strict cooperation with Iphan - which concerns the deliberative management of the Park and the many aspects of the responsibility and role of each organization in the preservations of the rupestral records in this region. Furthermore it is discussed how these records can be understood as documents of ancient peoples within the context of recognizing the history of Southeast Piauí's occupation, where we find an arsenal of information about prehistoric times in Brazil.

Keywords: Rock record. Management. Preservation. Cultural heritage.

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APN	Administração dos Parques Nacionais
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CONCULTURA	Departamento de Arqueologia do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes
COPEDOC	Coordenação de Pesquisa e Documentação
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DEPROM	Departamento de Promoção
DEPROT	Departamento Proteção
DID	Departamento de Identificação
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FNpM	Fundação Nacional Pró Memória
FUMDHAM	Fundação Museu do Homem Americano
GBST	Guia Brasileiro de Sinalização Turística
GIPRI	Grupo de Investigação de Arte Rupestre
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFRAO	Federação Internacional de Organizações de Arte Rupestre
IHAH	Instituto de Antropologia e História de Honduras
INAH	Instituto Nacional de Antropologia e História
INAPL	Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latino americano
INCA	Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organizações Não Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAR	Programa de Arte Rupestre
PARNA	Parque Nacional
PBPCAT	Plano Básico Patrimônio Cultural Acessível a Todos
PEP	Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio
PPA/RPA	Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SGPA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
SIARB	Sociedade de Investigação de Arte Rupestre da Bolívia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UC	Unidade de Conservação
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Localização dos Sítios da Região do Veredão	100
TABELA 2	Localização dos Sítios da Região do Serrote	119
TABELA 3	Localização dos Sítios da Região da Serra Vermelha	128
TABELA 4	Localização dos Sítios da Região do Boqueirão Grande	152
TABELA 5	Localização dos Sítios município de Jurema	154

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de localização Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil	90
Figura 2	Mapa de localização do sítio do Projeto Consolidação da Toca da Entrada do Pajauí	91
Figura 3	Mapa localização dos sítios do Projeto Patrimônio Cultural Acessível à Todos	92
Figura 4	Mapa de localização dos sítios do Projeto Prospecção, Conservação e Proteção de 24 sítios Arqueológicos do Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara	93
Figura 5	Mapa de localização dos sítios do Projeto de Prospecção Demarcatória de 34 sítios Arqueológicos do Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara	94
Figura 6	Mapa de localização dos sítios sem Acesso, Região Boqueirão Grande, Brejo do Piauí	95
Figura 7	Mapa de localização dos Sítios sem acessibilidade da Região da Jurema	96
Figura 8	Mapa de localização do Sítio sem acesso Toca do Buraco do Pajeú	97
Figura 9	Sítio Arqueológico Estevo I	102
Figura 10	Sítio Arqueológico Estevo III ou da Onça	104
Figura 11	Sítio Arqueológico Toca do Veredão II ou Juvenal	106
Figura 12	Sítio Arqueológico Veredão IV ou Macabeu I	108
Figura 13	Sítio Arqueológico Veredão VI ou Fidalgo I	110
Figura 14	Sítio Arqueológico Veredão VII ou Fidalgo II	112
Figura 15	Sítio Arqueológico Veredão VIII ou Macabeu II	114
Figura 16	Sítio Arqueológico Veredão IX ou Sobrado	116
Figura 17	Sítio Arqueológico Veredão X ou Pau D'arco	118
Figura 18	Sítio Arqueológico Toca do Serrote do Antero	121
Figura 19	Sítio Arqueológico Toca do Serrote do Julio	123
Figura 20	Sítio Arqueológico Toca do Serrote do Luiz	125

Figura 21	Sítio Arqueológico Toca do Serrote das Moendas	127
Figura 22	Sítio Arqueológico Caldeirão do Urubu II	130
Figura 23	Sítio Arqueológico Toca da Arapuca	132
Figura 24	Sítio Arqueológico Toca da Justa	134
Figura 25	Sítio Arqueológico Toca das Meninas	136
Figura 26	Sítio Arqueológico Toca do Caldeirão Raso	138
Figura 27	Sítio Arqueológico Toca do João Pimenta	140
Figura 28	Sítio Arqueológico Toca do Pedro Dias I	142
Figura 29	Sítio Arqueológico Toca do Prato	144
Figura 30	Sítio Arqueológico Toca do Satu I	146
Figura 31	Sítio Arqueológico Toca do Satu II	147
Figura 32	Sítio Arqueológico Toca da Baixa do Capim	149
Figura 33	Sítio Arqueológico Toca do Salitre	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
 CAPÍTULO 1	
O ACERVO CULTURAL RUPESTRE PRÉ-HISTÓRICO	20
1.1.Documentação e Proteção dos Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre no Brasil	22
1.2 Os Blocos Testemunhos Pré Históricos como Documento	26
 CAPÍTULO 2	
GESTÃO COMPARTILHADA: A EXPERIÊNCIA DA SUA APLICABILIDADE NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ, BRASIL.....	31
2.1 Política Pública e as Atribuições Preservacionistas	32
2.2 Políticas Públicas de Preservação no Brasil	34
2.3 Definições de Gestão e Gestão Compartilhada	37
2.4A Gestão Compartilhada Bipartite	39
2.5 Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM.....	42
2.6 Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade– ICMBio.....	47
2.7 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a trajetória da Arqueologia no Iphan	50
2.8 A trajetória do Iphan no Piauí	53
 CAPÍTULO 3	
AS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO IPHAN NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE REGISTRO RUPESTRE NA SERRA DA CAPIVARA	56
3.1 Consolidação Estrutural da Toca da Entrada do Pajaú.....	56
3.2 Patrimônio Cultural Acessível a Todos: Interpretação e Conservação dos Sítios Arqueológicos na Serra da Capivara	61
3.3. Prospeção demarcatória e proteção de 24 sítios arqueológicos no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara	64
3.4 Prospeção Demarcatória e Proteção de 34 Sítios Arqueológicos do Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara	67
3.4.1 A Denúncia da Destruição e a 1ª Vistoria Técnica do Iphan.....	68
3.4.2 O Retorno aos 34 Sítios de Registro Rupestre da área de Entorno	71
3.4.3. Análise Panorâmica dos Projetos de Proteção dos Sítios de Registro Rupestre	71

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	77
ANEXO I.....	83
ANEXO II.....	89
ANEXO III.....	98
ANEXO IV	157

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o trabalho final do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), transformado em Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, deveria atender ao item, previsto no 5º edital do programa referente à descrição da vaga que estava sendo oferecida, para o Escritório Técnico do Iphan de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí, que fora assim descrito:

Participação em atividades de promoção e educação patrimonial no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara; acompanhamento das ações educativas desenvolvidas pelo Escritório Técnico de São Raimundo Nonato; participação na avaliação da eficácia das ações educativas desenvolvidas pelo IPHAN e por outras instituições na região. (5º Edital PEP 2010).

Porém, ao longo da prática profissional no Escritório Técnico de São Raimundo Nonato, foi identificada pela Chefe da Unidade uma demanda mais urgente, diferente daquela proposta no edital. Esta nova demanda foi definida em consenso com a Superintendência do Iphan de Teresina, Piauí, e a Coordenação do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, vinculado à Coordenação de Pesquisa e Documentação (COPEDOC), subordinada ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF) do Iphan, no Rio de Janeiro, que a pesquisa e a prática profissional, para fins de conclusão do mestrado profissional, se detivessem na análise das ações de preservação, proteção, conservação e socialização do patrimônio arqueológico de registro rupestre, implementadas pelo Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno, localizados na cidade acima citada. Como último produto da prática profissional, foi então solicitada a elaboração de um diagnóstico que informasse a atual situação dos sítios que foram contemplados em projetos específicos, necessários à preservação da integridade física dos blocos testemunhos pré-históricos, o qual se encontra no Anexo III deste trabalho.

O Parque Nacional Serra da Capivara que pode ser visualizado na Figura 1 (p.90) foi criado e reconhecido como uma Unidade de Conservação no ano de 1979 através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e incluído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1991 na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade devido à importância dos inúmeros sítios arqueológicos de registro rupestres encontrados, que comprovam a antiguidade da presença

humana na região. Em 1993, através do Iphan, foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como Patrimônio Nacional, por constituir um testemunho excepcional de tradições culturais já extintas, como consta do Processo de Tombamento nº 1 322-T-92.¹

Sendo o Iphan o órgão federal que tem como função que lhe foi concedida através do Decreto-Lei 25 de novembro de 1937, identificar, proteger, promover e difundir o patrimônio cultural brasileiro e considerando a importância da coleção cultural objeto desta pesquisa, a presente dissertação tem como objetivo investigar a eficácia das ações realizadas pelo Iphan, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. Estas ações se deram em parceria com a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM, representante da sociedade civil, que foi selada pelo Termo de Cooperação Estrita, assinado entre as duas instituições, cuja finalidade principal é a preservação dos sítios arqueológicos de registro rupestre. Estes são considerados bens da União conforme o Artigo 20 da Constituição Federal e também segundo o Artigo 216 são bens que compõe o patrimônio cultural brasileiro, protegidos especificamente pela Lei Federal 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos pré-históricos.

A hipótese a ser verificada por meio desta pesquisa foi elaborada mediante a necessidade de se fazer uma avaliação das políticas públicas que vêm sendo empregada na área de preservação de patrimônio cultural no Parque Nacional Serra da Capivara, que possui como diferencial, instrumentos normativos compartilhados entre diferentes instituições. Esta discussão será apresentada no capítulo 2, no item “Políticas Públicas de Preservação”, questionando a eficiência do modelo de gestão adotado entre o Iphan, a FUMDHAM e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e as ações realizadas no âmbito da preservação na área estudada.

Considerando a problemática da gestão compartilhada *versus* os riscos eminentes de degradação aos quais os sítios arqueológicos estão expostos, *versus* a integridade a ser prolongada – GESTÃO x RISCO x INTEGRIDADE PROLONGADA - este trabalho buscou organizar de forma cronológica a atuação do Iphan, através dos projetos e ações de preservação, desenvolvidos no recorte temporal de 2001 a 2007, com o objetivo de identificar os procedimentos adotados e os custos dos mesmos. Como apontado anteriormente, a necessidade de saber se estas ações foram profícuas e em qual situação os sítios, que receberam recursos públicos, no período acima citado, se encontravam, imprimiram-se certa

¹Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro.

urgência na realização do diagnóstico. Para elaboração deste levantamento, solicitado pelo Escritório Técnico do Iphan de São Raimundo Nonato, foi necessário o retorno aos sítios escolhidos em consenso com a supervisora da prática profissional, chefe desta Unidade do Iphan nesta cidade, Ana Stela de Negreiros Oliveira.

Os novos objetivos da dissertação foram redefinidos em maio de 2012, quando houve uma reunião das três partes envolvidas, com o objetivo de rever a construção desta pesquisa, sendo estas a orientadora Lygia Guimarães, Professora do Mestrado Profissional-PEP/Iphan, a supervisora Ana Stela de Negreiros Oliveira e a acadêmica que assina este trabalho.

Cada objetivo específico, a ser alcançado com este trabalho, corresponde a um capítulo estruturado na ordem disposta a seguir.

A indicação sobre a importância dos registros rupestres, enquanto bem que testemunha a cultura do homem pré-histórico, presentes no acervo arqueológico existente nas regiões do Brasil e os esclarecimentos de como entender este acervo pré-histórico como um acervo documental que demanda de cuidados especiais devido à sua exposição ao tempo; estão contemplados no Capítulo 1.

O Capítulo 2 se encarrega de apresentar e discutir o modelo de gestão compartilhada que ocorre no Parque Nacional (PARNA) Serra da Capivara entre o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e o Iphan. No desenvolvimento deste capítulo busca-se ainda, elucidar e confirmar se este modelo de gestão, que ocorre entre estas instituições, almejando a preservação do acervo pré histórico existente na região, pode ser considerado, no campo do gerenciamento da preservação do patrimônio cultural, adequado e essencial para estender a vida deste bem cultural.

O Capítulo 3 vai elencar as ações financiadas pelo Iphan, no recorte temporal indicado acima, que em parte materializa o seu papel de gestor da preservação dos sítios arqueológicos de registro rupestre, existentes na Serra da Capivara e entorno.

A conclusão do presente trabalho é apresentada no texto das Considerações Finais, onde se buscou determinar os riscos eminentes nas áreas onde estão localizados os sítios de registro rupestre no Sudeste do Piauí, como também, os problemas que as instituições envolvidas na sua preservação se deparam e continuarão a se deparar se o processo de gestão de preservação não for bem estruturado e melhor compartilhado entre as instituições federais estaduais, municipais, sociedade civil. Neste sentido, este item faz recomendações a partir das práticas vivenciadas no decorrer do curso e principalmente, a partir da experiência adquirida

durante as visitas aos sítios determinados pela chefia da Unidade do Iphan, descritas no Anexo III.

Para que houvesse uma base de informações suficientes para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessária a coleta de dados que possibilitassem a obtenção de elementos e respondessem aos objetivos do trabalho. Por este viés se fez valer dos seguintes procedimentos:

- Análise bibliográfica de livros, teses, dissertações, artigos e publicações do Iphan referentes ao patrimônio representado pelos sítios arqueológicos de registro rupestre. Foram ainda estudados os autores que tratam das teorias da preservação e da conservação, como também, foi efetuada a leitura dos documentos que analisam o modelo de gestão compartilhada;
- Análise de documentos internos do Iphan, como memorandos, projetos e relatórios; consulta ao banco de dados institucional do Instituto, referente às fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) disponível na Internet;
- Questionários direcionados a algumas personalidades envolvidas diretamente nos projetos analisados nesta pesquisa, que tiveram como objeto a execução pelo Iphan de ações de preservação no Sudeste do Piauí;
- Sistematização das informações obtidas sobre os projetos realizados;
- Levantamento fotográfico e análise do material coletado durante a visita aos sítios que são objetos do trabalho;
- Prática profissional junto ao Escritório Técnico de São Raimundo Nonato, PI;
- Construção do texto da dissertação.

CAPÍTULO 1

O ACERVO CULTURAL RUPESTRE PRÉ-HISTÓRICO

Este capítulo aborda a relevância do universo dos registros rupestres pré-históricos sob a perspectiva de entendê-los como um bem cultural, enquanto documento que ajudam a elucidar a pré-história, através de fontes como as pinturas existentes nos sítios arqueológicos da Serra da Capivara, Piauí, Brasil.

Arte Rupestre, registro rupestre, arte parietal, grafismo, iconografia pré-histórica, seja qual for o termo adotado, todos dizem respeito às pinturas encontradas em grutas e cavernas e nos paredões rochosos, às vezes expostos a céu aberto. Através dos estudos desenvolvidos pela Arqueologia, concluiu-se que os materiais utilizados para colorir e fixar as pinturas se constituía de uma mistura de pó de rochas e ossos, carvão vegetal, látex de plantas e substâncias geralmente gordurosas, que serviam de base para uma combinação homogênea de cores, conforme MELLO (2012:4)². Esta mistura tem mantido as pinturas na superfície de seu suporte rochoso por milênios.

Dentre os autores da arqueologia percebe-se que não há um consenso nem uma padronização de termos nesta área. Cada qual utiliza o termo que melhor lhe cabe, conforme o sentido que deseja dar a sua pesquisa. Neste trabalho, optamos por utilizar o termo registro rupestre, ao invés da conhecida “*arte rupestre*”, devido ao cunho da pesquisa ser direcionada à preservação dos locais onde se encontram os suportes rochosos onde estão registradas estas pinturas. Em nenhum momento se desmerece seu valor estético ou artístico, mas sim se reconhece que não há somente um único valor que possa ser atribuído aos registros encontrados nos paredões rochosos do PARNA. Segundo o que diz Gabriela Martin que atua na região estudada há mais de 30 anos:

O termo "registro rupestre", definição que tenta substituir entre os arqueólogos a consagrada expressão "arte rupestre", pretende liberar da conotação puramente estética algo que, seguramente, é a primeira manifestação artística do homem, ao menos em grandes áreas geográficas onde a arte móvel em pedra e osso não aparece anteriormente às gravuras e pinturas rupestres. (MARTIN, 2005. p.11)

² Universidade de Brasília, Laboratório de Materiais e Combustíveis, Instituto de Química, P. Box. 4478, 70919-970, Brasília, DF, Brasil. INCT-Catálise.

Há duas origens para a etimologia da palavra *rupestre*. A palavra *rupestre* vem do Francês e que numa tradução aproximada para o Português significaria "*pintura sobre suporte rochoso*" e do Latim, *rupes*—*is* que remete a mesma significação da palavra francesa. Compreende-se assim, que todas as pinturas ou gravuras deixadas pelo homem em suportes fixos (paredes de abrigos, grutas, rochas) podem ser denominadas obras "*imobiliárias*", pois não podem ser transportadas, conforme explica Prous (1992:510), a não ser em casos de deslocamentos naturais ou retiradas pela ação do homem.

Ou seja, não necessariamente, a expressão "registro rupestre" nos remete apenas às pinturas pré-históricas, mas sim a qualquer desenho/pintura/inscrição, feitos sobre uma superfície constituída de algum material rochoso ou que represente semelhança parietal, não importando qual seja a técnica empregada e qual seja o tempo que eles existam.

Através dos estudos destes registros, deixados pelas sociedades pré-históricas, é possível analisar vários fatores que visam esclarecer como estes homens viviam. Amostras retiradas das pinturas e análise em laboratório juntamente com áreas afins da Arqueologia, como a Arqueologia Experimental, permitem desvendar quais misturas eram utilizadas para formar os pigmentos utilizados na produção dos registros, e com estas mesmas amostras é possível ser estimada a datação aproximada da sua existência nas rochas por técnicas como a do Carbono 14.³

Outras pesquisas transcorrem na busca de uma organização destas fontes únicas e procura-se por meio destas identificar, mapear e documentar o universo de representação do homem pré-histórico.

Segundo Prous (1992) e Beltrão (1978) os sítios arqueológicos encontrados no Brasil e que possuem gravuras e pinturas, não são descobertas de *merecimento* apenas do século XX:

As figurações rupestres são mencionadas desde o século XVI: o governador da Paraíba, Feliciano de Carvalho, encontrou em 1598 no rio Araçá gravuras rupestres cuja localização exata foi verificada recentemente. [...] na mesma época bandeiras paulistas encontravam a pedra dos Martírios em Goiás. Poucos anos depois o capuchino francês Yves d'Evreux reproduz o discurso de um pajé indígena que provavelmente faz referência a gravuras do Maranhão. Alguns painéis foram reproduzidos por naturalistas do início do século XIX. (PROUS, Arqueologia Brasileira. 1992 p.509.)

³Esta técnica, descoberta nos anos quarenta por Willard Libby, é aplicável à madeira, carbono, sedimentos orgânicos, ossos, conchas marinhas - ou seja, todo material que conteve carbono em alguma de suas formas, e o absorveu, mesmo que indiretamente, como pela alimentação com organismos fotossintetizantes da atmosfera. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carbono-14>. Acessado em 10/11/2012.

No Brasil, obtêm-se as primeiras informações sobre os registros rupestres ainda nos relatos de André Thevet, um francês da ordem dos franciscanos, que a convite de Nicolas Durand, também um francês e que possuía interesse em ter uma colônia no Brasil, o acompanhou nessa expedição como seu relator. Em um texto elaborado por Maria da C. de M. C. Beltrão⁴, consta um trecho do relato de Thevet quando chegou a Cabo Frio com os demais comendadores franceses interessados em situar uma colônia:

"(...) o morubixaba, que assim tratou a todos, conduziu os franceses até uma grande e comprida pedra, de cerca de cinco pés, na qual se viam sinais feitos por golpes de vergasta, ou bastonetes, ao lado da impressão de dois pés. Afirmando os silvícolas que esses sinais foram feitos pelo maior de seus caribas, tão reverenciado entre os índios quanto o é Maomé entre os turcos - o qual lhes ensinou o uso do fogo e o do plantio das raízes. Até então se alimentavam os selvagens exclusivamente de ervas e caças. Os silvícolas guardavam esta pedra como um grande e precioso tesouro (Singularidades da França Antártica, 1557 In: Beltrão, 1978).

Apesar das pesquisas arqueológicas no Brasil terem tido um grande impulso a partir da década de 1970, através do que escreveu Prous, poder-se-ia prever que muitos sítios ainda seriam encontrados em território brasileiro, como no sul, norte e nordeste, atribuindo aos viajantes o pioneirismo do desbravamento arqueológico.

1.1. Documentação e Proteção dos Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre no Brasil

Neste item será apresentado o mapeamento das áreas de potencial arqueológico no Brasil, publicado no diagnóstico realizado pelo ICOMOS tendo como objetivo demonstrar a real situação dos sítios de registro rupestre em território brasileiro, principalmente nas regiões centrais e nordeste do país, que contabilizam um número considerável de mais de 1000⁵ sítios de arte rupestre, registrados e identificados pelo Iphan. A parte do documento do ICOMOS

⁴Maria C. de M. C. Beltrão é PhD em Antropologia (Arqueologia) e PhD em Geologia pela UFRJ; Coordenadora Científica do CNPq desenvolvendo trabalhos de pesquisa no âmbito do Projeto de Itaboraí desde 1970 e do Projeto Central desde 1982. Foi Coordenadora pelo Brasil, da Missão Franco-Brasileira que pesquisou, em Lagoa Santa, de 1970 até 1977. É Membro Vitalício do Conselho Permanente da "Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques" (UNESCO) desde 1966 e do Conselho Permanente da Association Internationale pour l'Étude de la Paléontologie Humaine (UNESCO) desde 1985. Membro (Regular Member) da Society for American Archaeology desde 1980. É Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro atuando como sua representante junto ao Conselho de História do Museu Histórico Nacional desde 1998

⁵Dado que consta no relatório elaborado pelo ICOMOS no ano de 2006. Este número atualmente ultrapassa 20 mil sítios cadastrados junto ao Centro Nacional de Arqueologia – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

que se refere à “Arte Rupestre no Brasil”, elaborada pelo pesquisador e arqueólogo André Prous e pela arqueóloga Niéde Guidon, serviu de base para a elaboração deste texto.

O International Council on Monuments and Sites – ICOMOS, é uma organização ligada à UNESCO, que foi criada no ano de 1964, durante um congresso realizado em Veneza, do qual resultou a Carta de Veneza, que explicita os princípios que salientam e dão suporte às ações de restauro em bens patrimoniais. O Conselho atua junto à UNESCO, fazendo recomendações, a partir de estudos, de bens culturais que são portadores de potencial e valor cultural universal para serem reconhecidos como Patrimônio da Humanidade.

A convenção da UNESCO em 1972 sobre Patrimônio Cultural definiu em seu artigo primeiro, sobre o valor universal excepcional, os bens patrimoniais que se caracterizam por:

Os locais de interesse – obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural (1972 Artigo 1º).

Definido pelo ICOMOS apud Münchau⁶ (2007) o valor “universal” é dado por:

The definition of “universal” in the phrase “outstanding universal value” requires comment. Some properties may not be recognized by all people, everywhere, to be of great importance and significance. Opinions may vary from one culture or period to another. As far as cultural property is concerned, the term “universal” must be interpreted as referring to a property which is highly representative of the culture of which it forms part.

Deve-se entender, de acordo com as citações mencionadas, que o valor universal não agrega ao bem o valor de representatividade de todas as culturas, mas sim em específico ao qual ele está inserido, que se torna respeitável, porém, quando reconhecida sua importância junto ao contexto em que foi produzido. O que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados, reforça UNESCO⁷ em suas linhas de atuação.

Ainda de acordo com as informações apresentadas, podemos estabelecer as principais zonas de potencial arqueológico de sítios de arte rupestre baseando-nos principalmente em

⁶ Melanie Münchau. Evaluating the Invaluable? Rock art in the context of World Heritage nominations. 2007, pg 139.

⁷ <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>

dois critérios básicos: 1-as características arqueológicas dos sítios de arte rupestre, e 2- as condições de gestão/conservação atual dos sítios.

Os principais sítios estudados por arqueólogos nos últimos trinta anos, que caracterizam zonas de potencial arqueológico de sítios de arte rupestre localizam-se nos Estados de: Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Amazônia, Pará, Roraima e Piauí.

Todas essas áreas estudadas nos últimos trinta anos caracterizam-se como zonas de potencial arqueológico de sítios de arte rupestre, devido suas características já identificadas e pelas pesquisas e estudos que ainda devem ser ali realizados ou pela fragilidade no processo de gestão e conservação instituído atualmente.

Verifica-se que algumas dessas áreas foram transformadas em unidades de conservação de uso sustentável, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado através da Lei Nº 9.985/2000, como no caso da Região Serranópolis: sítios Barreiro do Cedro (Goiás), dos sítios de Iraquara (Bahia), “Ferraz Egreja” (Mato Grosso), Lagoa Santa (Minas Gerais), entre outros sítios. Nestes casos, a elaboração do Plano de Manejo da Unidade deve contemplar alguns aspectos e critérios referentes à gestão e à conservação desses sítios, bem como, promover a participação da comunidade na elaboração dos estudos e no processo de gestão da área.

A Lei Federal de 1961 declara que todos os sítios arqueológicos e de arte rupestre são considerados patrimônio nacional. A dispersão destes sítios em território brasileiro, muitas vezes inacessíveis, e os recursos limitados do Órgão de proteção federal responsável (Iphan) não têm permitido uma preservação eficaz, mas sim somente, algumas ações pontuais.

Alguns conjuntos de áreas com potencial de pinturas rupestres têm se transformado em Parques Nacionais, como o Parque Nacional Serra da Capivara, ou ainda parques estaduais (Unidades de Conservação de Proteção Integral, aberto à visitação, conforme previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC). Mas apenas alguns poucos foram preparados para receber turistas. De maneira geral, essas áreas carecem de uma efetiva cooperação entre o IBAMA (responsável pela administração dos parques) e o Iphan (responsável pelos sítios arqueológicos). A proteção é ilusória nas regiões de preservação ecológica simples (a exemplo das APAs). A situação é um pouco melhor quando os próprios proprietários ou as Organizações Não Governamentais (ONGs) são responsáveis por administrar as reservas privadas. O estado de Minas Gerais promulgou uma legislação que

prevê benefícios fiscais municipais aos que protegem os sítios localizados em suas propriedades, procurando assim despertar o interesse das autoridades e proprietários locais.

Os resultados ainda são ambíguos porque, nestes casos, os recursos não são obrigatoriamente/necessariamente investidos na proteção do próprio sítio arqueológico.

No campo da conservação cabe observar ainda que poucas pessoas receberam treinamento específico. Na maioria dos casos, as ações realizadas nesta linha de atuação, como a capacitação, são da iniciativa privada e estão sujeitas à aprovação do Órgão de Proteção Federal responsável. A conservação dos sítios também depende de três fatores: se possui quartzito, arenito ou calcário; se é mais ou menos compacto; ou se é homogêneo. A conservação varia também, devido à exposição à luz natural e ao tempo, ou mesmo à inundações periódicas (blocos gravados nos leitos dos rios), à antiguidade, à profundidade das linhas gravadas, entre outros. Em áreas de agricultura, os sítios são muitas vezes prejudicados pela pecuária. Cidades próximas aos sítios exercem muita pressão por causa do turismo descontrolado; algumas cavernas são locais de peregrinação. Somente sítios de alguns parques bem supervisionados, muito isolados, ou guardados por nativos das comunidades, são relativamente intactos. Portanto, há um longo processo de sensibilização da população a ser feito.

Nesse sentido a interação com a comunidade do entorno é primordial para que o sucesso da gestão dessas áreas seja alcançado. Com relação à gestão dessas áreas, o que costuma acontecer é uma transferência de responsabilidades entre diferentes órgãos da esfera federal (Iphan, IBAMA, ICMBio). A gestão, que poderia ou deveria ser compartilhada com outras instituições da sociedade civil, muitas vezes recai somente sobre os órgãos federais.

O Iphan dispõe de milhares de fichas e informações sobre essas áreas, mas identificar e quantificar os sítios de arte rupestre obrigaria a realização de consultas a outros órgãos e do registro de um por um. As fichas não têm elementos gráficos de descrição. Este tipo de organização dos dados, também, não possui arquivos fotográficos, embora as descrições sejam ilustradas nos relatos apresentados por arqueólogos e mantidos pelo Iphan. Este banco de dados, que absorve as informações de identificação dos sítios, ainda estava sendo implantado quando o ICOMOS realizou o seu diagnóstico. Desta forma, ter todas as informações cadastradas, num futuro próximo, deverá produzir um instrumento de trabalho mais eficiente.

A documentação arqueológica, que faz referência e inventaria os sítios arqueológicos de registro rupestre no Brasil, foi publicada por diversos pesquisadores e suas instituições de ensino e pesquisa, como os documentos da missão franco-brasileira de Minas Gerais e Piauí, no ano 1979 à 1980; do Instituto Anchietano de Pesquisas; do Museu Arqueológico de Xingó; do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB); e do Museu Goeldi. Numerosas monografias de mestrado e teses de doutoramento sobre arte rupestre têm surgido nos últimos anos nas universidades brasileiras.

O número de sítios e as condições de preservação variam amplamente no território brasileiro. A ação dos chamados “Serviços do Patrimônio”, como museus, arquivos, empresas privadas que atuam na área da preservação e os serviços executados pelos arqueólogos e por várias ONGs, estão começando a dar frutos e é provável que os sítios que estejam sujeitos a fatores de risco, em breve, também serão reconhecidos e protegidos pela população como estes outros *"lugares da memória"*.

Atualmente tomamos os registros pré-históricos como uma herança que está sob uma ameaça constante de desaparecimento. Expostos às forças naturais e à degradação humana, sua permanência depende única e exclusivamente dos cuidados adotados na preservação deste acervo tão delicado, único e expressivo. No texto que se encontra no Anexo V desta dissertação, apresenta-se o diagnóstico elaborado pelo ICOMOS, especificamente em sítios de registro rupestre, da América Latina e Caribe, com a colaboração de pesquisadores que vêm desenvolvendo e consolidando ações de gestão do patrimônio arqueológico nestas regiões.

1.2 Os Blocos Testemunhos Pré Históricos como Documento

Conhecer o patrimônio cultural, através de fontes documentais, estudos e pesquisas, com o objetivo de responder a questionamentos sobre o passado, visando principalmente o entendimento sobre nossas origens torna-se uma tarefa por vezes árdua. Os sinais que nos ficam de herança de um tempo que não vivenciamos permitem a compreensão de nós mesmos, das sociedades que nos precederam, assim como, dos espaços a que pertencemos e do papel que desempenhamos na história.

A proposta de tratar os registros rupestres como documento levou em consideração, neste trabalho, as análises sobre o valor do documento discutido pelo historiador Jaques Le

Goff; as teorias das pesquisadoras Niède Guidon, Anne Marrie Pessis e Gabriela Martin e do pesquisador arqueólogo André Prous, que participam dos estudos do acervo de pintura rupestre da Serra da Capivara, no sudeste do Piauí, desde o início das pesquisas, na década de 1970.

A partir do que Le Goff referencia sobre os conceitos de monumento e documento é possível afirmar que estes confirmam a existência do passado. Conforme o autor “*O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos* (Le Goff, 1994:536).

Por este viés os registros rupestres encontrados na Serra da Capivara podem ser considerados documentos, que por sua vez, podem transmitir informações, que acabam sendo *espetacularizados* como monumentos da cultura pré-histórica.

Não existe investigação sem objeto, assim como não há respostas sem fontes. Para a Arqueologia a busca pelo conhecimento da vida pré-histórica se dá somente através da herança que nos foi deixada. Diz:

A aceleração da história, por outro lado, levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes; daí o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memória e recordações, o prestígio da noção de patrimônio. (LE GOFF, 1994 p. 220).

Não há como reconstruir a história sem documento. Na ausência destes, o pesquisador procura investigar fábulas, contos, sonhos, mitos, pois onde quer que seja que tenha havido a passagem do ser humano, há rastros da sua trajetória. Onde o homem passou, deixou marcas da sua vida e da sua inteligência, e neste sentido, Le Goff (1994:98) complementa: *Não há história sem documentos, há que tomar a palavra "documento" no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira.*

Podemos considerar como elementos formadores da memória toda a “arte” e vestígios; todos os artefatos e objetos que foram utilizados por grupos humanos no decorrer de sua presença em determinado espaço territorial e temporal. É o que acontece com os registros rupestres enquanto imagem, sendo possível articular todo um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e idéias, tanto no sentido material quanto no simbólico, que indicam um reflexo do cotidiano vivido. É possível, ainda, se extrair informações para

construir teorias que possam remontar uma história desconhecida, pois as etnias que produziram esses registros rupestres não existem mais.

Para Pessis (2003:37) os registros rupestres pré-históricos são, também, tratados como fontes documentais. Não são apenas pinturas, ou *vestígios deixados pelo acaso*, como enterramentos ou restos de fogueiras fossilizadas pela ação do tempo. Trata-se de um registro, não necessariamente deixado a nós, mas sim, que no momento em que foi produzida, a superfície parietal da rocha era o seu lugar. Talvez pela percepção da durabilidade de retenção daquele suporte e, principalmente, por ter algo a “registrar”; ou pelo simples fato de não possuírem outra superfície que fosse viável para a prática das pinturas. Em referência à discussão de atribuir valor simbólico e identificar as etnias que as produziram, esclarece Martin (2005:231) que *cada vez mais precisamos pesquisar nas áreas arqueológicas, com alta concentração de registros rupestres, o contexto arqueológico que as acompanha, como forma de identificar os grupos étnicos aos quais pertencem*.

Esse *contexto arqueológico* ao qual a autora se refere, são justamente os demais vestígios que devem ser levados em conta na pesquisa arqueológica, pois os estudos que regem um sítio arqueológico de registro rupestre levam em conta vários fatores além das pinturas. Todo o entorno do sítio que possui pinturas é prospectado e quando encontrado vestígios líticos ou cerâmicos, a área é escavada em busca de mais informações que possam identificar o grupo ou os grupos que se estabeleceram naquela área e em que períodos estratigráficos distintos. Porém é todo este conjunto que contém o arsenal de informação sobre o universo pré-histórico no Brasil, especificamente na região da Serra da Capivara, que está ameaçada de degradação, pela própria ação dinâmica do tempo, conseqüentemente, poderá acarretar na redução temporal da sua existência física.

É possível compreender através da perspectiva que Le Goff apresenta que os fenômenos arqueológicos, como no caso das pinturas, possuem diferentes níveis de informação, as quais podem ser divididas em grupos referentes à sua procedência, como, temática, técnica, estética, espaço, mas que a todo o tempo buscam-se os “inícios”, “meios” e “fins”. Procura-se compreender o sentido dos vestígios para recriar-se uma memória coletiva.

É possível, através dos estudos interdisciplinares realizados pela Arqueologia, sobre as pinturas nas rochas, caracterizá-las como:

- Testemunhos etnológicos

Surgida entre as décadas de 50 e 60, nos Estados Unidos, a Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual, desvinculava a Arqueologia de disciplinas auxiliares como a Antropologia ou a História. Dentro deste campo, surge a Etnoarqueologia que segundo Binford *apud* Netto (2001:12) *buscavam-se metodologias que viabilizassem interpretações [...] ou potencial de verdade através da utilização de padrões comportamentais documentados.*

- Testemunhos Estatísticos

Caracterizar os registros rupestres como testemunho estatístico, segundo Netto (1994:62), seria levar em conta as pequenas variações [...] *dos princípios técnicos, estatísticos, estilísticos e associativos como uma forma de identidade local das pinturas.*

- Testemunhos Cronológicos

Os dados cronológicos levam em conta as datações dos sítios e de seus vestígios tornando-se assim, uma informação primordial para identificar os grupos étnicos onde se tem a dimensão cronológica cultural de surgimento do fenômeno, conforme Netto (2001:47).

- Formas de representação e comunicação

- Processo de desenvolvimento das formas e das faculdades estéticas humanas, segundo Netto (2001:69)

Este último item desperta a curiosidade e altera os ânimos dentre os estudiosos da arqueologia que pesquisam os registros rupestres. Há inúmeras fontes que tratam sobre este desenvolvimento das habilidades artísticas e estéticas humanas, e não há dúvidas que os registros rupestres, podem e devem ser considerados esteticamente como arte, se este for o olhar que o pesquisador deseja atribuir ao seu objeto de estudo.

Através destas informações obtidas por meio de pesquisas, é possível mapear e buscar a compreensão da dinâmica vivenciada pelo homem que estava estabelecido na região, em um tempo desconhecido da nossa realidade. Identificadas as categorias acima citadas, pode-se, então, esclarecer e informar sobre as tradições as quais pertencem; estimar suas datações e verificar a composição dos materiais utilizados na pigmentação destas pinturas que resistem há tanto tempo sobre as rochas. Ainda citando Martin:

Somente depois desta identificação poderemos falar de arte rupestre deste ou daquele grupo, que viveu em determinado período de determinada área, em determinadas condições de sobrevivência, configurando-se assim, a “história” de um grupo humano nos seus diferentes aspectos ecológicos, nos quais entrarão também

os espirituais e estéticos, caso o registro arqueológico nos permita a chegar ao seu mundo simbólico. (MARTIN, 2005 p.231).

Foram identificadas, através dos arquétipos das imagens encontradas e também pelo modo como estas interagem entre si, o que se solidificou junto à arqueologia brasileira, o uso do termo *tradições rupestres*. De acordo com que escreve Martin:

As tradições rupestres do Brasil não evoluíram por caminhos independentes, mas seus grupos étnicos aos quais pertencem, provavelmente, muitas vezes mantiveram contatos entre si, produzindo-se a natural evolução no tempo e no espaço que nos obriga a estabelecer as subdivisões pertinentes. (MARTIN, 2005 p.242)

Na Serra da Capivara, especificamente, se sobressaem às pinturas de Tradição Agreste e Tradição Nordeste, assim identificadas pelas pesquisadoras N.Guidon e A. Pessis.

Para cada tradição, ou se for o caso da existência de uma sub-tradição, é possível distinguir-se diferentes estilos que são estabelecidos a partir de particularidades que se manifestam no plano da técnica de manufatura gráfica e pelas características da apresentação gráfica da temática.

Na Tradição Agreste se reconhece as imagens de antropomorfos e nota-se uma escassez de figuras de animais, geralmente sem movimento aparente. Ou seja, são figuras que não representam cenas dinâmicas, são imagens estáticas. Os traços são mais grosseiros e muitas vezes não é possível para nossa visão e percepção estética moderna identificar o que representa a imagem.

As cenas pertencentes à Tradição Nordeste possuem um alto grau de dinamismo, sendo quase possível imaginar-se diante de um filme pré-histórico. São cenas de caça, de rituais, de sexo, de nascimento, danças, animais e antropomorfos enfeitados e adornados que parecem caracterizar a rotina dos povos autores destas imagens. Diversos estudos são feitos a partir desta tipologia de Tradição, como pesquisas referentes aos rituais pré-históricos, cerimônias, danças e lazer.

Percebe-se que todos os itens, etnológicos, cronológicos e estatísticos apontados por Netto são importantes e levados em conta para distinguir as Tradições e identificar os grupos étnicos autores dos registros, desvendando, também, parte do mistério que envolve os pigmentos pré-históricos. Este é o viés do desafio da preservação dos registros rupestres pré-históricos: promulgar a sua difusão, mediante ações de proteção e consequentemente, garantir que seja prolongada a sua existência, tanto para que as gerações futuras tenham acesso ao

acervo original, *in loco*, expostos nas rochas, quanto para que se dê continuidade às pesquisas e à promoção do conhecimento arqueológico que envolve os povos antigos.

CAPÍTULO 2

GESTÃO COMPARTILHADA: A EXPERIÊNCIA DA SUA APLICABILIDADE NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ, BRASIL

A gestão do patrimônio arqueológico, que abrange os sítios de registro rupestre, é um tema que demanda uma atenção urgente em nosso país, por ser constituído de um acervo tão delicado e por estar exposto a riscos derivados das condições físicas do suporte e das intempéries locais. O território brasileiro é muito vasto e os registros rupestres são encontrados nas quatro regiões do país como apresenta o documento do ICOMOS citado no capítulo I deste trabalho.

A questão principal que norteia este trabalho aborda a gestão do Patrimônio Arqueológico e analisa a hipótese levantada para esta pesquisa, referente à aplicabilidade de políticas públicas no Parque Nacional Serra da Capivara, que resultaram no modelo de gestão compartilhada, consolidada entre ICMBio e a FUMDHAM, juntamente com o Iphan, na preservação dos sítios de registro rupestre.

Faz-se aqui uma breve síntese conceitual do que são políticas públicas e de como avaliá-las e articulá-las com as políticas públicas de preservação, para então tratarmos da gestão compartilhada e detalhadamente das competências de cada órgão envolvido neste modelo.

Como base teórica para tratar a gestão compartilhada, tema pouco trabalhado ainda em âmbitos acadêmicos, utilizou-se a dissertação "*Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*", que resulta do Mestrado Profissional da arqueóloga do Iphan, Maria Lúcia Pardi, e o trabalho final de mestrado de Márcio Reinaldo de Lucena Ferreira, da Universidade Federal da Paraíba, "*Gestão Compartilhada e Cidadania: Um Estudo da Experiência do "Pacto do Novo Cariri"*".

Este capítulo pretende ainda, descrever de forma sucinta, como se dá a aplicabilidade do modelo de gestão estudado por Ferreira, identificado como o modelo que vem sendo usado por instituições governamentais, sociedade civil e atualmente, também, pela iniciativa privada. Este modelo de gestão contribui para que os atores compactuem entre si para a promoção da preservação dos sítios de registro rupestre no PARNA da Serra da Capivara no Piauí.

2.1 Política Pública e as Atribuições Preservacionistas

Não há como ir ao foco principal desta pesquisa sem permear pela definição de Políticas Públicas e suas atribuições. Segundo Teixeira, as políticas públicas se definem por serem:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Os anos 90 no Brasil ficaram marcados pelo asteamento da bandeira da descentralização que consistia em uma estratégia de gestão e execução de políticas de forma a privilegiar a proximidade entre os executores e o público alvo atendido. Devendo promover assim, uma maior autonomia nos órgãos gestores locais, contrapondo-se a um modelo de gestão centralizadora e desta forma dividindo de certo modo as competências do Estado. (LUZ, 2008:54)

É neste ponto que entram as políticas públicas, que promovem os processos de transferências da autoridade e do poder de decisão de autarquias elevadas para instâncias menores, como é o caso das Superintendências e os Escritórios Técnicos do Iphan, no Brasil.

Muniz e Gomes (2002) definem os objetivos das políticas públicas como sendo dois:

A forma pela qual uma demanda se transforma numa proposta de ação e de registro na agenda de decisões de um Governo; e a prática que é a forma pela qual os diferentes atores se inter-relacionam, formulam seus problemas, exigem soluções, instrumentam e materializam a política. (MUNIZ E GOMES, 2002 p.85)

Desta maneira, torna-se palpável a implementação das políticas públicas através da elaboração de objetivos a serem alcançados, incluindo a estratégia de ação desejadas, num processo de decisão política, *construído socialmente, de acordo com os interesses dos segmentos envolvidos* (Muniz e Gomes. p. 86). Anterior à aplicação de uma política pública é necessário elaborá-la para então ter objetivos claros e alcançáveis. A estratégia é a forma de atingir estes objetivos. A preservação das pinturas rupestres é uma meta do governo através do Iphan; a preservação do parque é a meta do ICMBio. A FUMDHAM almeja praticamente alcançar as duas metas, pois seu alvo também é a preservação do patrimônio arqueológico e a conservação do meio natural do PARNA. A gestão compartilhada é uma das estratégias utilizadas para alcançar a meta. Como diz Teixeira (2002:2), *as políticas para serem públicas precisam considerar a quem estão destinados os resultados ou benefícios e deve sempre ser submetido ao debate público*.

Através do que Muniz e Gomes sugerem, podemos citar o caso da guarda compartilhada que ocorre em ambitos de gestão do Parque Nacional Serra da Capivara, onde o processo “*de acordo com os interesses dos segmentos envolvidos*” engloba três distintas instâncias (ICMbio, FUMDHAM e Iphan) que se diferenciam por atuarem de maneira efetiva de acordo com seus próprios regimentos e normas, com o intuito de alcançarem o intersector comum: a preservação da área do PARNA e de seu entorno. Uma vez que a preservação ambiental feita pelo ICMbio implica diretamente na preservação dos sítios de registro rupestre que são indissociáveis do meio natural, resultando em uma melhor conservação dos sítios de registro rupestre e possibilitando a continuidade das pesquisas feitas pela FUMDHAM.

Com intuito de avaliar a política pública de preservação que se desenha em torno da reconhecida Serra da Capivara através do modelo de gestão compartilhada adotado para a sua preservação, pretende-se demonstrar com este capítulo, as distintas possibilidades de atuação que se tem sobre o PARNA e seu entorno, estabelecendo as prováveis implicações da forma como atuam os órgãos gestores envolvidos, desta forma apontando as diretrizes e competências de cada um bem e os resultados e os impactos alcançados neste processo de gestão.

Para Fiscarelli e Souza (2007:161), *avaliar uma política pública implementada visa colher dados com o fim específico de fornecer informações sobre um objeto que esta sendo avaliado, tendo em vista decisões a ele relacionadas*. Estaríamos aqui, avaliando como se dá o processo de preservação que resulta em uma melhor conservação dos sítios arqueológicos

de registro rupestre através dos *dados* que os autores Fiscarelli e Souza referenciam para análise do objeto a ser estudado. *Dados* estes coletados e observados durante os dois anos da prática profissional, junto ao Escritório Técnico, e da vivência com os órgãos gestores, neste período, bem como, o retorno aos sítios arqueológicos, objeto de campo desta pesquisa, que receberam incentivos públicos financeiros para sua preservação.

Prosseguem, ainda, os autores citados: *avaliar políticas públicas consiste em avaliar os diversos processos desencadeados entre a tomada de decisão, sua implementação, execução, resultados e impactos produzidos*. Aspectos estes que serão descritos no capítulo 4 desta dissertação, onde, efetivamente, será apresentado o levantamento das ações e as considerações sobre a eficiência destas.

2.2 Políticas Públicas de Preservação no Brasil

No ano de 2012 o Iphan juntamente com o Ministerio da Cultura lança o livro da autora Paula Porta, com o título *Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados*. A obra trata da compilação e da análise da Política Nacional de Patrimônio Cultural e abarca toda a trajetória, sucessos e insucessos de sua implementação entre os anos 2000 a 2010. A publicação visa atender as necessidades de: *integrar o conhecimento e a compreensão das diretrizes da Política Nacional de Preservação de Patrimônio; mediar o dialogo entre os órgãos gestores em locais com potencial para o reconhecimento de bens materiais ou imateriais como patrimônio cultural; socializar as informações e o conhecimento produzido em âmbitos culturais; e promover uma fiscalização mais atuante das ações de preservação cultural, efetuadas com recursos públicos ou privados*, Porta (2012:8).

Com a vasta imensidão do território brasileiro e do rico potencial que o Brasil apresenta em sua constituição cultural pouco homogênea, tornou-se necessário dialogar com outras autarquias e órgãos gestores federais, estaduais e municipais, para que a política de preservação no Brasil fosse insituída de maneira que a sua implantação se tornasse um processo social e coletivo.

Porta (2012:15) indica quatro diretrizes básicas da política de preservação, sendo:

- Participação social;

- Reinserção dos bens protegidos na dinâmica social;
- Qualificação do ambiente em que estão inseridos os bens culturais;
- Promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural.

Trazendo as linhas gerais desta política de preservação para mais próximo do patrimônio arqueológico, objeto desta dissertação, é possível compreender através do que caracteriza Porta (2012:58) que a *Arqueologia é um setor da política de preservação que ainda está iniciando seu processo de atualização*. E ressalta ainda a autora que:

O ponto de reformulação da atuação do Iphan no campo da Arqueologia é o alinhamento dessa área importante do patrimônio cultural com as diretrizes da política nacional de preservação, ou seja: ampliar seu papel como fator de compreensão dos processos históricos-sociais, fomentar a participação social nas ações de preservação, facilitar o acesso público ao patrimônio arqueológico e estimular o desenvolvimento e a qualificação dos contextos de maior ocorrência do patrimônio arqueológico. (Porta, C. 2012 p.62).

Quanto à primeira diretriz da política pública de preservação, a *participação social*, esta é considerada pela autora citada, como a principal linha de atuação que norteia as ações do Iphan devido ao seu forte poder de sensibilização que pode despertar junto a sociedade, sem ser apelativa, mas sim demonstrando a importância da participação da sociedade em ambitos preservacionistas. Pode-se dizer que as comunidades existentes nas áreas de entorno **mais próximas** do PARNA, hoje se encontram inseridas e atuantes na promulgação da política de preservação. São comunidades que através do turismo cultural obtém sua subsistência. Exemplo disso é a Comunidade do Barreirinho, onde se situa a reconhecida Cerâmica da Serra da Capivara. Ou então o povoado do Sitio do Mocó que oferece hospedagem e alimentação nas proximidades do parque. Estas comunidades também possuem representantes no conselho consultivo, juntamente com os demais órgãos envolvidos, citados acima.

Quanto à segunda diretriz exposta, a *reinserção dos bens protegidos na dinâmica social*, ou seja, os usos sustentáveis possíveis de se fazer dos bens patrimoniais, nota-se que apesar de haver um esforço grande das instituições de preservação envolvidas, as comunidades mais distantes da área do PARNA e menos favorecidas pelo desenvolvimento que o turismo cultural proporciona, não se incluem nesta categoria de *reinseridas*. Há também parte da população que teve que deixar suas terras devido à criação da Unidade de Conservação, e

muitos ainda esperam, há mais de 30 anos, a indenização da União, - na maioria dos casos, devido à falta de documentação que comprove a posse da terra. Porém como ressalta Porta (2012:18) *restabelecer a função social de um bem, é, de modo geral, uma tarefa complexa.*

Por outro lado, como já dito, no esforço de aproximar a sociedade local do patrimônio que lhes pertence, ações de educação patrimonial pontuais são realizadas; projetos de socialização e difusão dos sítios foram e ainda são elaborados; materiais como cartilhas e folders de difusão do patrimônio arqueológico local foram publicados e entregues as escolas dos municípios ao qual o PARNA pertence.

A terceira linha de atuação da política pública de preservação no Brasil, a *qualificação do ambiente em que estão inseridos os bens culturais*, refere-se à conservação e à preservação do bem patrimonial qual esclarece que estas ações estavam restritas aos órgãos de preservação por muitas décadas. Neste quesito, como será demonstrado no texto mais adiante, a parceria entre ICMBio, FUMDHAM e Iphan atuade forma eficiente, dentro das possibilidades e dos recursos que possuem. Essa formação tríade, envolvendo os três segmentos, desenvolve na região trabalhos de preservação, conservação e monitoramento das áreas de potencial arqueológico, inaugurando uma parceria no processo de intervenção em áreas de patrimônio cultural tombado.

A *promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural*, quarta diretriz indicada por Porta, implica diretamente no desenvolvimento social e econômico local por meio dos usos do patrimônio. O reconhecimento que a Serra da Capivara passou a ter após receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e logo em seguida ser reconhecida como Patrimônio Nacional, implicou em uma visibilidade que foi além do nosso continente.

O turismo cultural promoveu grandes mudanças na sociedade local. Mais de setentas pessoas foram capacitadas para guiarem os turistas através do PARNA. Houve melhorias nos quesitos de hospedagem e restaurantes. Até mesmo instituições de ensino, como Instituto Federal do Piauí, passaram a oferecer cursos técnicos e profissionalizantes nas áreas de gastronomia e hotelaria.

A região, devido a seu arsenal arqueológico pré-histórico, conta também, com um pólo da Universidade Estadual do Piauí e um pólo da Universidade do Vale do Rio São Francisco, que possui o curso de graduação na área de Arqueologia e Preservação de Patrimônio, o qual

movimenta economicamente a cidade, devido aos estudantes residentes, que vêm de todos os estados do país.

Em suma, a região onde se desenvolveu a pesquisa é apontada por Porta (2012:63) *como uma experiência de sucesso a ser seguida*. E ainda, com exclusividade, o PARNA Serra da Capivara é o único parque no Brasil que possui sua guarda compartilhada entre duas instâncias federais e um órgão local, fator este primordial para ser considerado um modelo de preservação no Brasil.

2.3 Definições de Gestão e Gestão Compartilhada

Para a arqueóloga do Iphan, Maria Lucia Pardi, não há uma diferença notável entre as atividades observadas no desempenho da Gestão e àquelas relativas ao Gerenciamento. As duas palavras remetem ao manejo do patrimônio e aos mecanismos utilizados para a proteção e promoção do mesmo.

Segundo Pardi (2002 apud Alecian e Foucher 2001) gestão é uma palavra usada para:

Designar a atividade que consiste em conduzir, dirigir um serviço, uma instituição, uma empresa [...] que necessita de um conjunto de habilidades técnicas e relacionais, para que se atinjam as metas de acordo com o objetivo da organização, mesmo que as pessoas e as coisas a serem administradas tenham perspectivas e objetivos pessoais divergentes.

A gestão do Patrimônio Arqueológico no Brasil conforme analisa PARDI (2002) pode ser caracterizada por um conglomerado de ações que são desempenhadas por vários atores das esferas do poder público, bem como, da sociedade civil. As ações pré-definidas entre estes parceiros têm como objetivo identificar, promover e preservar o que entendemos como a produção documental dos povos antigos, representada por registros e vestígios com significados e conteúdo diversos.

Segundo a Carta Internacional do ICOMOS (1990 p.4) “o *gerenciamento constitui a proteção e administração do patrimônio arqueológico em seu meio natural e em suas relações com a história e a sociedade contemporânea*”.

A mesma carta, referente à proteção e gestão do Patrimônio Arqueológico, publicada em 1990 pelo ICOMOS, define que:

[...] a proteção do patrimônio arqueológico deve ser baseada na efetiva colaboração entre profissionais de muitas disciplinas. Ela também requer a cooperação das autoridades governamentais, de investigações acadêmicas, de empresas privadas ou públicas, e do público em geral. Esta carta estabelece princípios [...] as responsabilidades das autoridades públicas e dos legisladores, os princípios relacionados com o desempenho profissional do processo de inventário, observação, escavação, documentação, investigação, manutenção, conservação, preservação, reconstrução, informação, apresentação, acesso público e uso do patrimônio, e com a qualificação dos profissionais envolvidos na proteção do patrimônio arqueológico. (ICOMOS, 1990:2)

É nesta esfera da gestão patrimonial, gerida por grupos interdisciplinares integrados, conforme define a carta do ICOMOS, que são criadas diretrizes e princípios e definidos documentos que orientam o manejo das áreas de potencial arqueológico. Podendo, também, fazer uso do conhecimento adquirido, que a interdisciplinaridade possibilita, nas discussões entre os diversos grupos envolvidos em pesquisas da área, para que se estructurem sistemas de gerenciamento e tomadas de decisões ágeis, onde os atores envolvidos na gestão possam promover projetos que visem o caminho da sustentabilidade e da garantia da guarda do acervo arqueológico.

Em busca de caminhos que aperfeiçoem a gestão, não podem ser esquecidos alguns princípios básicos para a construção deste processo. Melhor dizendo, não se pode ser omissos no que tange, por exemplo, à formulação de políticas públicas para o patrimônio cultural, considerando o planejamento e o gerenciamento de ações para a sua preservação, com o objetivo, sempre, de abarcar todos os parceiros envolvidos nessa complexa e onerosa tarefa de prolongar a vida dos acervos, com o menor risco possível.

É por este viés, que busca soluções integradas, que Pardi esclarece a gestão do patrimônio arqueológico:

[...] como um conjunto de estudos, análises, reflexões e ações que buscam equacionar informações sobre os bens culturais, os parceiros envolvidos, as estruturas e as questões econômicas inerentes, visando otimizar o uso e o retorno à atual geração, a valorização e difusão, bem como preservação dos sítios ou blocos testemunhos, do acervo gerado, da documentação e do conhecimento produzido para as gerações futuras. (PARDI, 2002:20).

A gestão destes bens culturais, conforme esclarece PARDI (2002:21), é *"responsabilidade atribuída pela Constituição e pela Lei 3924/61 do governo Federal e executada através do IPHAN, que está administrativamente setorizado de acordo com os aspectos básicos da especialidade: identificação, documentação, proteção promoção"*.

Mas o que seria a Gestão compartilhada? FERREIRA (2006:35) define que a integração de vários setores como Governo, Sociedade Civil e Iniciativa Privada, que visa obter melhores resultados perante a execução de ações, caracteriza-se por ser um modelo de gestão compartilhada que:

[...] promove a interação dessas instâncias, de forma sinérgica, possibilitando um novo meio de perceber e intervir no sistema objeto da cooperação. Assim, identifica-se um modelo de gestão que busca a interação entre os diversos entes sociais objetivando, através da cooperação entre os mesmos, um desenvolvimento sustentável com a participação coletiva.

Perante este cenário, através do que FERREIRA (2006) assegura, o modelo da gestão compartilhada possibilita uma melhor desenvoltura das ações necessárias à gestão dos sítios de registro rupestre pré-históricos, uma vez que:

A Gestão Compartilhada busca superar obstáculos através da interação entre as forças sociais, políticas e culturais de uma determinada região, onde as diversas instâncias, agentes, programas e projetos formam um sistema integrado, compartilhado por todos. A idéia é que, esses agentes competindo entre si, expressando ideologias e interesses divergentes, tenham denominadores comuns que se sobrepõem a particularismos, atuando como força de convergência para os resultados perseguidos.(Ferreira, 2006:35)

Portanto, a gestão compartilhada entre FUMDHAM e ICMbio torna-se essencial no que diz respeito ao monitoramento, à fiscalização e à conservação preventiva promovidas nos sítios arqueológicos.

A partir destas colocações, os próximos tópicos apresentarão o modelo de gestão no qual o Iphan está inserido e que é aplicado no gerenciamento dos sítios arqueológicos existentes no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno. Gestão, esta, que somente se consolida entre o ICMBio e a FUMDHAM, através do uso das competências de cada órgão e de como eles se organizam para a prática de gerenciamento.

2.4A Gestão Compartilhada Bipartite

O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002⁸ em seu capítulo IV Art. 21 esclarece que a gestão compartilhada de uma Unidade de Conservação juntamente com uma Organização da

⁸Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

No caso do PARNA Serra da Capivara, este modelo de gestão compartilhada compete ao ICMBio, como representante legal da esfera federal e à FUMDHAM, representante da sociedade civil, que representa uma OSCIP.

Dispõe ainda o mesmo Decreto citado, em seu Art. 22, que para poder participar da proposta da gestão compartilhada juntamente com o ICMBio, a OSCIP se estruture de maneira que:

- I – tenha dentre seus objetivos institucionais a proteção do meio ambiente ou a promoção do desenvolvimento sustentável; e
- II – comprove a realização de atividades de proteção do meio ambiente ou desenvolvimento sustentável, na unidade de conservação ou no mesmo bioma.⁹

Ao ICMBio cabe gerir e administrar o Parque Nacional Serra da Capivara, promovendo a vigilância e a fiscalização do Parque e de sua Zona de Amortecimento; a manutenção e a instalação de infra-estrutura; e a adoção de ações de educação ambiental e de integração com o entorno da área¹⁰.

AoIphan compete, em estrita cooperação com a FUMDHAM, participar das ações de monitoramento, fiscalização, educação patrimonial e conservação do patrimônio existente no PARNA e seu entorno. Estas informações constam do Termo de Cooperação Estrita, assinado no ano de 2006 pela diretora da FUMDHAM, Niéde Guidon e pela superintendente da Regional do IPHAN à época, Diva Maria Freire Figueiredo.

Esta configuração de gestão caracteriza-se, segundo FERREIRA como sendo Bipartite, pois envolve os segmentos governamentais Iphan e ICMBio e a FUMDHAM, como a representante da sociedade civil. A gestão bipartite é definida por FERREIRA (2006) como:

No presente caso podemos apontar estratégias cooperativas entre governo e agentes da Sociedade Civil como os Conselhos Temáticos [...]. Nestes modelos utiliza-se a co-responsabilidade na definição de políticas e na aplicação de recursos governamentais, a celebração de termos de

- SNUC, e dá outras providências.

⁹ Normas Jurídicas (Texto Integral) - DEC-004340 de 22/08/2002 Página 4 de 8
<http://wwwt.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=DEC&secao=NJUILEGBRAS&n...> 2/6/2003 preferencialmente . Acesso em 26 de agosto de 2012

¹⁰ Termo de Cooperação Técnica entre IPHAN E FUMDHAM, assinado em 05 de abril de 2006.

compromisso e de parcerias, de convênios e contratos para a execução de ações de natureza pública. (FERREIRA, 2006:41)

Em outubro de 2011 o Termo de Cooperação é revisto e a partir de uma chamada pública do ICMBio, novas instituições de outros segmentos da sociedade civil e iniciativa privada são incorporadas na gestão do PARNA - Serra da Capivara, através da criação do Conselho Gestor. Está disposto no capítulo V do Decreto nº 4.340 de 2002:

Art. 17. As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei nº 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

O conselho gestor do PARNA Serra da Capivara é formado por representantes das comunidades da área de entorno do parque, por associações comunitárias e rurais, por sindicatos de trabalhadores, pela FUMDHAM, Iphan, organizações como, SEBRAE, SENAC, além de órgãos públicos como a EMATER, cumprindo as exigências dispostas citadas acima.

A oficialização do conselho se deu pela portaria 128 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União e faz parte da chamada Agenda 21 do governo Federal que define em seu Artigo 1º:

Criar Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade, bem como ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

No entanto a criação do Conselho Gestor não altera o modelo de gestão bipartite, pois neste caso, o conselho, apesar de possuir segmentos da iniciativa privada em seu quadro de membros, funciona apenas como um apoio à gestão entre as instituições, sendo um órgão consultivo e não deliberativo.

O objetivo principal do conselho é focar nas demandas existentes no que tange ao desenvolvimento dos processos educativos, em busca de uma maior participação das comunidades junto à gestão do patrimônio existente na região. Ainda não são nítidas a

abrangência e eficácia deste ato, porém percebe-se que integrar a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada, parece ser um viés que busca soluções mais práticas para a preservação do patrimônio cultural, justamente pela integração dos segmentos, transferindo o poder de promoção, preservação e decisão, para um coletivo que envolve desde as comunidades às autarquias federais.

2.5 Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM

As pesquisas arqueológicas no estado do Piauí tiveram seu início no ano de 1973, quando aconteceu a Missão Franco Brasileira do Piauí. Liderada pela arqueóloga Niéde Guidon, que, acompanhada de outros pesquisadores, teve seu primeiro contato com os paredões rochosos cobertos de registros rupestres. Esta missão estabeleceu um marco na história da arqueologia brasileira, e partir dela, inicia-se as pesquisas científicas e arqueológicas no sudeste do Piauí, hoje conhecido mundialmente como berço da civilização do homem americano.

A preocupação de Niéde Guidon, desde sua chegada à região do Piauí, além do interesse científico, foi a de que as interferências naturais e a antrópicas pudessem vir a destruir o patrimônio deixado pelos povos pré-históricos no Brasil, criando uma enorme lacuna na tentativa de reconstruir esta parte da história naquela região. Desta maneira, viu-se a necessidade da intervenção de autoridades do poder público para auxiliar na preservação e na conservação das riquezas pré-históricas e naturais, existentes na região.

A FUMDHAM é uma entidade científica sem fins lucrativos. Sua criação resulta da cooperação científica entre França e Brasil nas pesquisas arqueológicas no sudeste do Piauí na década de 70. É instalada no município de São Raimundo Nonato no ano de 1986.

Uma das primeiras ações da FUMDHAM foi a elaboração de um projeto sócio econômico para o desenvolvimento da região e posteriormente, a organização do Museu do Homem Americano, cujo acervo é formado por artefatos e/ou réplicas, dos materiais encontrados nas escavações feitas na região.

Responsável pelas ações de preservação dos sítios arqueológicos perante a UNESCO, a Fundação desde sua criação busca desenvolver e aplicar políticas de gestão na área. No ano de 1988 é acordado com o IBAMA a elaboração de um Plano de Manejo para o PARNA, o

qual foi entregue no ano de 1991, mais de dez anos após a criação da Unidade de Conservação.

Um dos principais problemas encontrados pela FUMDHAM, atualmente, é a falta de recursos tanto para a manutenção e a conservação do patrimônio cultural que o PARNA abriga, quanto para proteger e preservar o ecossistema da caatinga.

Nesses quase trinta anos de FUMDHAM houve financiamentos e recursos advindos de vários editais: Fundo Nacional da Cultura, Ministério da Cultura, Lei Rouanet, Petrobrás, e Eletrobrás e convênios e compensações ambientais do IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Porém, nenhum desses recursos ocorre com regularidade. Há sempre entraves burocráticos e demorados, para uma causa que é imediata e urgente.

Em entrevista ao Jornal da Ciência, Niéde Guidon relata que houve um período em que a FUMDHAM chegou a contabilizar 270 folhas de pagamento mensal. Porém com a falta de recursos, o número de funcionários caiu para menos da metade, somando atualmente, 110 funcionários, entre cientistas, profissionais técnicos e agentes de conservação e manutenção. *"Das 28 guaritas do parque, só estamos com 12 delas funcionando. As outras estão fechadas por falta de recursos"*, detalha Niéde na entrevista ao Jornal da Ciência.¹¹

A problemática da falta de recursos financeiros para manter a estrutura física e administrativa do PARNA funcionando, que acarreta um dos problemas mais sérios, como o fato da redução do número das agentes nas guaritas, como complementa na reportagem acima citada, Silvia Maranca, que faz parte do Conselho Consultivo da Fundação:

Com guaritas fechadas, é possível receber visitas indesejadas, como as de caçadores e traficantes que usam o Parque como rota e até para guardar drogas. O caçador, por exemplo, não ameaça só a fauna, mas, também a flora e os sítios com sua depredação.

Em nota oficial no site da FUMDHAM, no dia 21 de julho de 2011, Niéde afirma não ter mais condições financeiras para manter a co-gestão do PARNA:

Após mais de 20 anos coordenando diretamente as pesquisas, divulgação, fiscalização, administração e todas as obras de infraestrutura do Parque Nacional Serra da Capivara através de um convênio de co-gestão e de um contrato de parceria com o governo brasileiro, a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), anunciou oficialmente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),

¹¹JC, de 05 de Abril de 2012. 1. Parque Nacional Serra da Capivara sobrevive em meio a incerteza

que não dispõe de recursos para manter os projetos implantados na reserva ambiental.¹²

Estes projetos dizem respeito à manutenção das estradas, das estruturas de proteção e de acessibilidade dos sítios; da limpeza superficial e dos programas de educação patrimonial e ambiental.

A última manifestação frente aos problemas de gestão, no que tange aos recursos financeiros, levou a Fundação a enviar aos canais formais da mídia e a divulgar no site da FUMDHAM uma nota de esclarecimento, a qual se destaca o seguinte item:

Em todas as entrevistas com a imprensa, a FUMDHAM tem afirmado ter problemas para a manutenção e proteção do Parque Nacional, por falta de recursos que deveriam ser liberados pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura. Na realidade esses dois ministérios deveriam manter o Parque, eles são os responsáveis. A FUMDHAM é responsável perante a UNESCO pela preservação dos sítios arqueológicos, Patrimônio da Humanidade. Por essa razão e porque acreditamos profundamente na necessidade de agir, continuamos lutando e nos manifestando. Fonte: FUMDHAM - Março de 2012.¹³

É preciso esclarecer e desta maneira chamar atenção do Poder Público que a gestão compartilhada não se chama assim por acaso ou por mero esmero. A FUMDHAM não pode ser a única responsável pelos tramites de manutenção e de conservação da área da qual tratamos neste trabalho. A FUMDHAM compartilha a gestão do Parque Nacional, enquanto Unidade de Conservação, mediante um acordo com o ICMBio e a conservação e preservação dos sítios arqueológicos, enquanto Patrimônio da Humanidade, com o Iphan. Frente a UNESCO, a FUMDHAM responde pela preservação dos sítios de registro rupestre existentes no PARNA, pois assessorou na proposta que foi enviada, aquele organismo internacional pelo IBAMA, com o propósito de inserir o PARNA na Lista de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Desde a Lei 3924/61 os sítios cadastrados e mesmo os não cadastrados, localizados em áreas públicas ou privadas, são considerados bens da União. No entanto, não há políticas exclusivas para a criação de parques arqueológicos, o que possibilitaria e viabilizaria meios para arrecadar recursos para a sua sustentabilidade, assim como, ocorre com os parques ambientais, onde existe o incentivo por parte da União para a aplicação de recursos em sua preservação e conservação.

¹²http://www.fumdam.org.br/fumdam_2011/news_fumdam_025.html

¹³http://www.fumdam.org.br/fumdam_2012/news_fumdam_035.html

Sobre isto, Niéde Guidon, arqueóloga diretora da FUMDHAM, em entrevista à jornalista Paula Soyama da Revista *Comciencia* confirma que muitas das unidades de conservação internacionais se utilizam desses mecanismos sustentáveis e que sua gestão não depende de verbas estatais “*em todo o mundo os Parques são fontes de recursos, geram as verbas de que necessitam e ainda têm lucros anuais que permitem novos investimentos junto a Unidade de Conservação*”.¹⁴

As principais atividades desenvolvidas no quesito conservação dos sítios arqueológicos da Serra da Capivara se limitam hoje à limpeza e à conservação dos registros rupestres; à manutenção das principais edificações, instalações, equipamentos, estradas e trilhas, bem como à presença constante de pessoal em pontos estratégicos do PARNA. Os problemas de conservação dos sítios no Parque Nacional Serra da Capivara são constantes e resultam do desequilíbrio ecológico, que perdura há muitos anos, devido à exploração dos recursos naturais outrora existentes no território, mesmo estando hoje sob monitoramento.

A equipe de conservação executa as atividades de conservação, visando o que chamam de “conservação superficial” dos painéis de registro rupestre e executando as seguintes atividades: a limpeza das galerias de cupim e das casas de vespa e a consolidação de paredes com pinturas. Outro problema tratado por esta equipe, que é gerado pelo desmatamento, que originou as áreas denominadas “*bad-lands*”¹⁵, onde o vento age com força, retirando os sedimentos do solo e projetando a poeira contra a parede pintada. Esta poeira age como abrasivo, apagando as figuras. Nestes casos, os técnicos limpam a parede e retiram a poeira de vastas áreas das “*bad-lands*” principalmente, na frente dos abrigos e protegem o solo com camadas de galhos secos e com material vegetal proveniente da limpeza realizada nas estradas e nas trilhas do Parque Nacional.

Ocorre também a limpeza das paredes que tiveram suas figuras completamente cobertas por fumaça proveniente de queimadas naturais, próprias do clima muito seco, ou de queimadas intencionais, provocadas pela ação humana. Faz-se também o uso de procedimentos como: a colocação de pingadeiras, quando necessário, para evitar que o escoamento da água em época de chuva se dê diretamente sobre as pinturas; a retirada de vegetais das paredes dos abrigos, como cactos e outras espécies xerofíticas, assim como gameleiras, que podem “raspar” nas pinturas e acelerar o seu desaparecimento; a retirada de

¹⁴Entrevista disponível em www.comciencia.br/comciencia/?section=3¬icia=183, de 11 de agosto de 2006. Acessada em 07 de julho de 2012.

¹⁵Áreas quase desérticas, de clima árido.

plantas, pois numerosos são os sítios que ficam na frente de antigas roças, hoje abandonadas pela inexistência de pessoas que habitam a área e que se transformaram em áreas de vegetação que cresceu desordenadamente. É necessário retirar estas plantas constantemente, para evitar que subam pelas paredes com pinturas rupestres. É feita também a retirada, anualmente, de folhas e galhos secos, para evitar incêndios.

Quanto à reconstituição de blocos caídos com pinturas, esta se dá somente nos casos possíveis. Quando o bloco se solta da rocha por ação natural, este é recolocado de volta ao seu local original por meio de técnicas e materiais que a equipe de conservação está apta a realizar. A construção de muretas e valetas no alto dos relevos, para desviar a água, que pode descer e levar a camada de terra, que sustenta a rocha com as pinturas, carregando-a para longe da parede, também são métodos adotados pela equipe da FUMDHAM na conservação do acervo de registro rupestre do Parque.¹⁶

A FUMDHAM é responsável, ainda, pelo cuidado com a fauna que habita a Unidade de Conservação, fazendo a limpeza e a manutenção de bebedouros para animais silvestres em locais onde a água se torna escassa nos meses de seca. Sempre buscando amenizar os impactos e o desgaste causados pelos usos desregrados dos recursos naturais.

Hoje todos os méritos possíveis no quesito de preservação são merecidos pela equipe de Niéde Guidon, que desenvolveu ações voltadas para os mais variados segmentos, no que diz respeito à manutenção da integridade do Patrimônio Cultural existente na região, comotaambém, transformou o modelo de gestão e o apresentou para outros países, como França e Portugal, justamente, por este seu diferencial da guarda compartilhada. Apesar dos diversos entraves financeiros e de uma equipe que foi reduzida, a conservação dos sítios arqueológicos de registro rupestre e os trabalhos, para que haja o mínimo possível de impacto da ação do tempo e do homem sobre os painéis testemunhos, continuem.

Niede Guidon esclarece ainda, em entrevista com ela realizada que o reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade partiu de um pedido do Ministério das Relações Exteriores, não tendo nenhum suporte do Iphan. Coube à FUMDHAM organizar e estruturar a documentação e apresentar o pedido à UNESCO, pois *“alegaram que nenhum dos embaixadores conhecia suficientemente arqueologia para poder responder às questões que*

¹⁶Relatório referente à conservação dos sítios de registro rupestre, disponível em <http://www.fumdham.org.br/colunas/Relatorio%20anual%202007.pdf> acessado em 23 de maio de 2012.

poderiam ser colocadas. Eles me deram um passaporte diplomático e eu apresentei o pedido que foi aprovado imediatamente”.

A gestão compartilhada com os órgãos federais não se deu de imediato à criação do PARNA. Apesar de este possuir o reconhecimento de Unidade de Conservação pelo ICMBio, o PARNA foi criado em 1979. A FUMDHAM é criada em 1988 e o Iphan passa a agregar valor patrimonial à Serra da Capivara após o reconhecimento desta, como Patrimônio Mundial da Humanidade. Por isto, é possível compreender a situação de desgaste pela qual passa a FUMDHAM quando esta se pronuncia a respeito dos recursos que são poucos ou que demoram a ser liberados e que a UNESCO aponta na direção de retirar o título de Patrimônio da Humanidade, caso os sítios não sejam preservados e conservados. É válida a ressalva de que o pedido para inserir o PARNA na lista de Patrimônio Cultural Mundial é assinado pelo Ministério das Relações Exteriores, o qual foi representado perante a UNESCO pela pessoa Guidon.

2.6 Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade– ICMBio

Consta do Decreto nº 83.548, em seu artigo 2º que “O Parque Nacional da Serra da Capivara, tem por finalidade precípua, proteger flora e fauna e as belezas naturais, e os monumentos arqueológicos, no local existente”. Foram levados em conta para a sua criação motivos interdisciplinares, que estão diretamente ligados à preservação do local, como:

- As características bióticas e abióticas;
- A grande concentração de sítios arqueológicos;
- A necessidade da preservação e conservação; e
- O grande potencial para o turismo cultural e ecológico para o desenvolvimento sustentável da região.

O primeiro termo da cogestão entre o antigo IBAMA, atualmente ICMBio, e a FUMDHAM, foi assinado em 1994, e posteriormente, foram assinados termos de parceria. Estes termos, tanto o de cogestão quanto os termos de parceria, são documentos que definem metas, estratégias e encargos que cada órgão deve cumprir.

No Brasil os parques que possuem patrimônio arqueológico, ficam à “margem” dos parques ambientais. Pelo menos oito localidades possuem significativos bens arqueológicos,

mas todas foram reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), devido à fauna e à flora existentes. Está nesta categoria, segundo a arqueóloga Maria Lúcia Pardi¹⁷, o Parque Estadual de Itaúnas (ES); Parque Nacional Serra das Confusões (PI); Parque Estadual de Monte Alegre (PA); Parque Estadual da Serra das Andorinhas (PA); Parque Arqueológico do Solstício Estadual de Arqueologia (em processo de aprovação, AP); Parque do Rio da Casca (RS); Parque Estadual de Canudos (BA); e Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG).

Como foi dito no parágrafo anterior, os parques no Brasil são criados especificamente para o manejo de sua fauna e flora, sendo oficializados e reconhecidos como Unidades de Conservação (UC) pelo IBAMA/ICMBio. A partir da sua criação como UC é que se passa a abarcar os demais pontos relevantes, que existem no espaço delimitado, e a investir em seus cuidados e usos, como no caso do turismo e pesquisas.

Ao ICMBio cabe a responsabilidade pela Unidade de Conservação, no que tange às atividades de fiscalização, às autorizações para licenciamento ambiental e à realização de pesquisas científicas. O treinamento das equipes chamadas de “prev-fogo” também é incumbência do órgão e atuam principalmente nas épocas de seca no Sertão, no combate aos incêndios, que ocorrem devido ao calor excessivo, que colocam em risco a fauna e a flora e também, afetam diretamente a integridade dos sítios arqueológicos.

Os guardas do parque ficam responsáveis pelas rondas diárias, com a finalidade de combater a caça desregulada dentro da Unidade de Conservação e no seu entorno, como também, auxiliam na manutenção das estradas e trilhas do PARNA, quando solicitados.

A visita aos sítios arqueológicos localizados na área de entorno da Serra da Capivara, que foi realizada como parte das práticas supervisionadas do Mestrado Profissional, permitiu não somente avaliar a integridade dos sítios cercados, mas também ajudou a entender a tensão que existe entre os moradores e os órgãos federais que atuam na região, principalmente em relação ao ICMBio.

Anteriormente à criação do PARNA e às implicações legais geradas com a sua transformação em Unidade de Conservação, a caça era uma atividade livre. No entanto, hoje, a atividade que era de subsistência e necessária para a sobrevivência é considerada um crime ambiental, estando o indivíduo sujeito às penas e multas estabelecidas por lei.

¹⁷Em revista eletrônica de jornalismo científico, COMCIENCIA- UNICAMP, agosto de 2006.

Através das vivências de campo nota-se a falta de esclarecimento desses moradores de como cada órgão atua, especificamente. Percebe-se também que o caminho para melhorar tal situação seria trazer os moradores das comunidades do entorno para gestão compartilhada de proteção e preservação das condições naturais e culturais da região, mas isto parece estar longe de acontecer. A caça, mesmo que proibida, ainda é uma forma de subsistência para muitos moradores da região. Seja ela para o comércio ou para o consumo. A criação do Conselho Gestor do PARNA prevê a inclusão de representantes de comunidades em sua estrutura, porém, a criação do conselho é recente e durante a etapa de campo desta pesquisa, diversas comunidades foram visitadas nas áreas de entorno e os efeitos da integração destes atores sociais ainda não estavam visíveis.

A Figura 26 (p. 138) demonstra o registro fotográfico do sítio arqueológico Toca do Caldeirão Raso, onde é possível visualizar a placa informativa do Iphan vandalizada. Tal fato se deve a uma gestão que durante algum tempo não dialogou com a realidade local das comunidades, principalmente no que diz à repressão à caça, que foi proibida com a criação do PARNA e que solidificou a “má impressão” das comunidades locais em relação ao ICMBio.

Para se ter um bom exemplo da afirmação feita anteriormente seria interessante apontar algumas situações como a que, precisando parar o carro e pedir orientação a algum morador local sobre a direção e localização do sítio, percebia-se que a chegada do carro oficial do Iphan era confundido com o do ICMBio, por este ser também um carro grande branco, no estilo de caminhonete e isto inibia esta população e nem sempre obtínhamos ajuda. Diversas vezes foi necessário esclarecermos que não fazíamos parte da equipe do ICMBio (ou IBAMA), pois os moradores silenciavam assim que eram abordados.

Outra situação, que vem corroborar a narração dos fatos acima, ocorreu em uma determinada região, quando um “mateiro” que na verdade, era um caçador da comunidade, que conhecia a região que dava acesso aos sítios arqueológicos procurados, se recusou a falar sem a presença do presidente da associação de moradores. E mesmo assim, em momento algum nos dirigiu a palavra, como se o que era dito fosse proferido em outra língua e houvesse a necessidade de um interprete. Acredito que isso nos remete ao que já foi dito anteriormente, sobre a falta de diálogo entre o órgão e comunidade.

De maneira alguma este trabalho defende, concorda ou pretende apoiar a caça desregrada na área do entorno da Unidade de Conservação. Trata-se apenas de um relato da

experiência que o campo proporcionou em relação às comunidades que *sobrevivem* na região e em relação à atuação do órgão gestor ICMBio.

A Educação Ambiental é uma tarefa a qual o ICMBio deveria tomar para si, uma vez que se trata de um Instituto de Conservação da Biodiversidade. Entende-se que há falta de agentes para trabalhar na região e torna-se urgente pensar em uma solução para dissolver o conflito que existe entre o instituto e os moradores, para restabelecer uma relação mais branda e flexível.

2.7 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a trajetória da Arqueologia no Iphan

O anteprojeto cuja elaboração foi solicitada a Mario de Andrade, em 1936, para a criação Serviço do Patrimônio, já propunha a proteção e a preservação dos bens artísticos nacionais. Segundo o que consta no documento:

Entende-se por obra de arte patrimonial, pertencente ao Patrimônio Artístico Nacional, todas e exclusivamente as obras que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente, nos quatro livros de tombamento. Essas obras de arte deverão pertencer pelo menos a uma das oito categorias seguintes: Arte arqueológica; Arte ameríndia; Arte popular; Arte histórica; Arte erudita nacional; Arte erudita estrangeira; Artes aplicadas nacionais; Artes aplicadas estrangeiras. (Revista do Patrimônio, nº 30, 2002)

Conforme o que previa no documento elaborado por Mario de Andrade, anteriormente à criação do SPHAN, deveriam ser conservadas todas “*as manifestações que de alguma forma interessassem à arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias*”. Os elementos que se encaixassem nesta categoria deveriam ser inscritos no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico.

No início do período do Estado Novo é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através do Decreto Lei nº25/1937, apresentando algumas alterações no que havia proposto Mario de Andrade. E em seu artigo 1º define que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Brasil, Decreto Lei 25 de 1937).

Outro momento importante para o reconhecimento do Patrimônio Arqueológico em âmbito nacional é a aprovação da Lei nº 3924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. E que em seu Artigo 2º informa quais bens a lei é aplicável:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

No ano de 1967 é criada no SPHAN, com o crescimento de objetos arqueológicos encontrados, a área de Arqueologia, no período da gestão de Renato Soeiro, busca construir e solidificar um quadro de funcionários que fosse compatível com as áreas específicas pelas quais o SPHAN torna-se responsável. Posteriormente, é criado em 1976, dentro da nova estrutura funcional do SPHAN, a Divisão de Arqueologia, que em 1980 é absorvido pelo Núcleo de Arqueologia, vinculado à Fundação Nacional Pró Memória. Seis anos após a sua instituição o Núcleo de Arqueologia é elevado ao status de Coordenadoria, subordinada diretamente à presidência do sistema SPHAN/FNpM. Em 1988 é elaborada a edição da Portaria SPHAN nº 07/88 que regulamenta a emissão das autorizações/permissoes de pesquisa e escavações em sítios arqueológicos, conforme determina a Lei nº 3924/61.

Na década de 90 a explosão da arqueologia de contrato cria uma demanda maior para os estudos voltados para a arqueologia e para as ingerências da SPHAN/FNpM, em relação à estas demandas. Inúmeras empresas de arqueologia de contrato surgem no país, devido aos grandes investimentos e empreendimentos da época.

Ainda no início da década de 90 ocorre a extinção do Ministério da Cultura (MinC) e da SPHAN/FNpM. Cria-se, para suprir a ausência deste último órgão e assumir suas atribuições, o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Desta forma, a Arqueologia passa a ser tratada nos diferentes departamentos da administração central do IBPC:

Departamento de Identificação (DID), Proteção (Deprot) e Promoção (Deprom). Em 1994 o IBPC se torna Iphan, mediante a medida provisória nº 610 de 1994.

A partir do ano de 1997 a Arqueologia passa a ser mais bem sedimentada junto ao Iphan e inicia-se o projeto de desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA). Tal sistema foi pensado para dar suporte e subsidiar as ações de gerenciamento, atendendo à Lei 3.924/61, integrando as informações de identificação dos sítios, das coleções arqueológicas e do registro da documentação arqueológica produzida pelo SGPA¹⁸. Foram estruturados para organizar e reunir os documentos referentes ao Patrimônio Arqueológico, os setores como: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA; Banco de Imagens; o Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas – INCA; Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica – PPA/RPA.

Até o presente momento a única ferramenta arquitetada no SGPA, que foi implementada e que está disponível para consulta, na Internet, é o CNSA, que já ultrapassa o número de 20 mil fichas disponíveis.

A Lei nº. 6.884 de 07 de maio de 2009 estabelece a nova estrutura regimental do IPHAN e cria-se então o Centro Nacional de Arqueologia (CNA), que fica responsável pelo desenvolvimento das ações de acautelamento (tombamento e proposição de medidas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico); pela autorização/permissão para a realização de pesquisas arqueológicas, seu acompanhamento e fiscalização; e pela implementação de ações de socialização do patrimônio arqueológico.

Cabe ainda ao CNA desenvolver estratégias para o gerenciamento do patrimônio arqueológico, bem como, atuar na modernização dos instrumentos normativos e acompanhar as pesquisas arqueológicas que se desenvolvem em âmbito nacional. O CNA cria meio e mecanismos para a socialização do patrimônio, como parte da política de democratização do patrimônio cultural, e demanda ainda, a implantação de instrumentos norteadores de planos de ação e de fomento.¹⁹

Toda a trajetória acima relatada, da Arqueologia e sua “evolução patrimonial”, caminhou em busca, sempre, de uma melhor promoção e socialização do conhecimento arqueológico. É notável o esforço que se faz para a criação de leis e decretos e projetos institucionais que protegem, mas que também divulgam, os bens culturais arqueológicos e o

¹⁸Informação retirada do site do IPHAN. Acessado em 20 de maio de 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>

¹⁹Informação retirada do site do IPHAN. Acessado em 20 de maio de 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15506&retorno=paginaIphan>

conhecimento gerado a partir do estudo desta área tão específica do patrimônio, que resiste há tantos anos.

2.8 A trajetória do Iphan no Piauí

Conforme Diva Figueiredo arquiteta e ex-superintendente do Iphan do Piauí, explica em resposta ao questionário enviado para complementar esta pesquisa, o *“Iphan foi instalado no Estado Piauí em 1984, através de um Escritório Técnico vinculado à 3ª Diretoria Regional, com sede no Maranhão”* (anexo I, p.84). Na ocasião, Diva Figueiredo assumiu a chefia do Escritório, juntamente com uma servidora administrativa e um desenhista. Diva relata ainda, que quando o Iphan se transformou em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), o Escritório Técnico torna-se a 1ª Sub-Regional II, vinculada à Unidade de São Luis, Maranhão, até o ano de 2002, quando passa seu vínculo de Regional para o Ceará. Em 2004 estabelece-se a 19ª Superintendência Regional do Iphan no Piauí, com sede na capital Teresina e em 2010 é oficializada como Superintendência Estadual do Iphan no Piauí.

O Escritório Técnico do Iphan em São Raimundo Nonato foi criado no mesmo ano da instalação da Superintendência em Teresina. Segundo o relato da ex-Superintendente as reivindicações para que houvesse uma representação do Iphan mais próxima ao PARNA Serra da Capivara partiu de órgãos como, o ICOMOS e o Ministério Público, de políticos locais e da FUMDHAM, demonstrando que era necessário um trabalho urgente e mais eficaz no que tangia à proteção e à preservação do arsenal arqueológico existente na região sul do Piauí. Diva Figueiredo assinala que *“como o Parque Nacional Serra da Capivara é Patrimônio Cultural da Humanidade e tombado, o título foi preponderante para justificar a criação do ET de São Raimundo Nonato”*. Niéde Guidon, também em resposta ao questionário enviado (Anexo I p.87) ressalta que *“a FUMDHAM, desde a inclusão do Parque na lista dos patrimônios da humanidade da UNESCO, lutava para que o IPHAN tivesse na região, um número de funcionários capaz de garantir a preservação do patrimônio cultural, assegurandoque “essa seria uma responsabilidade do IPHAN como órgão federal”*.

A Serra da Capivara é o único parque nacional que possui este tipo de gestão integrada. Um dos motivos apontados pelo Iphan, no que se refere a este tipo de gestão compartilhada, ser a única até hoje no Brasil, é a falta de políticas públicas voltadas à valorização cultural desses espaços, o que vai implicar diretamente na sua sustentabilidade.

Como foi dito, atualmente estão listados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos²⁰ vinte mil e oitenta e cinco sítios em território brasileiro. Estes sítios abrigam os mais diversos vestígios deixados pelo homem pré-histórico que confirmam sua existência: cerâmicas, registros rupestres (pinturas e gravuras), enterramentos, oficinas líticas, dentre outros artefatos.

Dos sítios cadastrados, mil oitocentos e quarenta²¹ localizam-se no Estado do Piauí, com foco especial para o Parque Nacional Serra da Capivara, criado em 1979 para proteger uma área de 129.140 hectares. O Parque fica dentro dos limites dos municípios de, São Raimundo Nonato, do qual constam duzentos e sessenta e quatro sítios cadastrados, Coronel José Dias, que possui em seu território quatrocentos e sessenta e dois sítios registrados, João Costa, onde encontram-se duzentos e vinte e dois sítios e Brejo do Piauí, com cento e dezoito sítios arqueológicos.

Em decorrência do elevado número de sítios arqueológicos encontrados na região do PARNA Serra da Capivara e seu entorno e também, considerando a imensidão do território pelos quais estes sítios estão dispersos, a atuação do Iphan perante todos os problemas intrínsecos à preservação e à proteção se torna dificultosa, na medida em que a Superintendência do Estado do Piauí está dentro da terceira classe orçamentária disponível do Instituto e os recursos descentralizados são divididos entre a Superintendência, o Escritório Técnico de São Raimundo Nonato e o Escritório Técnico de Parnaíba. Em resposta ao questionamento sobre os entraves financeiros do Iphan, Thiago Leite Ramires, Chefe da Divisão Técnica da Superintendência Estadual do Piauí, no momento da elaboração desta pesquisa, esclarece: “os estados que possuem os maiores orçamentos no Iphan são: Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais”. O segundo maior orçamento contempla os estados do Pará, Maranhão, Ceará, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal e Alagoas. A terceira faixa orçamentária abrange os estados do Amazonas, Sergipe, Paraná, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Piauí. Sendo que os estados que possuem o menor orçamento são os estados de Roraima, Amapá, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins. (Anexo I p.88)

Tiago Leite Ramires explica ainda que:

²⁰ Ferramenta utilizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para registro dos sítios arqueológicos e suas coordenadas de localizações.

²¹ Consulta realizada no dia 17 de abril de 2012 ao banco de dados do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio arqueológico disponível no site do IPHAN.

Os orçamentos são definidos conforme os projetos apresentados e a capacidade de execução de cada superintendência, avaliada a partir das contratações dos anos anteriores. Desta forma, obviamente, as unidades mais antigas e com mais servidores e/ou mais bens acautelados terão orçamento maior. Nada impede que o Piauí passe para uma faixa acima caso consiga desenvolver suas ações e demonstrar a devida eficiência. (Tiago Ramires, Chefe da Divisão Técnica Iphan PI. 22 de agosto de 2012)

Chama atenção a resposta de Diva Figueiredo (Anexo I p. 86), quando questionada sobre os principais entraves enfrentados durante a sua gestão, sendo o maior deles “*a dificuldade que o patrimônio arqueológico tem para se impor como uma das prioridades dentro do próprio Iphan*”. Tal fato esclarece porque o Iphan, durante algum tempo, não tenha se destacado como órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, no que diz respeito ao reconhecimento do patrimônio cultural existente na Serra da Capivara.

O fato do Parque só ter sido reconhecido pelo tombamento só depois de elevado a Patrimônio Cultural da Humanidade, proposta esta que sequer foi apresentada pelo Iphan ao Comitê do Patrimônio Mundial, conforme se pode verificar através do relatório do ICOMOS, mas sim foi enviada ao ICOMOS pelo IBAMA com o assessoramento dos pesquisadores da Fundação Museu do Homem Americano. (Diva Figueiredo, maio de 2012)

Porém, com o desenvolvimento do turismo arqueológico e toda visibilidade que as mídias têm dado ao PARNA Serra da Capivara por suas belezas naturais atreladas às pesquisas arqueológicas, identifica-se um processo de amadurecimento da questão da preservação e o desenvolvimento de diversos projetos com este objetivo. As ações de preservação do Patrimônio Arqueológico, idealizadas e financiadas pelo Iphan, que beneficiaram à preservação e à socialização dos sítios arqueológicos de registro rupestre e que são resultado da aplicabilidade do modelo de gestão compartilhada, serão apresentadas no próximo capítulo desta monografia.

CAPÍTULO 3

AS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO IPHAN NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE REGISTRO RUPESTRE NA SERRA DA CAPIVARA

Como órgão gestor do patrimônio arqueológico de acervo rupestre e responsável por sua salvaguarda, o Iphan aprovou de 2001 a 2007, quatro projetos voltados à preservação, à conservação e à proteção dos sítios de registro rupestre na Serra da Capivara e seu entorno.

Os projetos financiados pelo Iphan e que serão abordados neste capítulo, de maneira geral e sintetizada, procuraram prolongar a existência desses blocos-testemunhos em seu suporte rochoso.

Para a estruturação deste capítulo foram utilizadas documentos do acervo do Iphan/PI, encaminhados pela Superintendência em Teresina; publicações realizadas a partir dos projetos desenvolvidos sobre o tema em questão como: relatórios encontrados no Escritório Técnico do Iphan em São Raimundo Nonato/PI; relatórios disponibilizados pela FUMDHAM, como também, os apontamentos e as fotografias originados das visitas aos sítios que ocorreram no mês de maio/2012.

A parte de campo ficou delimitada, em consenso com a supervisora e chefe do Escritório Técnico, Ana Stela de Negreiros Oliveira, ao retorno aos 34 sítios de registro rupestre que foram cercados em 2005, nas áreas de entorno do PARNA, como também, aos 16 sítios, com o este tipo de acervo, que receberam as intervenções de acessibilidade, cujo diferencial da ação era promover a difusão do patrimônio arqueológico aos portadores de necessidades especiais.

O capítulo será estruturado em ordem cronológica de execução dos projetos, com exceção do projeto realizado no ano de 2005, cujo diagnóstico encontra-se no Anexo III desta dissertação.

3.1 Consolidação Estrutural da Toca da Entrada do Pajau

O primeiro projeto a ser fomentado pelo IPHAN, no quesito de diagnóstico e conservação de sítio de registro rupestre na Serra da Capivara, foi proposto pela a 1ª Sub Regional II da 3ª SR, entre os anos de 2001 e 2002.

Coube ao IPHAN, em concordância com o seu Departamento de Proteção- DEPROT, analisar e aprovar o pedido da arqueóloga Maria Conceição Soares Meneses Lage, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em consenso também com a FUMDHAM, que propunha um projeto de estudo que possibilitasse a consolidação do sítio Toca da Entrada do Pajaú. Este sítio arqueológico de registro rupestre está localizado dentro do Parque Nacional Serra da Capivara e suas pinturas encontravam-se ameaçadas pelo o risco de desaparecimento, derivado do processo acelerado de degradação.

Segundo Pessis (1992), dentre os sítios do Parque Nacional Serra da Capivara, a Toca da Entrada do Pajaú destaca-se por suas pinturas serem consideradas as mais antigas da Tradição Nordeste, cerca de 9000 a 12000 AP²², e também, por ser um dos sítios, como dito acima, que apresentavam um processo avançado de deterioração do seu suporte rochoso. O sítio localiza-se dentro da Unidade de Conservação, como demonstra a Fig2 (p.115).

Na ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, o sítio em questão encontra-se cadastrado como Toca da Entrada do Pajaú ou Pau D'Arco, constando a descrição sumária do sítio como:

Um dos sítios mais importantes do Parque, ele é o sítio epônimo do estilo Serra da Capivara, da Sub-tradição, Várzea Grande da Tradição Nordeste de Pintura Rupestre. Sua degradação está sendo muito rápida em 30 anos mais de 40 % do sítio foi destruído. (CNSA)

Em 1993, foi realizada pela FUMDHAM e UFPI uma primeira consolidação parcial das placas soltas deste sítio, que apresentou um bom resultado. No entanto, a presença de rachaduras estruturais, alertando para o risco de desmoronamento total deste abrigo de grande valor cultural, reclamava por uma investigação mais profunda para o problema.

Entretanto, as ações executadas, anteriormente a 2001, teriam se limitado à superficialidade das rochas, sendo necessário, para evitar a degradação das paredes do sítio, uma intervenção que abrangesse também as rachaduras estruturais da Toca da Entrada do Pajaú e que apontasse os principais agentes envolvidos no processo acelerado da destruição natural do sítio.

O projeto intitulado "Consolidação Estrutural da Toca da Entrada do Pajaú" contou com profissionais das áreas das Ciências Humanas, Exatas e Naturais, tornando, dessa forma, possível a elaboração do Diagnóstico do Estado de Conservação, que constituiu a primeira fase do projeto, sendo elaborada a partir dele a segunda fase, denominada - Proposta de

²² Na arqueologia utiliza-se para as datações, as siglas AP, afterpresent e BP, Beforepresent.

Intervenção. Esta proposta consolidou os laços de parceria entre o Iphan, o Núcleo de Arqueologia Pré Histórica da UFPI e a FUMDHAM, ou seja, todas as instituições ligadas diretamente à preservação dos sítios de registro rupestre.

Na metodologia de execução da proposta ficou evidente a necessidade da aplicação de um estudo que incluísse todos os aspectos referentes à botânica, à geomorfologia e geologia, à arqueometria, à entomologia e à microbiologia, para promover as intervenções necessárias à conservação do mesmo e para a construção das propostas posteriores que poderiam ser desenvolvidas no sítio. Os objetivos específicos do projeto, segundo a publicação do estudo, que recebeu o nome do projeto: *Consolidação Estrutural da Toca da Entrada do Pajau*²³(2006:15) foram:

- Realizar o diagnóstico completo do abrigo rochoso da Toca da Entrada do Pajau, através de análise abrangente do problema estrutural;
- Apontar formas de recuperação estrutural do conjunto maciço/toca, considerando e priorizando intervenções de curto, médio e longo prazos;
- Proceder as primeiras intervenções que se evidenciaram necessárias, a fim de preservar este patrimônio cultural, cuja proteção é de interesse nacional e mundial;
- Destacar o pioneirismo do projeto pela forma de abordagem dos problemas de conservação que atingem a rocha, suporte das pinturas pré-históricas;
- Consolidar a parceria do IPHAN com a Universidade Federal do Piauí e a FUMDHAM.

Conforme o Relatório Síntese²⁴ sobre as atividades do projeto, as análises ficaram a cargo dos profissionais contratados e descritos abaixo. Os trabalhos foram divididos por áreas específicas e consistiu, primeiramente, do levantamento de dados *in loco*, viabilizando, dessa forma, o cumprimento dos objetivos específicos almejados, seguido das propostas de intervenção quando necessárias.

O trabalho de levantamento topográfico do maciço rochoso, dentro e sobre a Toca em estudo, com o uso do programa para computador Auto Cad, ficou a cargo da arquiteta Elizabeth Medeiros, auxiliada pela equipe local da FUMDHAM.

O trabalho de Arqueometria, compreendendo o levantamento da amplitude térmica anual na região e do maciço rochoso e o mapeamento gráfico, fotográfico e de identificação

²³Consolidação Estrutural da Toca da Entrada do Pajau: diagnóstico e proposta de intervenção. Org: Diva Figueiredo, Silva Puccioni. – Teresina: Iphan, 2006, 123 p.

²⁴Acervo: Iphan Escritório Técnico de São Raimundo Nonato, Piauí. 203.

das alterações químicas na região delimitada do sítio, ficou sob a responsabilidade da Professora Maria Conceição Soares Menezes Lage. Os trabalhos de conservação de pinturas rupestres realizados até então no sítio foram de caráter pontual, eliminando-se o que estivesse em contato com os registros pré-históricos e ameaçasse sua integridade ou a do suporte rochoso, como retirada das galerias de insetos, eflorescências minerais, raízes de plantas grimpantes²⁵ e manchas de fumaça.

O mapeamento gráfico e fotográfico de danos físicos e mecânicos da região da Toca ficou a cargo da arquiteta Diva Maria Freire Figueiredo, bem como, a elaboração do relatório final do projeto em coautoria com a engenheira do Iphan, Silvia Puccioni, publicado em 2006 pelo Instituto.

O trabalho de Entomologia, compreendendo o mapeamento gráfico, fotográfico e de identificação da entofauna (pragas), que contribuiu no processo de degradação do Sítio, foi elaborado pelo professor Luiz Evaldo de Moura Pádua. Há muitas alternativas disponíveis para o controle de pragas, conforme explica o professor Moura Pádua, em seu texto elaborado para o diagnóstico da Toca da Entrada do Pajaú. Porém a conclusão do especialista foi a de que, de uma forma geral, *todas as medidas promovem desequilíbrios no meio ambiente* e sendo a Serra da Capivara uma área de preservação natural, o uso de produtos químicos no controle de pragas poderia interferir e promover algum tipo de impacto ambiental e acentuar alguns problemas decorrentes do desequilíbrio ecológico.

O trabalho de Botânica, geomorfologia e geologia da área, compreendendo o mapeamento gráfico, fotográfico e de identificação das espécies que compõem a cobertura vegetal da região da Toca, foi realizado pela professora Maria das Graças Medina Arrais, que concluiu que a vegetação presente na área não constitui fator preponderante no desencadeamento do processo erosivo e na deterioração da área do abrigo. Pelo contrário, as plantas através das suas copas protegem o solo da incidência direta dos raios solares, diminuindo, conseqüentemente, a temperatura, a umidade atmosférica e a umidade do solo.

A caracterização do material constitutivo do maciço rochoso, através da extração de amostras, execução de ensaios físicos, químicos e mecânicos, bem como, o mapeamento geológico e geomorfológico, ficaram a cargo do Professor Marco Antonio Fonseca Ferreira. Concluiu-se que dentre os processos que conduzem à degradação da área denominada como

²⁵ Adj (de grimpar) 1 Que grimpa. 2 Bot Diz-se da planta que se eleva com auxílio de um apoio a que se prende por meio de gavinhas, raízes ou ganchos, enrolando-se ao redor do suporte. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/grimpante/>

abrigo, destacam-se os processos naturais de intemperismo físico e químico, de duração milenar e de caráter irreversível.

O sítio está em uma área onde o solo na parte superior do abrigo é bem estruturado e compacto, rico em raízes vegetais, mostrando o seu papel importante na preservação do meio ambiente local, devendo este ser preservado. Mesmo sendo impossível interromper o processo de desgaste natural, admitiu-se que os trabalhos de pesquisa e de intervenção executados, quando bem conduzidos, poderiam proporcionar um efeito de retardamento no processo de degradação das pinturas do abrigo. Foi constatado também, que a contribuição dos microrganismos, no processo de degradação do maciço rochoso do sítio arqueológico Toca da Entrada do Pajaú, era praticamente insignificante, considerando o seu estado de deterioração geral.

O mapeamento do sistema de captação e drenagem natural da água, bem como, a proposta de controle do fluxo de águas na superfície, ficou a cargo da engenheira Silvia Puccioni, que propôs a construção de canais para desvio lateral do excesso de água pluvial, de modo que na época das chuvas, o solo não encharque e assim possam ser evitados os deslocamentos.

Para desenvolvimento da coleta de dados, segundo a publicação do diagnóstico, foram realizadas quatro visitas ao sítio, sendo duas com parte da equipe e as outras com todos seus integrantes. Este trabalho foi desenvolvido a partir destas visitas, sucedidas por reuniões com todos os membros da equipe para explanação das impressões individuais, troca de idéias coletivas e definição das etapas seguintes, que seriam voltadas para a elaboração do plano de possíveis intervenções, para estabilizar a degradação do sítio.

Da execução prática do projeto, o Diagnóstico publicado pelo Iphan em 2006 relata que a UFPI disponibilizou seus professores, motorista, veículo e equipamentos necessários ao trabalho de campo. A FUMDHAM ficou com as indicações dos profissionais que executariam o serviço, como também, disponibilizou equipamentos e sua instalação física em São Raimundo Nonato. Couberam ao Iphan os encargos financeiros para a contratação de serviços técnicos necessários e demais despesas de apoio logístico. O projeto, conforme documento enviado pela Sr^a Diva Figueiredo, que na época era a Diretora da 1^a Sub-Regional II do IPHAN no Piauí, teve um custo total de R\$ 22.941,06.

3.2 Patrimônio Cultural Acessível a Todos: Interpretação e Conservação dos Sítios Arqueológicos na Serra da Capivara

Para o levantamento de dados e construção deste item, foram usados como documentos, o *Plano Básico Patrimônio Cultural Acessível a Todos* (PBPCAT), existente no Escritório Técnico; o folder de divulgação do projeto acima referido; o Relatório Final, cedido pela FUMDHAM; e as vistorias aos sítios específicos, visando avaliar o estado de preservação das suas estruturas de acessibilidade.

A Figura 3 (p.92) exhibe os circuitos de visitação dos sítios que receberam as instalações de acessibilidade.

O *Plano Básico do Patrimônio Cultural Acessível a Todos*: interpretação e conservação dos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara foi elaborado no ano de 2005, com parceria entre Iphan e FUMDHAM. O plano teve como objetivo a preservação e a manutenção de 128 sítios arqueológicos abertos à visitação turística, de forma a recuperar os acessos e também, viabilizar o novo circuito a portadores de deficiências locomotoras em 16 locais com passarelas e rampas.

Este projeto também promoveu a difusão dos trabalhos científicos elaborados a partir de todas as pesquisas ocorridas no local, bem como, divulgou o trabalho de conservação realizado na Toca da Entrada do Pajaú. Quatorze sítios de registro rupestre, um sítio histórico e mais um local de visitação panorâmica, que fazem parte do circuito turístico, foram abarcados no projeto.

As ações de conservação visaram consertos de passarelas e corrimãos, que apresentavam problemas de apodrecimento ou infestação por cupins. Incluíram também, a limpeza dos sítios e das áreas próximas; a retirada de madeiras mortas e de vegetação; o conserto de rampas e de escadarias com problemas estruturais; e o conserto e limpeza das vias de acesso, em trilhas para pedestres e nas estradas locais.

Considerando o conhecimento específico que a FUMDHAM acumulou sobre o Parque, durante os 35 anos de atuação nas pesquisas arqueológicas e em atividades de conservação, desenvolvidas no seu interior e em sua área de entorno, muitas delas em sociedade com o Iphan e o Ministério da Cultura, torna-se imprescindível apontar que a parceria com a Fundação na realização deste projeto foi fundamental. O projeto foi executado

em permanente comunicação entre a FUMDHAM e a 19ª Superintendência do Iphan, no período de janeiro a setembro de 2006, conforme aponta o relatório final.

O projeto ainda previu a contratação de mão de obra local, proporcionando, durante o período de sua execução, uma renda para os trabalhadores e um maior contato com os moradores dos sítios, incrementando a possibilidade de se propagar a importância da sua preservação.

Referente aos gastos deste projeto, consta no site do Iphan:

As intervenções interpretativas representam um conjunto de ações visando à preparação dos sítios para a prática do turismo cultural. É nessa parte que é investido o maior volume dos recursos aplicados no projeto, totalizando R\$ 508.810,00. As intervenções interpretativas incluem a adaptação dos acessos aos portadores de necessidades especiais e conserto de escadarias, rampas, cercas, passarelas, corrimãos, caminhos, áreas de descanso, pátios para manobras, estacionamento de veículos e até mesmo a sinalização indicativa e interpretativa dos principais circuitos do Parque Nacional.²⁶

Por estarem localizados dentro do PARNA e por esta ser uma área tombada e uma unidade de proteção integral, os sítios de registro rupestre são protegidos e sua integridade contra atos de vandalismos ou demais ações antrópicas deve estar garantida. As visitas são sempre acompanhadas de um guia, e cada guia deve supervisionar no máximo sete visitantes.

Dos 16 sítios, dois deles não são sítios arqueológicos de registro rupestre. Um deles é a Casa do Alexandre, que é uma casa de taipa construída por moradores que habitaram as áreas do PARNA anteriormente a sua criação. Atualmente o sítio Casa do Alexandre vem sendo escavado por alunos e professores da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

Outro local que não é reconhecido como sítio arqueológico é o Baixão das Andorinhas, que se localiza em uma área próxima ao circuito turístico do Baixão do Perna e recebeu a estrutura de visitação por ser um lugar de beleza visual por conta das formações geomorfológicas dos vales que existem na região. Porém, a sua visitação está interdita, devido ao estado precário que se encontram as estruturas de acesso.

Para as ações de educação e socialização que o projeto executou, foram publicados os seguintes documentos: o relatório de Consolidação Estrutural da Toca da Entrada do Pajauí, desenvolvido em parceria com o Iphan; o folder “Parque Nacional Serra da Capivara –

²⁶Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13450&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> acessado 14 de junho de 2012.

acessível a todos”; a cartilha “Patrimônio Cultural: O que é, como preservar”; e sobre a preparação e colocação das placas com setas indicando a direção dos sítios. Estas placas foram elaboradas de acordo com os critérios desenvolvidos pelo Iphan, Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) para bens protegidos em âmbito federal. Critérios estes que estão descritos no Guia Brasileiro de Sinalização Turística – GBST.

Ressalta-se que todo projeto, que visa sinalizar monumentos históricos, tombados ou sítios arqueológicos, precisa ser elaborado, segundo as normas existentes no GBST e posteriormente, encaminhado ao Iphan para aprovação.

O Guia Brasileiro de Sinalização Turística atende à crescente solicitação da sociedade por uma orientação que facilite o acesso aos atrativos culturais e naturais, contribuindo para o conhecimento do potencial turístico nacional. Além disso, implanta no Brasil, por meio de regulamentação do Denatran, a sinalização de cor marrom, reconhecida e consagrada na maioria dos países como indicativa de bens turísticos e patrimoniais. Por fim, padroniza e estabelece pictogramas desenvolvidos de acordo com padrões e recomendações internacionais. (EMBRATUR, 2001.p. 15).

O fato dos acessos ao PARNA serem controlados por guaritas e somente ser permitida a entrada de pessoas autorizadas ou acompanhadas de um guia capacitado, faz com que estes sítios fiquem mais protegidos e preservados. Por fazerem parte dos circuitos turísticos de visitação, os acessos possuem uma manutenção constante por parte da equipe da FUMDHAM nas estradas, trilhas e passarelas. O retorno aos sítios durante a fase do trabalho de campo permitiu averiguar que as estruturas das passarelas mantêm-se intactas e não apresentam qualquer outro tipo de agravante que possa colocar em risco o visitante, com exceção do Baixão das Andorinhas, onde há uma placa sinalizando a interdição do local.

Em síntese a proposta do PBPCAT teve assim seus objetivos cumpridos: a preservação e a manutenção dos sítios de registro rupestre e de importância para a História e para a Arqueologia. Os sítios foram abertos à visitação, com a recuperação dos acessos, que habilitou 16 locais para portadores de necessidades especiais, promovendo e socializando, dessa forma, o conhecimento do patrimônio cultural nacional e mundial. Foram eles: Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Toca do Sítio do Meio, Toca do Arame do Sansão, Toca do Baixo do Fundo da Pedra Furada, Toca da Ema do Sítio do Brás II, Casa do Alexandre, Toca da Fumaça I, Toca da Fumaça III, Toca do Cajueiro, Toca da Roça do Sítio do Brás I, Toca da

Roça do Sítio do Brás II, Toca do Mangueiro, Baixão das Andorinhas, Toca do Baixão do Perna I, Toca do Baixão do Perna II, Toca do Baixão do Perna IV.

Como os sítios não apresentaram problemas referentes às suas estruturas de acesso nem problemas visíveis referentes ao seu estado de conservação, optou-se em consenso com orientadora e supervisora, em não descrevê-los detalhadamente.

3.3. Prospecção demarcatória e proteção de 24 sítios arqueológicos no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara

O projeto foi proposto no ano de 2007, voltado para a contratação de serviços de prospecção, conservação e proteção de vinte e quatro sítios arqueológicos do entorno do PARNA Serra da Capivara. Foram contempladas no projeto as ações de prospecção arqueológica; a instalação de cercas, placas de identificação e interpretativas que asseguram que o local é um Patrimônio Cultural, estando este protegido por lei e que a destruição ou retirada de terra do local constitui crime, sujeito à pena de multa e detenção; as ações de conservação e de preparação das estruturas de visitação dos sítios localizados no entorno do PARNA, nos municípios de Dom Inocêncio, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato, João Costa, São Braz do Piauí e Brejo do Piauí.

Os dados referentes a este projeto foram extraídos de memorandos entre o Escritório Técnico e a Superintendência e do relatório final cedido pela FUMDHAM.

A princípio haviam sido elencados mais de 40 sítios de registro rupestre que estavam em situação de risco nas áreas de entorno do PARNA. Os critérios de escolha destes sítios para elaboração do projeto levaram em conta a maior suscetibilidade à degradação e ao risco eminente de perda da sua integridade, sendo assim, apenas 24 deles beneficiados pelo projeto após uma avaliação criteriosa. A Figura 4 (p.93) exhibe a localização precisa dos sítios em relação ao PARNA.

As ameaças mais agravantes constatadas nos locais onde se localizam estes sítios são aquelas advindas de fatores, como: a exploração de calcário próximo aos sítios, que comprometia a estrutura do suporte rochoso onde se encontram as pinturas; a proximidade das estradas e de áreas agrícolas, que gerava um alto risco de queimadas; a visitação não monitorada; o uso indevido dos abrigos como áreas de lazer ou acampamentos de caça; e os atos de vandalismo, como pichações ou destruição intencional dos registros rupestres.

A carta convite nº05/2007 referente ao processo N°1402.000091/2007-06, abre a licitação para a contratação dos serviços *para execução da prospecção demarcatória, instalação de cerca de isolamento, placas de identificação e interpretativas, conservação dos registros rupestres, e estrutura de visitação turística em 24 sítios arqueológicos localizados no entorno do parque Nacional Serra da Capivara, por empresa do ramo*. Não foram encontrados documentos referentes a outras empresas que participaram do pregão. A FUMDHAM foi a empresa vencedora e executora deste projeto, tendo Dr^a Niéde Guidon, como coordenadora e supervisora, Dr^a Maria Conceição Menezes Lage, como arqueóloga especialista em conservação e Elizabeth Bucco, como arquiteta responsável.

O projeto de execução da FUMDHAM propôs as seguintes atividades a serem desenvolvidas: a prospecção, visando detectar a existência de vestígios arqueológicos nos locais onde seriam instaladas as cercas; a instalação das cercas e mourões; a intervenção de contenção, como muros de arrimo ou outra estrutura para desvios de águas pluviais; a instalação de sinalização de identificação e interpretação; a execução de atividades de conservação nos painéis de registro rupestre e limpeza dos sítios arqueológicos; a preparação das estruturas de visitação e relatório final. O custo total da proposta da FUMDHAM foi de R\$ 79.825, 25.

O plano de conservação deste projeto abarcou a conservação dos sítios e dos painéis de pinturas e gravuras rupestres; remoção de manchas, casas e galerias de insetos; consolidação do suporte rochoso; instalação de calhas artificiais; e construção de barreiras de contenção. Foram feitas também a instalação de sinalização de placas interpretativas.

Os trabalhos, segundo o cronograma da FUMDHAM, foram executados em duas fases. A primeira envolveu 14 sítios e teve duração de 3 meses, de 03 de janeiro a 03 de março de 2008, e na segunda fase foram trabalhados 10 sítios, no período de abril a junho de 2008. Consta do relatório final *"que salvo a Toca do Mirante, todos se encontram em propriedades privadas. O caso da Toca do Mirante é especial porque mesmo que situada dentro dos limites do Parque Nacional fica muito próxima a Rodovia BR020"* (p.1).

A primeira fase atendeu aos sítios: Toca do Mirante, Toca da Pedra Una I, Toca da Pedra Una II, Toca do Poço da Pedra, Toca do Juazeiro do Barreiro, Toca do Arame I, Toca do Barracão do Henrique II, Toca da Serra Bonita V, Toca da Pedra I, Toca da Pedra II, Toca da Pedra III, Toca do Forno da Pedra, Toca do Capim da Pedra, Toca das Gravuras do Canaã. A segunda fase atendeu aos sítios Toca da Gamelerinha ou da Pedra Pintada, Toca da Casa de

Pedra, Toca da Lagoa de Cima I, Toca da Roça do Cesarino I e Toca da Roça do Cesarino II. Nesta fase, devido à importância dos achados científicos arqueológicos descobertos durante as prospecções, cinco sítios foram elencados a receberem estrutura de visitação: Toca da Santa, Toca do Barrigudo, Toca do Serrote da Bastiana, Toca da Lagoa de Cima IX e Toca da Janela da Barra do Antônio.

Como medida de prevenção, a carta que apresenta as condições para monitoramento dos sítios após a conservação, encaminhada pela FUMDHAM ao Iphan, juntamente com o relatório final, indica que *“em todos os casos será necessária uma vistoria regular e especialmente nos períodos de chuva”*, para que desta forma ocorra um monitoramento constante da integridade dos sítios.

Tal ação não se concretiza constantemente, devido à ausência de profissional ou técnico da área para a fiscalização junto ao Iphan e às demandas de outros trabalhos que existem dentro do Escritório Técnico.

Atualmente a fiscalização ocorre quando alguma informação chega por meio dos guardas do ICMBio, que fazem o monitoramento constante nas áreas do entorno do PARNA, pela FUMDHAM ou até mesmo por pessoas da sociedade civil, que percebem alguma irregularidade no sítio. Estes agravantes geralmente são a retirada dos cercamentos ou dos mourões que seguram os arames por caçadores ou alguns moradores da área. Ações de vandalismo com a retirada dos portões ou placas, também são práticas observadas.

Um dos resultados esperados com a execução do projeto seria a conscientização dos proprietários sobre a importância de um sítio arqueológico e neste sentido, sensibilizá-los para que se tornem um agente de preservação. Apesar dos proprietários e dos moradores das áreas de entorno reconhecerem a importância dos sítios de registro rupestre, percebe-se que não se sentem à vontade com a entrada das autarquias em suas terras quando é necessária a vistoria ou a fiscalização.

Algumas modificações ocorreram durante a execução do projeto conforme consta do memorando nº 03/08, encaminhado a então Superintendente do Iphan de Teresina, Diva Figueiredo, na data de 14 de fevereiro de 2008, informando que o sítio Caiçara I e o Caiçara II foram substituídos por terem sido alagados por águas da barragem local; um sítio em específico, a Toca da Fazenda Nova Olinda, o proprietário mostrou-se irredutível e não concordou com nenhuma intervenção em sua propriedade.

Ficou previsto no memorando de conclusão da primeira fase, que se tentaria um acordo com o proprietário para fazer o cercamento na segunda fase, porém o cercamento não se concluiu neste projeto, ficando para intervenções futuras. Não foram encontrados documentos referentes às alterações do projeto na segunda fase. Mas, conforme consta do relatório final, enviado pela FUMDHAM, a execução do projeto foi cumprida dentro do prazo estipulado na carta proposta enviada pela fundação.

3.4 Prospecção Demarcatória e Proteção de 34 Sítios Arqueológicos do Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara

Este foi o primeiro projeto de preservação e conservação voltado para atender aos sítios de registro rupestre que existem nas áreas de entorno do PARNA Serra da Capivara, elaborado e executado com recursos do Iphan. O diferencial para ele ter sido escolhido o projeto de estudo de caso desta pesquisa levou em consideração os seguintes critérios:

- Projeto ter partido de uma demanda do Ministério Público e IBAMA.
- A ausência de fiscalização e retorno aos sítios desde 2007
- A ausência de documentação sobre o referido projeto
- A presença da polícia federal para retornar aos sítios do Boqueirão Grande, em 2007
- Elaboração de um diagnóstico do atual estado de preservação destes sítios.

Das informações repassadas pela Superintendência do Iphan do Estado do Piauí o número do processo referente ao projeto é 01402.000001/2005-15, cadastrado em 02/08/2005, que teve um custo total de R\$ 66.300,00. O projeto foi executado pela FUMDHAM, vencedora do pregão nº01/2005. Não houve acesso ao relatório final do projeto, pois este não foi localizado junto ao Iphan nem junto à FUMDHAM.

As informações que subsidiaram a construção deste item foram obtidas através de relatórios de visitas anteriores ao cercamento dos locais onde os sítios estavam sofrendo as ameaças de depredação; da reportagem da folha do Estado de São Paulo onde a Dr^a Niede Guidon faz a denúncia à imprensa sobre a falta de investimentos da União na salvaguarda dos sítios de registro rupestre; e de um relatório não oficial, encontrado no Escritório Técnico do IPHAN de São Raimundo Nonato, assinado pela chefe do escritório no ano de 2005, Cristiane Buco. Além destes documentos, foram consultadas cópias das minutas de notificação que os moradores assinaram e um memorando que informa a Superintendência do Iphan de Teresina

sobre a finalização dos trabalhos. Os sítios beneficiados com as ações estão localizados em relação ao PARNA na Figura 5 (p. 94) desta dissertação.

3.4.1 A Denúncia da Destruição e a 1ª Vistoria Técnica do Iphan

No início de março de 2005 o jornal impresso *O Estado de São Paulo* publica uma reportagem que chama atenção em seu título, “*Destruição ronda Parque Nacional Serra da Capivara, patrimônio da Humanidade: moradores da região desmatam áreas adjacentes, depredam sítios arqueológicos e caçam nos limites do parque*”. A reportagem denuncia a ação antrópica negativa na região de entorno do parque, na chamada Zona de Amortecimento, definida no Plano de Manejo (1988) como sendo a área de um raio de 10 km nos limites definidos para Unidade de Conservação.

Na região do Boqueirão Grande, moradores criaram pequenos assentamentos para o cultivo do milho, feijão, mandioca e melancia. Estes pequenos agricultores então passaram a utilizar os abrigos rochosos, onde há a presença de registro rupestre. Além disso, houve a derrubada de árvores, para que com a madeira extraída improvisassem depósitos para armazenar os mantimentos. Blocos de pedras foram retirados dos paredões para a construção de fornos e fogões, e como isto não bastasse, a fuligem expelida pelo fogo era depositada sobre as pinturas, encobrindo-as. O fato mais excêntrico exposto na reportagem é a presença de uma geladeira junto a uma dessas tocas. No meio do nada, em um local onde não há energia elétrica, existia uma geladeira trancada com uma corrente e cadeado. Supostamente, utilizada para guardar armas e munições.

No dia 28 de março de 2005, 15 dias após a publicação no jornal *O Estado de São Paulo*, a representante do IPHAN em São Raimundo Nonato, Cristiane Buco acompanhada de guardas do IBAMA, faz a primeira vistoria técnica para avaliar os danos e buscar uma solução para o problema. Foram visitados sete locais na região do Boqueirão Grande, sendo que duas tocas não eram sítios de registro rupestre, mas devido à presença de pinturas nas tocas próximas, também foram consideradas áreas de potencial arqueológico.

Após ser constatada a situação precária de preservação dos sítios, decorrente da inexistência de qualquer espécie de proteção por parte dos proprietários das terras em que estão localizados, a FUMDHAM sugeriu que fossem feitos os trabalhos de cercamento destas áreas com a participação do Iphan.

O projeto foi elaborado com a finalidade de facilitar a fiscalização integrada entre IBAMA e Iphan nas áreas de entorno do PARNA e em sítios localizados próximos às roças ou às estradas, vulneráveis à ação humana. Foram elencados 34 sítios para receberem as ações de proteção.

Em agosto de 2005 é realizado o pregão nº1/2005 para contratação dos serviços previstos no projeto: prospecção, identificação, interpretação e proteção de 34 sítios arqueológicos situados no entorno do Parque. A FUMDHAM foi a empresa vencedora da licitação.

Consta do relatório de desenvolvimento do projeto que todos os sítios receberiam: ações de limpeza superficial; os mourões em madeira ou cimento para colocação dos arames e do portão; e placa indicativa contendo o nome do sítio, a *logomarcado* Iphan e a explicação de que o local é patrimônio protegido por lei.

Nos sítios, que houve necessidade, foram feitos trabalhos específicos de conservação, como a retirada, de sobre as pinturas, de casas de cupins e do inseto conhecido como "Maria pobre". Consta ainda, do relatório, que as fichas referentes ao estado de conservação destes sítios foram preenchidas, mas, porém, ao serem solicitadas para esta pesquisa, não foram encontradas.

Nem todos os proprietários de terras onde se localizam os sítios aceitaram pacificamente a intervenção do cercamento. Na região do Boqueirão Grande, foi necessário que a Polícia Federal e a Procuradoria do Iphan se fizessem presentes para acompanhar a retirada dos objetos pessoais e das estruturas construídas pelos moradores das áreas.

Em um dos sítios, especificamente na Toca da Mangueira do Caldeirão Grande, foi constatado que o morador havia realizado escavações no solo por conta própria, porém durante a execução do projeto, na etapa referente às prospecções, não foram encontradas ocorrências arqueológicas na área. Os moradores e proprietários das terras na região do Boqueirão Grande receberam a minuta de notificação que continha o seguinte texto:

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por intermédio da 19ª Superintendência Regional em atividades de fiscalização constatou dano às inscrições rupestres no Riacho do Boqueirão/Camas, ocasionadas pelo acampamento e utilização de fogo na área do sítio arqueológico. Por consequência, fica Vossa Senhoria NOTIFICADA a proceder à retirada imediata da cerca e utensílios instalados na área do Boqueirão Grande e arredores, e que não o fazendo até o dia 01/08/2005, implicará no uso da força Policial Federal, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis (Acervo Iphan Piauí).

O documento foi encaminhado aos moradores no mês de julho de 2005, dando-lhes o prazo de um mês para cumprirem a notificação, retirarem seus utensílios e desmontarem os acampamentos.

Em 28 de novembro de 2005 os trabalhos são finalizados pela FUMDHAM e o termo de recebimento de serviços assinado em 05 de dezembro do mesmo ano. No documento consta o reconhecimento de que os trabalhos foram executados de acordo com os serviços previstos no projeto e que estes se encontravam concluídos e em condições de serem recebidos em caráter definitivo. O documento é assinado pela Chefe do Escritório Técnico de São Raimundo Nonato, à época, a arqueóloga Cristiane de Andrade Buco.

Em 26 de julho de 2007, o Ministério Público Federal (MPF) envia um ofício ao Iphan solicitando que se realizasse uma perícia *in loco* nos sítios localizados na região do Boqueirão Grande com fins de averiguar-se:

“[...] nos locais atingidos pela conduta delituosa imputada aos indiciados, com a finalidade de ser informado se os danos pelos mesmos são passíveis de reparação e se em caso positivo, qual a forma de reparação do dano ambiental. Para tanto deverão os peritos da polícia federal, fazerem-se acompanhar dos servidores do IPHAN.” Ministério Público Federal. Acervo Iphan/2007.

Na ação de fiscalização o Iphan contou com a ajuda da equipe de conservação da FUMDHAM e de sete policias federais. O acesso estava fechado pela mata, indicando que as estradas estavam abandonadas há algum tempo.

No local das tocas constatou-se que muitos objetos pessoais ainda estavam no local, incluindo a geladeira, citada na reportagem do Estado de São Paulo, em março de 2005. Como não foi possível a chegada de um carro até o local do sítio, os vestígios da presença humana, encontrados na área, não puderam ser retirados. Os objetos, conforme informa a atual chefe do Escritório Técnico que acompanhou a vistoria do Ministério Público Federal, foram retirados de dentro das tocas onde existiam pinturas, porém abandonados no local próximo às tocas.

Durante a etapa do campo, que gerou o retorno a estes locais, não tivemos acesso à região do Boqueirão Grande. Desde a interferência da Polícia Federal na região, o local está abandonado. As estradas estão fechadas e as trilhas que poderiam dar acesso a pé, também desapareceram em meio à vegetação seca. Acredita-se que devido à falta de acesso, os sítios permaneçam na mesma situação em que foram encontrados em 2007. E com a devida retirada

das pessoas que habitavam os sítios de registro rupestre, possivelmente, o processo de degradação por interferência antrópica venha a ficar estagnado.

3.4.2 O Retorno aos 34 Sítios de Registro Rupestre da área de Entorno

Esta etapa da pesquisa ficou prevista para ser executada no mês de maio de 2012, em consenso entre a Chefe de Escritório Técnico, supervisora deste trabalho e a orientadora da pesquisa, Lygia Guimarães.

Os sítios foram elencados por regiões, a fim de facilitar as visitas e cumprir o cronograma proposto, a tempo de elaborar o diagnóstico que complementasse esta pesquisa. Totalizaram-se mais de 2000 km percorridos, distribuídos em quinze dias de campo. A descrição sumária dos sítios, citada no trabalho, consta da ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), que funciona junto ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA), e que estão disponíveis no site do Iphan. Dos 34 sítios que receberam as ações de proteção, 26 puderam ser vistoriados e fotografados durante o mês de maio. Em oito sítios localizados em três regiões diferentes, não tivemos acesso devido à inexistência de estradas que permitissem o acesso até eles. O diagnóstico elaborado, como produto das práticas supervisionadas do mestrado profissional do Iphan, avalia o estado de preservação dos sítios que foram protegidos pelo Instituto e encontra-se no Anexo III deste trabalho.

3.4.3. Análise Panorâmica dos Projetos de Proteção dos Sítios de Registro Rupestre

Em geral, os riscos de desaparecimento que atingem os registros rupestres podem ser divididos em dois tipos bem distintos: os efeitos atribuídos à ação natural e aqueles que se atribui à ação antrópica.

Os fatores naturais nem sempre podem ser combatidos, porém, tem se procurado amenizá-los por meio da execução de um plano de manejo, como ações de limpeza superficial e de monitoramento dos locais onde se encontram os sítios, de maneira que sejam diminuídos os efeitos do desequilíbrio ecológico, como se buscou fazer em todos os projetos mencionados no texto.

A interferência humana nos casos de vandalismos, depredações e roubos, nem sempre reversíveis, poderia ser evitada através de trabalhos de educação e socialização, sensibilizando a todos na proteção do legado pré-histórico existente na região sudeste do Piauí. Esta parece ser a atividade que encontra mais entraves em seu desenvolvimento. Tanto pela falta de condições físicas e materiais quanto pelo número reduzido de pessoas para atuar nesta área.

Em suma, a implantação dos cercamentos desperta sentimentos conflitantes entre os órgãos de proteção e a sociedade civil. De um lado está o poder público na representatividade do ICMBio e do Iphan e as demais organizações que atuam na gestão, promovendo a preservação e a proteção do patrimônio, com cercas e placas de identificação. Por outro lado, existe a comunidade local que se sente excluída do processo que envolve as questões patrimoniais e arqueológicas, e que mesmo assim é notificada a conceder permissão para que suas propriedades sejam cercadas e vistoriadas de tempos em tempos.

No caso dos projetos voltados para a preservação e proteção dos sítios, que foram desenvolvidos pelo Iphan no PARNA Serra da Capivara e Entorno, abrangendo 75 sítios de registro rupestre, foi investido um total de R\$ 677.876,31, em obras de proteção, limpeza e consolidação. Destes sítios, oito encontram-se no momento sem acesso, o que de certa forma pode garantir a sua proteção contra atos de vandalismo e de depredação. Em todos os projetos, a empresa executora foi a FUMDHAM, com exceção da Consolidação da Toca da Entrada do Pajauí, que contou com uma gama de diversos segmentos profissionais.

É possível ainda constatar, através da análise dos projetos, que nenhum, com exceção do Patrimônio Acessível a Todos, considerou em suas propostas e objetivos específicos destinar recursos para realizar ações de educação patrimonial nas regiões onde estavam sendo realizados projetos.

O objetivo geral, proposto em todos os projetos, de prolongar a existência destes blocos testemunhos para as gerações futuras tem sido efetivamente pensado atualmente pelas instituições que participam da gestão compartilhada dos sítios de registro rupestre na região sudeste do Piauí. No entanto, a execução das ações depende exclusivamente da disponibilização de recursos e da aprovação de novos projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para assegurar o objetivo desta pesquisa, o qual se redefiniu em maio de 2012, foi feito o levantamento dos projetos executados nas áreas de preservação e de proteção dos sítios arqueológicos de registro rupestre pré-históricos existentes no Parque Nacional Serra da Capivara e em sítios do seu entorno, identificando, na pesquisa, os sítios selecionados para receberem tratamento e os custos investidos pelo Iphan. Desta forma, foi possível, como produto do MP, entregar ao Escritório Técnico de São Raimundo Nonato, um diagnóstico resultante das visitas feitas em sítios que há muito tempo não eram fiscalizados. Por conter informações muito detalhadas, o diagnóstico produzido, foi incorporado ao Plano Básico de Arqueologia elaborado pelo Escritório Técnico do Iphan de São Raimundo Nonato, em junho de 2012, para ações 2012/2013.

A prática profissional durante dois anos junto ao Escritório Técnico do Iphan, somada a toda revisão teórica que embasou este trabalho, permitiram ponderar o modelo de gestão compartilhada que foi adotada no tratamento das questões de manutenção da integridade do Parque Nacional Serra da Capivara e como este modelo se aplica, especificamente, às ações de preservação dos sítios arqueológicos de registro rupestre. Esta prática ajudou também, a elucidar como a proteção, a promoção, a difusão e a socialização destes espaços, que abrigam as marcas das culturas dos povos antigos, que habitaram a região em tempos longínquos ao nosso, ocorre. Esta vivência diária com as instituições que fazem parte desta gestão possibilitou ainda, observar como elas se comunicam e atuam diante da árdua tarefa de preservação dos sítios de registro rupestre.

Tais registros pré-históricos constituem o acervo do Parque Nacional Serra da Capivara e resultam da interação do homem pré-histórico com o meio em que este vivia. Podemos considerá-los como uma herança preciosa cultural que nos foi deixada.

As principais causas que aceleram o processo de desgaste deste acervo documental pré-histórico estão ligadas a fatores externos de intempéries a que os sítios estão expostos e também, a falta de conhecimento que muitas pessoas têm sobre este acervo cultural. O desequilíbrio ecológico e problemas da própria biodeterioração, que desencadeiam a formação de colônias de microorganismos, como bactérias e fungos; e insetos, como cupins, promovem estragos no suporte, onde se encontram as pinturas rupestres, causando os

desplacamentos. Outros problemas que agravam o processo de desgaste destas pinturas são os excrementos de animais sobre os paredões rochosos, acúmulo de poeira, casas de insetos, problemas hídricos e ações antrópicas de depredação e desrespeito ao bem cultural arqueológico.

As ameaças de vandalismo hoje, na Serra da Capivara, não ocorrem com frequência. Como visto no capítulo IV da monografia, durante um bom tempo, os moradores utilizaram-se das tocas durante os períodos de caça ou colheita, danificando assim, as pinturas existentes no local. Estes atos de vandalismo não se caracterizam apenas por uma ausência de sensibilidade perante o patrimônio arqueológico, mas também por uma deficiência de conhecimento a respeito da representação cultural que faz uso de pinturas em suportes rochosos, e pela falta de soluções viáveis para que população local possa sobreviver de outras maneiras que não sejam àquelas atreladas diretamente às áreas onde estão os sítios.

O que visualizamos como atos de vandalismo, durante a etapa de campo, no retorno aos sítios da área de entorno, foi a retirada dos mourões e das cercas de arame em alguns sítios, a vandalização das placas, que em alguns casos apareceram tombadas. Em apenas um sítio que visitamos, localizado na região de Novo Horizonte, chamado Toca do Salitre, deparamos com uma depredação conforme mostra a Figura 33 (p.151), mas esta é anterior ao cercamento e na ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) já consta este episódio. Na maioria dos casos, a população acaba por fazer a retirada do cercamento, incluindo mourões e arames, para utilizar os materiais em suas propriedades.

Em relação ao Brasil, comparando com os demais países mapeados no estudo temático do ICOMOS, podemos dizer que o nosso país faz uso de ferramentas mais precisas e eficazes, no que diz respeito à preservação dos sítios de registro rupestre. Assim como, a produção científica produzida a partir dos estudos destes sítios agrega uma grande importância às ações que visam prolongar a existência dos blocos testemunhos, credibilizando a promoção deste patrimônio através do turismo cultural, nas diversas regiões onde estão localizados. Conta-se ainda, com a proteção Federal, realizada pelo Iphan, que confere sua representação por intermédio das Superintendências Estaduais e Escritórios Técnicos instalados nas 27 unidades da federação.

O Parque Nacional Serra da Capivara exigiu medidas precisas de gestão para que houvesse uma proposta real de preservação e de difusão do arsenal pré-histórico ali existente.

São várias as razões que levam a considerar o trabalho realizado nesta região relevante, para, pelo menos, impedir o avanço de alguns processos de degradação. Entre elas podemos citar o desenvolvimento das pesquisas e o crescente interesse pelo turismo cultural; o fato do PARNA ser uma Unidade de Conservação, reconhecida pelo IBAMA em 1979, somando a isto toda visibilidade que o parque tem, devido ao recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade (1991); e por fim, por ser, também, reconhecido como Patrimônio Nacional pelo Iphan (1993).

Adotar o modelo de gestão compartilhada facilitou o desenvolvimento das ações de preservação, pois os acordos e os termos de referência elaborados entre as instituições envolvidas definiram estratégias para cada segmento, tornando mais amplo o campo de atuação e não sobrecarregando um único órgão gestor.

Existem muitas formas de efetuar a prática da gestão, porém são raros os modelos instituídos à luz de diretrizes estratégicas. Ter adotado um modelo de gestão diferenciada, como é o caso da gestão compartilhada que existe no PARNA Serra da Capivara, acarretou em mudanças socioeconômicas significativas na região em que este se localiza.

Foram executados, através de recursos provenientes de editais e de orçamento público, vários projetos com fins de preservação. Houve a capacitação e o aperfeiçoamento da equipe de Conservação da FUMDHAM; a formação de agentes que monitoram as guaritas do PARNA; a inclusão de moradores durante os processos de limpeza de trilhas; e a manutenção das estruturas dos sítios. Investimentos, também, são feitos na manutenção das estradas de acesso aos sítios, na preparação de equipes em caso de incêndios na Unidade de Conservação ou entorno e no monitoramento do desequilíbrio ecológico, estando todos estes fatores ligados diretamente ao objetivo maior que é a preservação dos sítios de registro rupestre.

O principal desafio da gestão entre ICMBIo, FUMDHAM e Iphan, percebido durante o período da pesquisa, é o fomento de projetos para manter as ações de preservação constantes de maneira preventiva. O modelo de gestão compartilhada do PARNA Serra da Capivara é formado por segmentos interdisciplinares que possuem articulação política e científica para promoção da preservação do patrimônio arqueológico indissociável do ambiente natural. Por esta perspectiva, percebe-se que atrelar as medidas de preservação do acervo cultural pré-histórico e fazer com que estas dialoguem com manejo do meio ambiente torna-se imprescindível para garantir a sua salvaguarda e preservação.

Seria vital inserir a população das áreas de entorno do PARNA nos processos de identificação e de preservação destes sítios de registro pré-histórico. Igualmente importante é convidá-la para participar dos programas de gestão. A criação do Conselho Gestor - que possui em sua estrutura representantes destas áreas de entorno - foi uma ação a favor desta inserção. Se tal integração se consolidar, muito poderá ser feito para que haja um despertar perante a importância do significado histórico das pinturas rupestres. À luz da conscientização, estas comunidades seriam capazes de construir um sentimento de orgulho e de propriedade frente às pinturas, um sentimento que os permitiria ir muito mais longe para proteger esse patrimônio do que mourões e arames farpado.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Primárias:

a) Entrevistas não publicadas:

FIGUEIREDO, D. M. **Questionário para esclarecimentos Iphan no Piauí.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < carolis.luz@gmail.com> 28 de junho de 2012 22:59.

GUIDON, N. **Questionário para esclarecimentos Iphan/FUMDHAM no Piauí.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < carolis.luz@gmail.com> 11 de junho de 2012 14h44min.

_____. **Questionário para esclarecimentos Referente ao pedido de Reconhecimento do PARNA.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < carolis.luz@gmail.com> 2 de outubro de 2012 08h19min

RAMIRES, T. L. **Questionário para esclarecimentos orçamentário do Iphan no Piauí.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < carolis.luz@gmail.com> 27 de agosto de 2012 10:11.

b) Relatórios:

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. **Relatório Prospecção demarcatória e proteção de 24 sítios arqueológicos no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.** São Raimundo Nonato. 2007

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. **Relatório Proteção Manutenção e Pesquisa na Região do Parque Nacional Serra da Capivara.** 2007, 36p.

c) Jornal Impresso e Digital:

DESTRUIÇÃO RONDA PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: MORADORES DA REGIÃO DESMATAM ÁREAS ADJACENTES, DEPRELAM CÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E CAÇAM NOS LIMITES DO PARQUE. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 13 de março de 2005. Acervo: Iphan PI.

PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA SOBREVIVE EM MEIO A INCERTEZAS. *Jornal da Ciência*. JC e-mail 4471, de 05 de Abril de 2012. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=81872>. Acessado em: 07 de julho de 2012.

2. Fontes Secundárias:

ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. **Guia de gerenciamento no setor público**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Enap, 2001.

ANDRADE, Mário de. **Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, nº30, 2002

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. **Arte rupestre no Brasil: questões de transferência e representação da informação como caminho para interpretação**. 2001. Tese (Doutorado)- ECO/UFRJ-DEP/IBICT, Rio de Janeiro, 2001.

BELTRÃO, Maria da Conceição. **A propósito de coleções líticas desprovidas de dados estratigráficos**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Publicações Avulsas, n.52, 1978.

EMBRATUR; IPHAN; DENATRAN. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. Brasília: 2001. 163 p.

FERREIRA, M. R. L. **GESTÃO COMPARTILHADA E CIDADANIA**: Um Estudo da Experiência do “Pacto do Novo Cariri”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. 2006

FIGUEIREDO, D. M. **Questionário para esclarecimentos Iphan no Piauí**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < carolis.luz@gmail.com> 28 de junho de 2012 22:59.

_____. PUCCIONI, S. (Org.). 2006. **Consolidação estrutural da Toca da Entrada do Pajauí**: diagnóstico e proposta de intervenção. Teresina, IPHAN.

FISCARELLI, S. H.; SOUZA, C. B. *Contribuições para a avaliação de Políticas Públicas em educação na era da informação*. In: GUEDES, A. M; FONSECA, F. **Controle social da Administração Pública. Cenários, avanços e dilemas no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

ICOMOS. **Rock Art of the America Latina and Caribbean, Thematic Study**. Paris. 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano Básico Patrimônio Cultural Acessível a Todos**. Acervo: Iphan Piauí. 2005.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de manejo**: Parque Nacional Serra da Capivara. Brasília. 1991.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LUZ, C. F. M. **O processo histórico da gestão dos recursos hídricos na bacia do Itajaí – SC**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e da Comunicação – CCHC da Universidade Regional de Blumenau: 2008.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife, Editora Universitária, UFPE, 2005, 4ª Ed.

MELLO, V. M. **Universidade de Brasília, Laboratório de Materiais e Combustíveis, Instituto de Química**, P. Box. 4478, 70919- 970, Brasília, DF, Brasil. INCT-Catálise

MÜNCHAU. M. **Evaluating the Invaluable? Rock art in the context of World Heritage nominations**. 2007. 139 p.

MUNIZ, J.N; GOMES, E. C. (ed.) **Participação Social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte, 2002.

PARDI, M. L. **Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. Dissertação de Mestrado. Instituto Goiano de Pré História, 2002.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-história- - Images de La Préhistoire– Images from Prehistory**: Parque Nacional Serra da Capivara. [S.l.]: Fundação Museu do Homem Americano: Petrobras, 2003.

PORTA, P. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010** / Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

3. Fontes Digitais

ARQUEOLOGIA DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA. Sudeste do Piauí. **Jornal Com Ciência**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq10.shtml>. Acessado 07 de julho de 2012.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. Disponível em: http://www.fumdham.org.br/fumdham_2011/news_fumdham_025.html. Acessado em: 07 de julho de 2012.

_____. Disponível em:
http://www.fumdham.org.br/fumdham_2011/news_fumdham_025.html. Acessado em: 07 de julho de 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE ARTE RUPESTRE. **Ethic Code**. Austrália 4 de Julho de 2000. Disponível em:
<http://home.vicnet.net.au/~auranet/ifrao/web/index.html>. Acessado em 15 de agosto de 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas patrimoniais:** Carta de Veneza. Disponível em
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acessado em 20 de agosto de 2012

TEIXEIRA. E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade** 2002 - AATR-BA. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acessado em 10 de janeiro de 2013.

4. Fontes Legais/Legislação:

BRASIL. **Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 23/08/2002, P.9

BRASIL. **Decreto nº 83.548, de cinco de junho de 1979**. Cria no Estado do Piauí, o Parque Nacional da Serra da Capivara, com os limites que especifica e da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 – 06/06/1979, P. 8035.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 06/12/1937, P. 24056

BRASIL. Lei nº 3.924 de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27/07/1961.

BRASIL. Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 24/03/1999, P. 1

BRASIL. Medida Provisória nº752, de 6 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências.**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Seção 1 - 07/12/1994 , Página 18643

BRASIL. Portaria MinC/SPHAN nº 07 de 01 de dezembro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, de 15/12/1988.

ANEXO I
QUESTIONÁRIOS DIRECIONADOS

Questionário elaborado para complementação das informações para o desenvolvimento da monografia direcionado à Sr^a Diva Maria Freire Figueiredo

De:

Para: carolis.luz@gmail.com

Data: 28 de junho de 2012

Como se deu a trajetória do IPHAN até chegar-se a Superintendência Estadual, no Piauí?

O IPHAN foi instalado no Piauí em 1984, através de um Escritório Técnico vinculado à 3ª Diretoria Regional, com sede no Maranhão. Fui nomeada chefe deste Escritório Técnico, que contava, além de mim com mais uma servidora administrativa e um desenhista. A servidora administrativa saiu logo depois e ficamos duas pessoas no quadro durante longos anos, inclusive de 1991 a 1996, quando o IPHAN transformou-se em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Nesta época o Escritório Técnico foi elevado a 1ª Sub-Regional II, vinculado ainda a São Luís até 2002, quando ficou vinculado ao Ceará por dois anos. Em 2004 foi criada a 19ª Superintendência Regional do Piauí, atualmente Superintendência Estadual do Piauí. O IPHAN no Piauí funcionou muito tempo dentro do Arquivo Público do Estado, depois foi para salas da Fundação Cultural do Piauí, local no qual se mantém até hoje, apesar dos esforços para mudar para sede própria na antiga Estação Ferroviária de Teresina, mudança impossibilitada pelas pendências judiciais com ocupantes atuais do imóvel.

Como se deu a criação do ET de São Raimundo Nonato? O processo se deu através de uma solicitação da FUMDHAM ou alguma outra autarquia?

Não sei precisar a data, mas houve um congresso do ICOMOS em São Raimundo Nonato, do qual sou membro desde esta época, na qual se discutiu muito a importância da presença do IPHAN na região, tendo em vista a distância do Parque à capital do estado e da sede do IPHAN no Piauí. No final deste congresso se fez uma representação ao presidente do órgão, solicitando a criação de Escritório em SRN.

O Escritório Técnico surgiu junto com a criação da Superintendência, em maio de 2004 (se não foi junto foi logo depois, mas para isto há os atos administrativos publicados no DOU, nos qual você pode conferir) e já era reivindicado há muito tempo por outras instituições públicas e da sociedade civil, inclusive o ICOMOS supracitado, o Ministério Público e políticos do estado a fim de fazer uma atuação mais eficaz na região quanto à preservação do patrimônio arqueológico. Como o Parque Nacional Serra da Capivara é Patrimônio Cultural da Humanidade e tombado, o título foi preponderante para justificar a criação do ET de São Raimundo Nonato. Houve uma reunião em Brasília para tratar da reestruturação do IPHAN que deve ter sido antes de maio de 2004, na qual participei representando as Sub-Regionais com jurisdição em um estado da Federação, reivindicando a criação de Superintendências em todas elas. Por esta época foram criadas as do Piauí, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Alagoas. Neste grupo ficou acertado a criação de Escritórios Técnicos diferenciados em todos os patrimônios da Humanidade, inclusive o de São Raimundo Nonato. Só recentemente foram criadas as demais Superintendências, extinguindo as Sub-Regionais.

Em referencia a gestão do patrimônio arqueológico, referente aos sítios de arte rupestre, quais os principais entraves no período da sua gestão?

Um entrave que considero grave, pois os problemas que descrevo abaixo são também decorrentes, é a dificuldade que o patrimônio arqueológico tem para se impor como uma das prioridades dentro do próprio IPHAN, por diversos motivos que não cabem aqui mencionar, que refletiu demais na gestão do patrimônio arqueológico do Piauí, com um acervo tão grande de pinturas rupestres no sudeste do estado. Ilustra isto a falta de protagonismo do IPHAN, órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, no reconhecimento da importância do patrimônio cultural da Serra da Capivara. O fato do Parque só ter sido reconhecido pelo tombamento só depois de elevado a Patrimônio Cultural da Humanidade, proposta esta que sequer foi apresentada pelo IPHAN ao Comitê do Patrimônio Mundial, conforme se verifica pelo relatório do ICOMOS em anexo, mas pelo IBAMA com o assessoramento dos pesquisadores da Fundação Museu do Homem Americano, é emblemático. Isto sempre dificultou muito as relações desta Fundação, defensora deste patrimônio por meio de uma atuação muito aguerrida e personalista de suas dirigentes com os arqueólogos e instâncias decisórias do IPHAN. Em diversas ocasiões o IPHAN do Piauí teve que fazer a mediação de conflitos muito tensos entre a FUMDHAM e outros setores do IPHAN, além desta com vários outros órgãos, instituições e comunidade acerca da preservação do patrimônio arqueológico da Serra da Capivara.

Como se trata de um patrimônio presente em um território muito vasto, sua gestão envolve sempre uma articulação abrangente com outras instituições e setores, e trabalhosa para ser feita por um órgão com uma estrutura tão pequena quanto a Superintendência do Piauí. Para exemplificar: um dos piores problemas que

enfrentamos foi a exploração de cal no entorno do Parque, no município de Coronel José Dias. Explorava-se a cal em afloramentos calcários cheios de pinturas. Foram várias as idas a São Raimundo Nonato apurar denúncias, articulação com a Procuradoria do IPHAN, Polícia Federal, Ministério Público, Justiça do Trabalho, Prefeitura Municipal até se conseguir dar um fim nesta exploração, com a incorporação do pessoal que trabalhava com a cal nos trabalhos do Parque pela Fundação Museu do Homem Americano, além de outras medidas. Tenho certeza da existência de processo substancial sobre isto na Superintendência do Piauí, além de processos na Polícia Federal e Ministério Público. Frente a este problema sério, que era de destruição perpetrada por pessoas muito pobres e sem alternativas de sobrevivência em épocas de longa estiagem, os subseqüentes tornam-se mais simples. À época que isto ocorria não tínhamos ET em SRN, nem sequer tínhamos carro adequado para chegar aos sítios; então a alternativa era fazer a fiscalização com a logística ora da FUMDHAM, ora do IBAMA, ora da Polícia Federal. Outra demanda importante de fiscalização foi a busca para solucionar a questão do desmatamento por fogo no entorno do Parque que, à época era permitida pelo IBAMA, mas que gerava um risco enorme para a conservação dos sítios de pinturas rupestres. Solicitei a intervenção do Ministério Público, mas o IBAMA alegou que não tinha como autorizar o destoque das terras evitando os sítios porque eles não estavam demarcados. Foi daí que surgiram os projetos de demarcação dos sítios desenvolvidos pelo IPHAN no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, objeto de sua pesquisa. Não eram sítios abertos à visitação e sim ameaçados pela prática da agricultura ou outros tipos de exploração econômica como a cal, citada acima. Então, além de prospectar a fim de saber a extensão da área a se proteger por meio de cercas e placas, previa-se para aqueles que apresentassem problemas de conservação das pinturas, intervenções segundo uma prática pouco invasiva e cautelosa iniciada pela Fundação Museu do Homem Americano através de trabalhos da Professora Dra. Maria Conceição Menezes Lage. Partia-se do princípio que só fazer cercas e colocar placas de advertência, sem valorizar as pinturas cobertas por todo tipo de depósito natural como os provocados por intempéries (chuva, vento, calor intenso, exposição ao sol), animais, especialmente as casas de insetos etc, e depredação, não comunicaria bem a necessidade de proteger aqueles vestígios, não inspirando o respeito dos eventuais visitantes. Caberia ao ET de SRN, também diminuto, fazer um monitoramento destes sítios a fim de propor sempre, nos planos de ação da Superintendência, uma continuidade desta ação, tornando-a sistemática. Devo observar que o Ministério Público Federal só deixou de pedir explicações ao IPHAN do Piauí quando foi criado o ET de SRN, que deveria fazer a fiscalização dos sítios e prestar assessoramento ao IBAMA na identificação destas áreas, desde que ainda não demarcadas. Paralelamente, o trabalho de educação patrimonial foi considerado prioritário frente aos inúmeros conflitos provocados com a comunidade do entorno do Parque em função da preservação do patrimônio cultural e natural.

Então, durante minha gestão e diante do quadro acima, foram estas duas ações julgadas prioritárias, tanto é que os pedidos para especialização do PEP sempre focaram a educação como principal medida preventiva de preservação do importante acervo arqueológico do sudeste do Piauí, notadamente os sítios de arte rupestre. Outro entrave importante refere-se a falta de pessoal qualificado para os trabalhos de conservação de arte rupestre, pois apesar de se ter formado vários especialistas no curso da UFPI, ao qual me refiro na próxima questão, ficaram todos reféns da falta de formação em arqueologia para intervir nos sítios, estando sempre os trabalhos concentrados nas mãos de poucas pessoas, que obviamente não podiam dar conta de uma demanda tão grande.

Em 2002 a Sr^a ministrou um curso de conservação de arte rupestre. A que segmento profissional o curso foi direcionado?

Ministrei dois cursos de extensão voltados ao patrimônio arqueológico:

– "Gestão do patrimônio Cultural", disciplina ministrada no Curso de formação para Agentes do Parque Nacional Serra da Capivara, promovido pela Fundação Museu do Homem Americano- FUMDHAM, em fevereiro de 1997, na cidade de São Raimundo Nonato-PI.

– "Legislação de Proteção Cultural", disciplina ministrada no Curso de Extensão Conservação de Sítios de Pinturas Rupestres, oferecido pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, com carga horária de 20 horas, realizado de 01 de dezembro de 2002 a 30 de janeiro de 2003, em Teresina-PI.

E este de pós-graduação:

– Universidade Federal do Piauí-UFPI - Professora convidada do Curso de Pós- Graduação *Latu Sensu* de Especialização Profissionalizante em Conservação de Arte Rupestre, ministrando as disciplinas "Legislação Ambiental e Cultural" e "Teoria da Restauração", com carga horária de 45 horas, de 16 a 18 e de 21 a 25 de julho de 2002, em Teresina-PI.

O objetivo deste curso foi de especializar cerca de 45 profissionais portadores de graduação (licenciatura ou bacharelado) na Conservação de Sítios de Arte Rupestre, capacitando maior número de

profissionais para atender a grande demanda existente neste campo, evidenciada durante o 1º encontro da Associação Brasileira de Arte Rupestre- ABAR- realizada em São Raimundo Nonato, em 2000. Notamos uma imensa defasagem de documentação no que tange a gestão do PA, tanto no Escritório Técnico como na SI.

A seu ver, ao que se deve tal defasagem na gestão documental de projetos e relatórios? E sobre o projeto do PAJAU, a Srª saberia informar os custos dele? Não encontramos essa informação.

Na Superintendência existem processos que documentam os trabalhos que foram desenvolvidos. Só podem não estar acessíveis e de fácil recuperação tendo em vista não termos profissionais da área de arquivos para organizar e tratar tecnicamente esta documentação, sem falar na falta de espaço na Sede para guardá-la. Então, considero que o problema é a sua exiguidade de tempo para examinar este acervo de quase 30 anos, que deixei por lá. Você chegou a tentar fazer isto?

No entanto, repassando os arquivos antigos gravados em um pendrive, descobri uns arquivos com relatórios sobre o patrimônio arqueológico solicitados e enviados via e-mail para a presidência do IPHAN e área central. Enquanto estive na Superintendência solicitava que sempre se fizesse cópia destes arquivos, por isto estranho você não tê-los encontrado. Para sua sorte encontrei algumas informações que lhe poderão ser útil, inclusive o projeto da Toca da Entrada do Pajaú, elaborado em 2001. Mas junto a este havia outro projeto de dois outros sítios que não foram realizados. Então, trata-se de uma proposta de orçamento e não o efetivamente realizado e gasto. Não sei lhe dizer se o que foi gasto corresponde a este orçamento, pois como disse, só conferindo no processo, mas pelo menos dá se ter uma idéia dos tipos de serviços e a ordem de grandeza dos custos.

Vitória, 28 de junho de 2012
Diva Maria Freire Figueiredo

Questionário elaborado para complementação das informações para o desenvolvimento da monografia direcionado a Dr^a Niéde Guidon

A criação do Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato, foi um pedido da FUMDHAM a União, devido à gestão compartilhada?

A FUMDHAM desde a inclusão do Parque na lista dos patrimônios da humanidade da UNESCO, luta para que o IPHAN tenha, aqui na região, um número de funcionários capaz de garantir a preservação do patrimônio cultural. Essa é uma responsabilidade do IPHAN como órgão federal.

Sobre a gestão hoje compartilhada entre FUMDHAM e IPHAN e ICmbio, quais são os aspectos mais críticos em referencia a parceria?

A falta de recursos, tanto do escritório do IPHAN como do ICMBio e da FUMDHAM. Não há um orçamento permanente o que impossibilita uma gestão adequada a um patrimônio da humanidade. É impossível manter um quadro de funcionários se não temos entradas garantidas. Já conseguimos ter 270 funcionários, hoje temos 110!

E quais os aspectos positivos?

As pessoas, tanto do IPHAN, como da FUMDHAM, são extremamente motivadas e fazem o melhor para defender o parque. Mas lutam com a falta de recursos

Atualmente, quais os principais problemas, frente a gestão e conservação dos sítios por meio das ações da FUMDHAM, que são perceptíveis?

Falta de um orçamento fixo, capaz de manter os 480 funcionários que seriam necessários para um parque, com esta área, patrimônio da humanidade

Em Referencia ao pedido de Reconhecimento do PARNA.

De: NiedeGuidon guidon@fumdham.org.br

Para: carolis.luz@gmail.com

Data: 2 de outubro de 2012 08:19

O pedido para o Parque ser patrimonio da humanidade foi feito pelo Ministério de Relações Exteriores, partiu diretamente do governo federal. A FUMDHAM simplesmente, a pedido do Ministério, elaborou todos os documentos e o Ministério pediu que eu apresentasse o pedido na UNESCO pois eles alegaram que nenhum dos embaixadores conhecia suficientemente arqueologia para poder responder às questões que poderiam ser colocadas. Eles me deram um passaporte diplomático e eu apresentei o pedido que foi aprovado imediatamente. SIM a UNESCO pode retirar o Parque da lista se a obrigação do governo federal, que é a manutenção e proteção dos sítios não for assegurada. A FUMDHAM é considerada pela UNESCO como responsável, por isso vivo pedindo dinheiro ao Ministério da Cultura que deveria ter aprovado um orçamento fixo para garantir esse patrimonio, mas nunca o fez.

Um abraço,

Niéde

Resposta do Chefe da Divisão Técnica do Iphan do Piauí, Tiago Ramires
Questionamento dos orçamentos do Iphan no Piauí.

De: tiago.ramires@iphan.gov.br,
Para: carolis.luz@gmail.com
Data: 27 de agosto de 2012

Os estados com maiores orçamentos são: PE, RJ, BA, MG.

Na segunda maior faixa orçamentária estão os estados de: PA, MA, CE, SP, SC, RS, GO, DF, AL.

Na terceira faixa orçamentária estão os estados de: AM, SE, PR, PB, ES, MS, RN e PIAUÍ.

Na quarta faixa orçamentária, os estados de: RO, RR, AC, AP, MT e TO.

Os orçamentos são definidos conforme os projetos apresentados e a capacidade de execução de cada superintendência, avaliada a partir das contratações dos anos anteriores. Desta forma, obviamente, as unidades mais antigas e com mais servidores e/ou mais bens acautelados terão orçamento maior.

Nada impede que o Piauí passe para uma faixa acima caso consiga desenvolver suas ações e demonstrar a devida eficiência.

Note que as faixas orçamentárias também refletem as (chamarei de) "gerações" das unidades. Tendo sido PE, RJ, BA e MG as primeiras a serem criadas, e assim por diante. As unidades da faixa mais baixa são as mais novas, criadas há poucos anos, na última reforma estrutural da Instituição.

Internamente à superintendência, o orçamento é dividido conforme os projetos, apresentados nos primeiros dias do ano. Portanto, não há rateio entre os ETECs, mas sim o financiamento demandado pelos técnicos, avaliado pela superintendente e apresentado à Direção Central (DEPAM, DPI, DAF e DPA).

Para este ano temos projetos elaborados no ETEC SRN que será executado também fora de sua área de atuação, assim como projetos elaborados na sede, e que serão executados na região sudeste do estado.

Att
Tiago Leite Ramires
Chefe da Divisão Técnica
Superintendência do IPHAN no Piauí

ANEXO II
MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS DE REGISTRO RUPESTRE EM
RELAÇÃO AOS PROJETOS EXECUTADOS

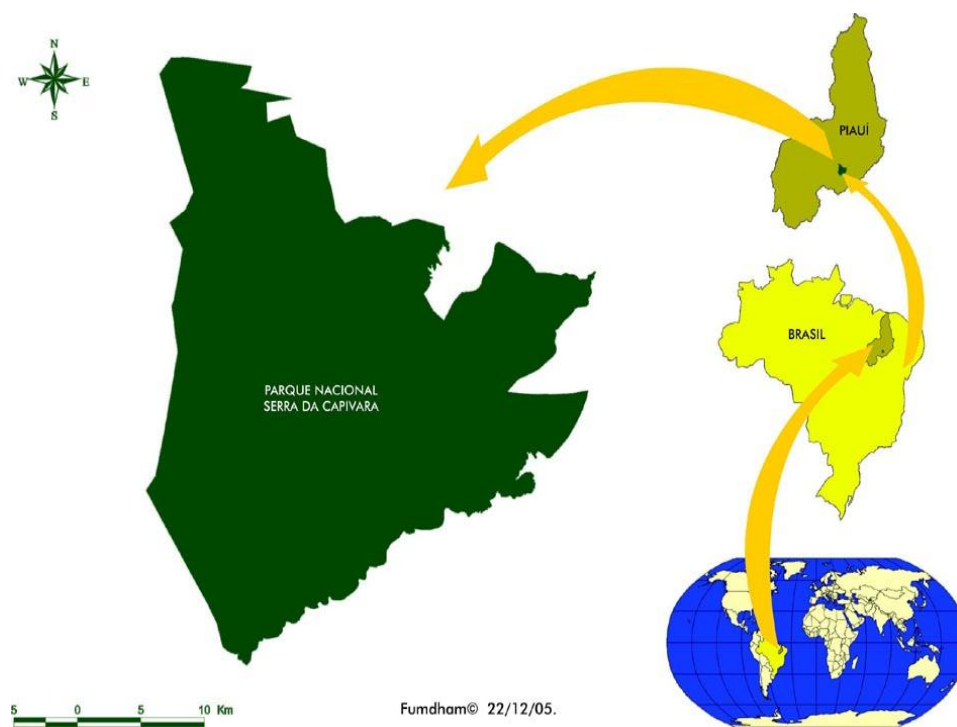


Fig1: Mapa de localização Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil.
Fonte: FUMDHAM, 2005

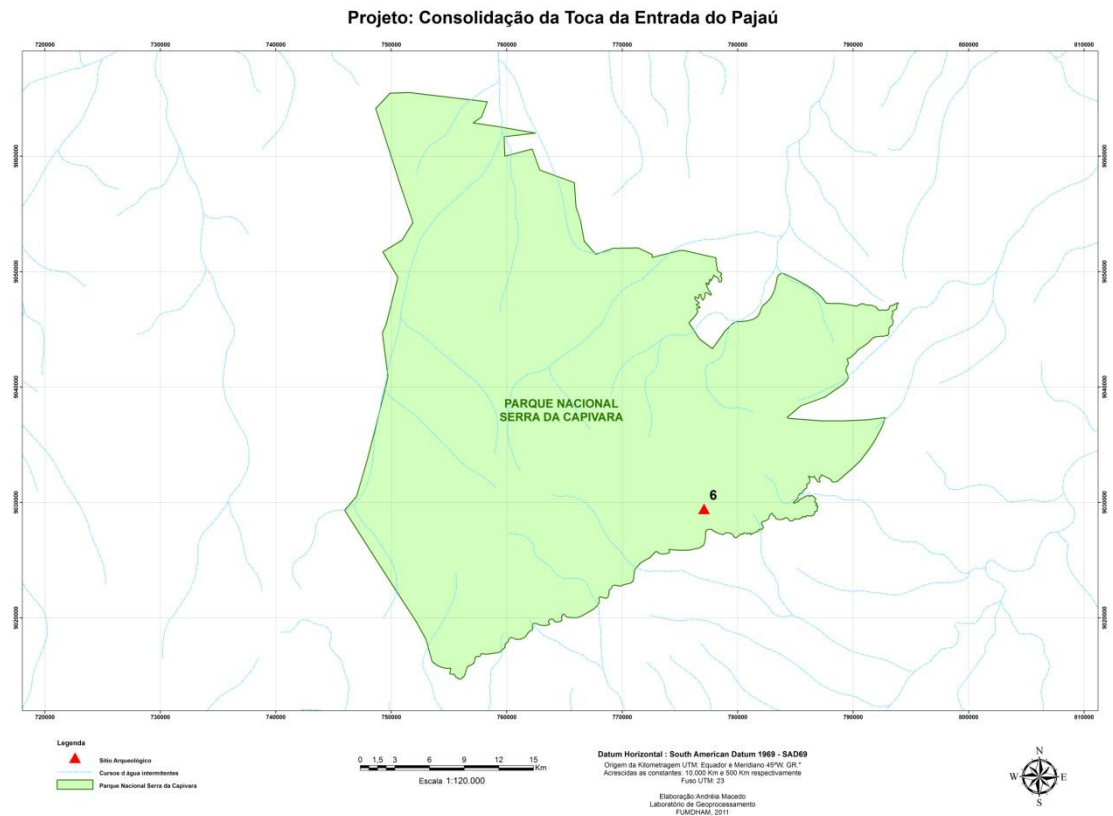


Fig. 2: Mapa do Projeto Consolidação da Toca da Entrada do Pajau
Fonte: FUMDHAM, 2012

**Projeto: Patrimônio Cultural Acessível a Todos: Interpretação e
Conservação dos Sítios Arqueológicos
do Parque Nacional Serra da Capivara**

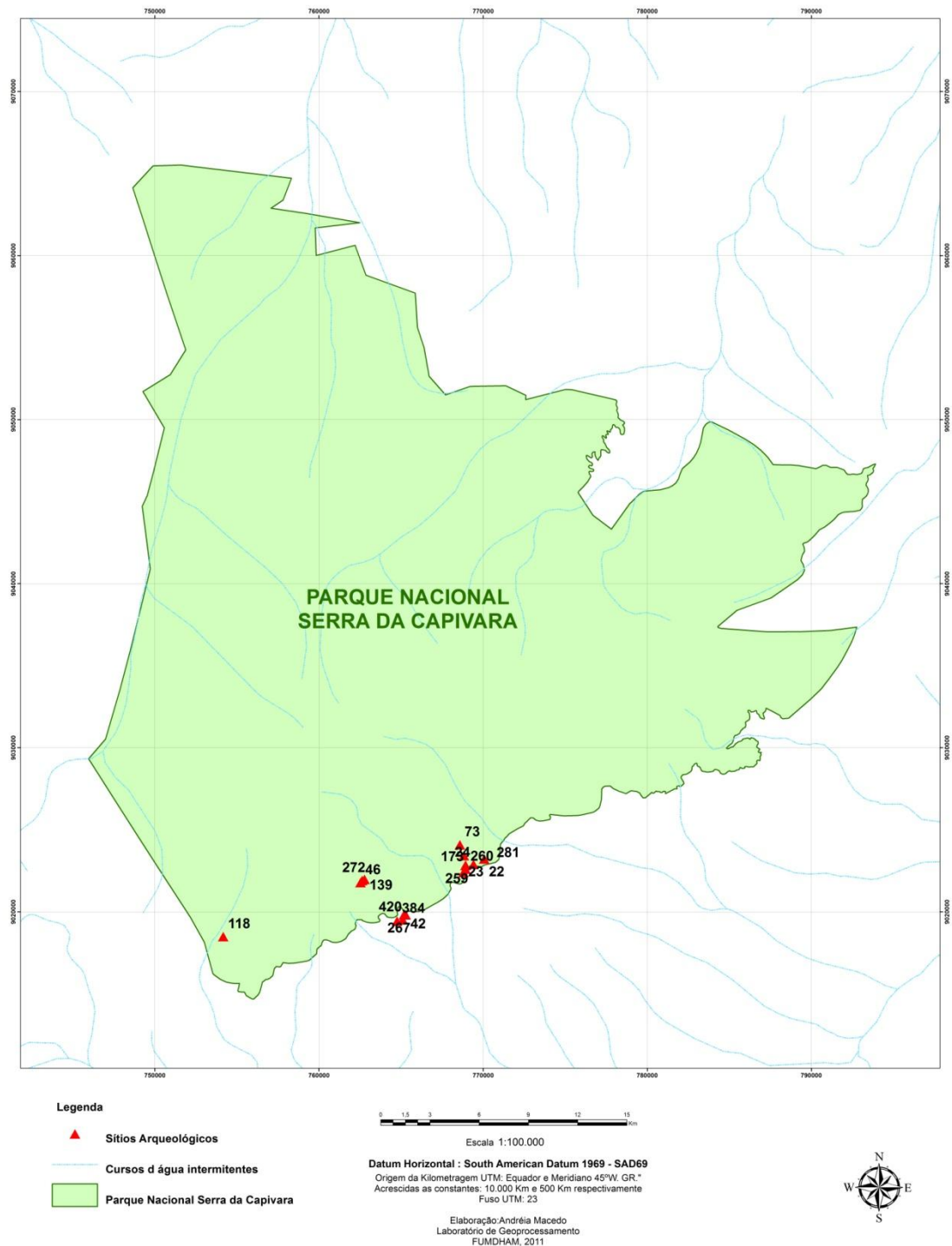


Fig. 3: Mapa do Projeto Patrimônio Cultural Acessível a Todos.
Fonte: FUMDHAM, 2012

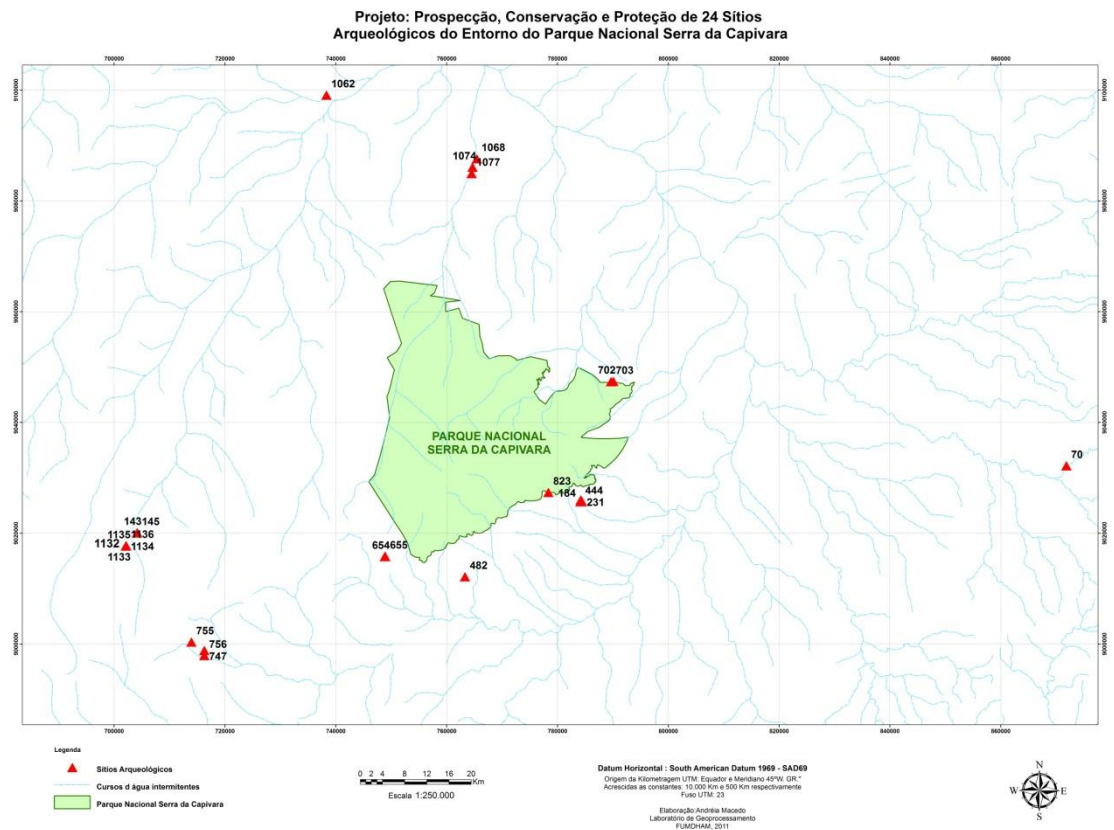


Fig. 4: Mapa do Projeto Prospecção, Conservação e Proteção de 24 sítios Arqueológicos do Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara
 Fonte: FUMDHAM, 2012

Projeto: Prospecção demarcatória e Proteção de 34 Sítios Arqueológicos do Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara

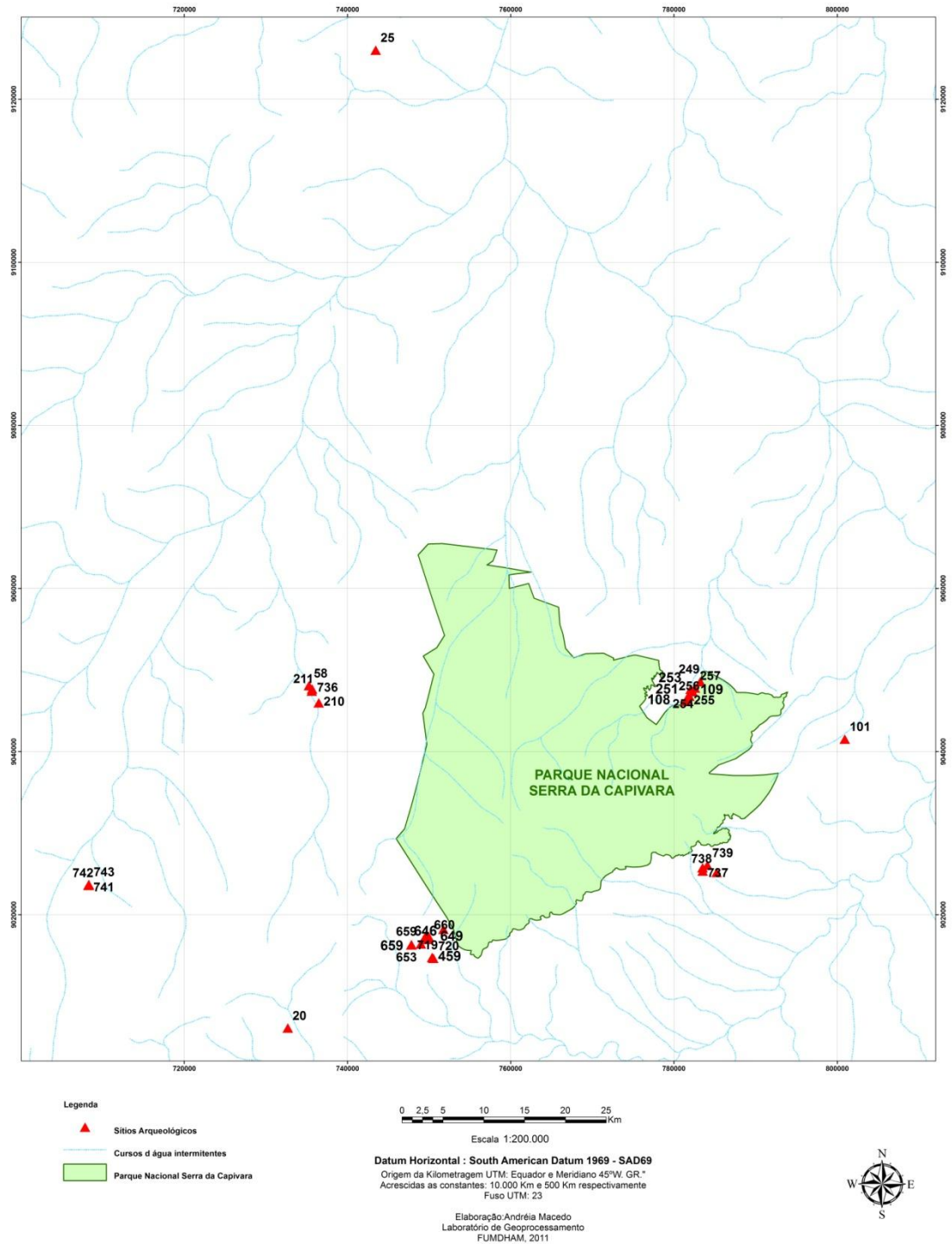


Fig. 5: Mapa de Localização dos sítios do Projeto de Prospecção Demarcatória de 34 sítios Arqueológicos do Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara
 Fonte: FUMDHAM, 2012

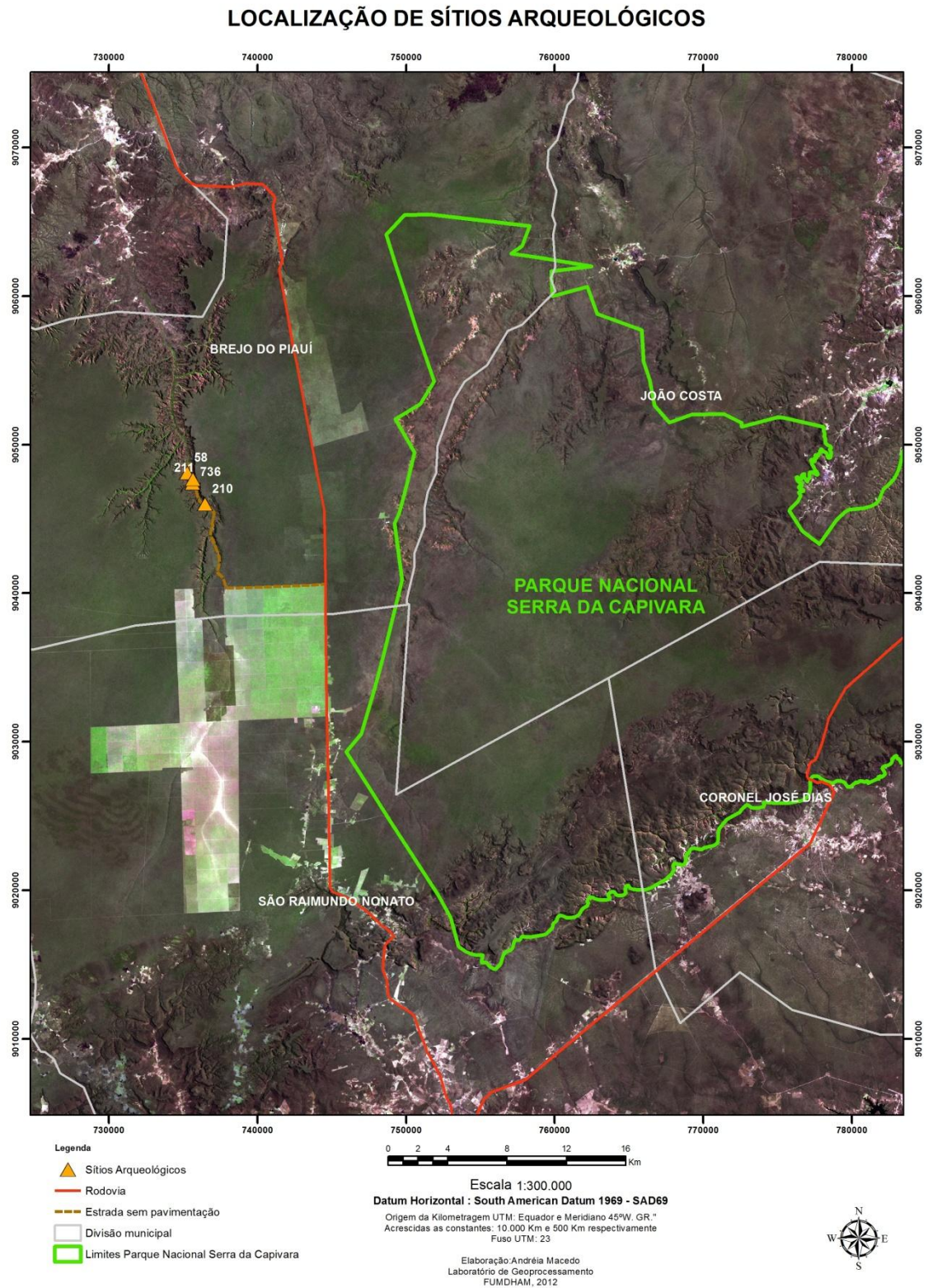


Fig. 6: Mapa de Localização dos sítios sem Acesso, Região Boqueirão Grande, Brejo do Piauí
 Fonte: FUMDHAM, 2012

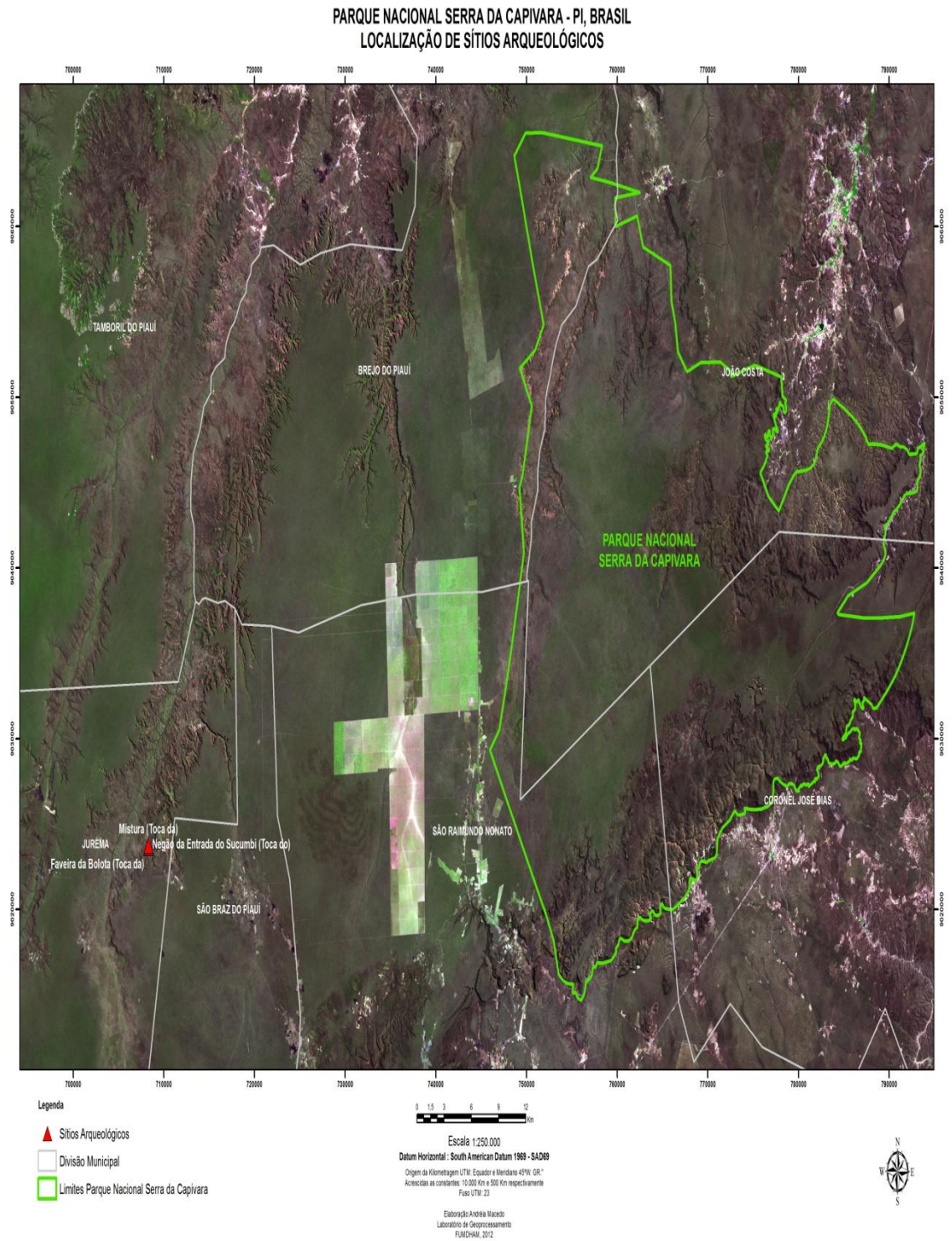


Fig. 7: Mapa de Localização dos Sítios sem acesso, Região Jurema.
Fonte: FUMDHAM, 2012

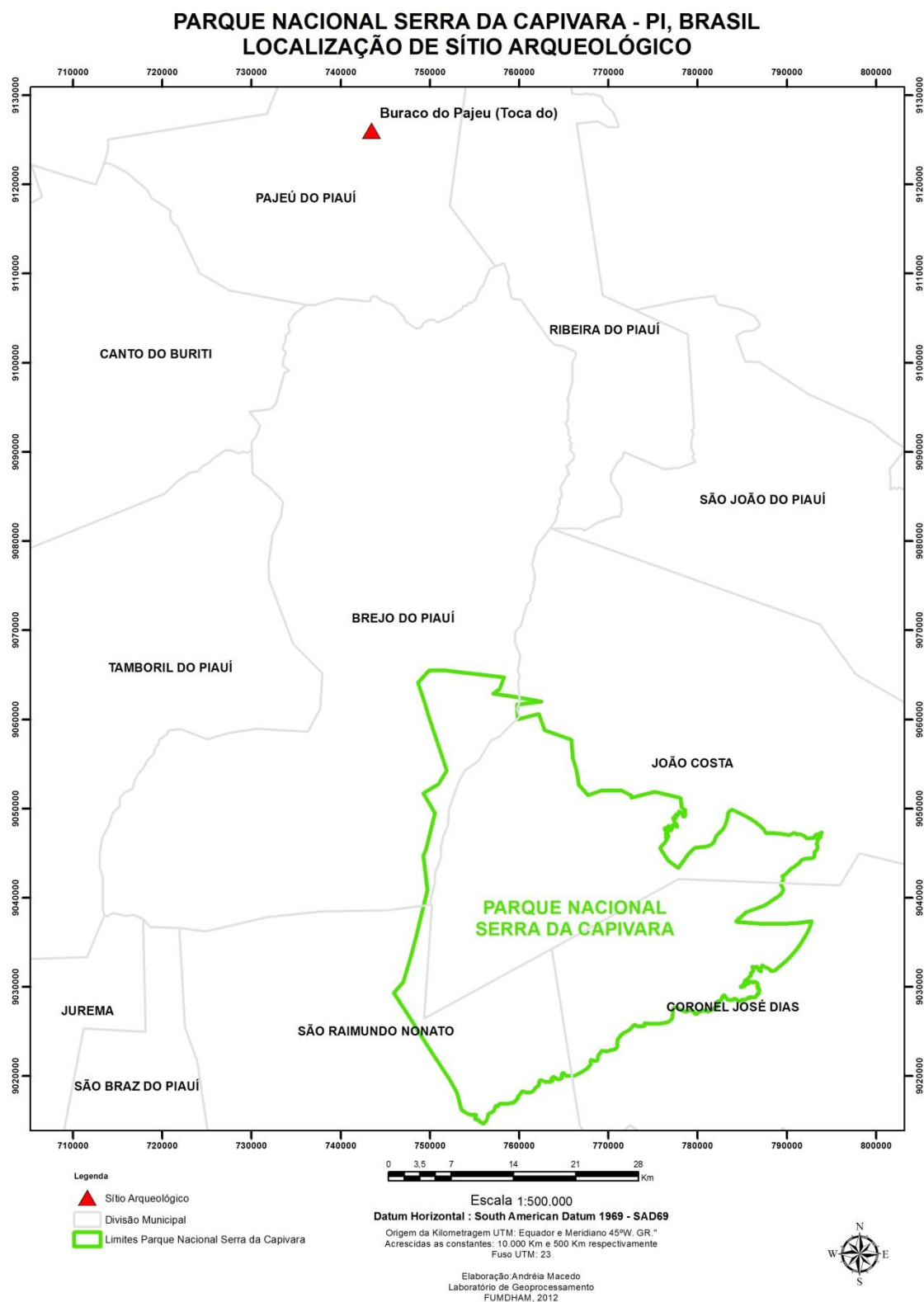


Fig. 8: Mapa de Localização do Sítio sem acesso Toca do Buraco do Pajeú
Fonte: FUMDHAM, 2012

ANEXO III**DIAGNÓSTICO DOS 34 SÍTIOS DE REGISTRO RUPESTRE DA ÁREA DE
ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ, BRASIL**

Esta etapa de dar retorno aos sítios, em consenso com a chefe de Escritório Ana Stela de Negreiros Oliveira, supervisora deste trabalho, Lygia Guimarães, orientadora da pesquisa da COPEDOC, coordenação do Mestrado, ficou prevista para ser executada o mês de maio de 2012 e caracteriza o produto final da prática profissional, fruto dos dois anos de vivência junto ao Escritório Técnico do Iphan de São Raimundo Nonato, Piauí.

Os sítios foram elencados por regiões a fim de facilitar as visitas e cumprir o cronograma proposto a tempo de elaborar o diagnóstico e complementarem esta pesquisa. Totalizaram-se mais de 2000 km percorridos, distribuídos em quinze dias de campo. A descrição sumária dos sítios, citadas no trabalho, são informações que constam da ficha do cadastro nacional de sítios arqueológicos (CNSA) que funciona junto ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA), e que estão disponíveis no site do IPHAN. Dos 34 sítios que receberam as ações de proteção, 26 puderam ser vistoriados e fotografados durante o mês de maio. Em oito sítios localizados em três regiões diferentes, não tivemos acesso devido a inexistência de estradas que permitissem o acesso até eles. O mapa 5 (Anexo II p.122) exhibe a localização dos sítios em relação a área do Parque Nacional Serra da Capivara.

1. Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre da Região do Veredão

Os primeiros nove sítios visitados se localizam no município de João Costa na área de entorno e fazem parte do circuito conhecido como Veredão. O acesso se dá pela guarita da BR 020 ou da Serra Vermelha, atravessando o parque e saindo pela guarita de São João Vermelho e seguindo em média seis km até um baixão, onde se visualizam as placas amarelas que sinalizam os sítios. Os sítios desta região, embora fiquem na área de entorno e três deles dentro de propriedade privada, estão conservados e preservados. Em 2009, para a preparação do congresso realizado pela *International Federation of Rock Art Organisations* (IFRAO) em São Raimundo Nonato, alguns sítios deste circuito, através da FUMDHAM, foram selecionados para receberem infra-estrutura de visitação devido a sua importância enquanto sítio de registro rupestre. As vistorias ocorreram na ordem que demonstra a planilha:

Nº cadastro	Nome do Sítio	Município	Proprietário	Data vistoria
108	Toca do Estevo I	João Costa	Sr. Geraldo	30/04/2012
109	Toca do Estevo III ou da Onça	João Costa	Sr. Domingos Gomes Ferreira	30/04/2012
249	Toca do Veredão II ou Juvenal	João Costa	Entorno	30/04/2012
251	Toca do Veredão IV ou Macabeu I	João Costa	Entorno	30/04/2012
253	Toca do Veredão VI ou Fidalgo I	João Costa	Entorno	30/04/2012
254	Toca do Veredão VII ou Fidalgo II	João Costa	Entorno	30/04/2012
255	Toca do Veredão VIII ou Macabeu II	João Costa	Entorno	30/04/2012 02/05/2012
256	Toca do Veredão IX ou do Sobrado	João Costa	Sr. Domingos Gomes Ferreira	30/04/2012
257	Toca Veredão X ou Pau Darco I	João Costa	Entorno	30/04/2012

Tabela 1: Localização dos Sítios da Região do Veredão

Elaborada: Carolina Luz, 2012

A Toca do Estevo I é um abrigo sob rocha com grafismos da Tradição Nordeste, prejudicados pelo salitre e deslocamento do suporte pictórico no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. O grau de integridade do sítio está entre 25% a 75% e a principal causa de deterioração é apontada na ficha do cadastro como sendo as atividades agrícolas (CNSA). O sítio possui a placa do IPHAN que está em bom estado e visível logo ao longo da estrada. O corrimão que oferece suporte à subida até o sítio apresenta rachaduras e esta tomado por cupins e a passarela, colocada em 2009 pela FUMDHAM, esta em bom estado. Não há presença de casas de insetos ou cupins sobre as pinturas.



Fig.9 - Sítio Arqueológico Estevo I
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

Toca do Estevo III ou da Onça é um abrigo sob rocha com grafismos das Tradições Nordeste e Agreste, prejudicados pelo salitre e deslocamento do suporte pictórico no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. O grau de integridade do sítio está entre 25% a 75% e a principal causa de deterioração é apontada na ficha do cadastro como sendo as atividades agrícolas (CNSA). A placa explicativa do IPHAN está em perfeito estado e visível. Os mourões que sustentam a passarela estão soltos, colocando em risco a estrutura de passagem. Sobre as pinturas há muita incidência de casas do inseto maria pobre e algumas manchas que provavelmente decorrem de problemas hídricos. Foram colocadas pingadeiras em pontos estratégicos do sítio, através de ações da FUMDHAM.

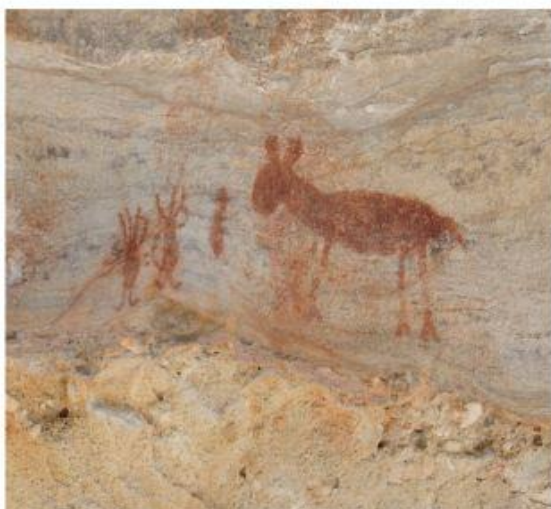
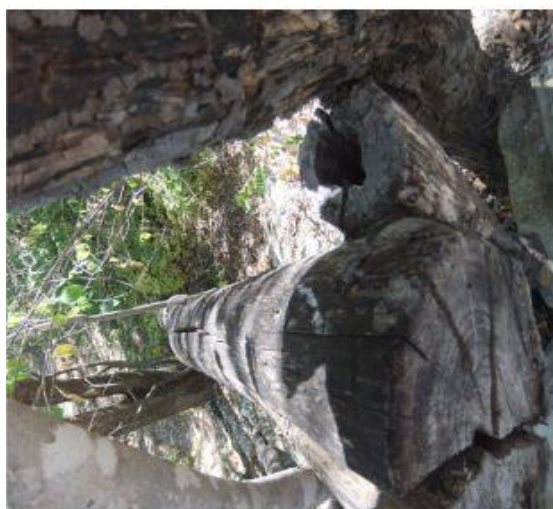


Fig.10 - Sítio Arqueológico Estevo III ou da Onça
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do Veredão II ou Juvenal é um sítio de arte rupestre com predominância de grafismos da Tradição nordeste de pintura localizado na entrada do baixão, conhecido como Varedão do Cambraia. O grau de integridade também está entre 25% a 75% (CNSA). Faltam placas que indiquem a direção, e o caminho se dá por dentro de uma roça. Anda-se cerca de 4 km para chegar até o local. Neste sítio a placa do IPHAN está riscada, sendo considerado um ato de vandalismo. Os arames foram forçados e estão soltos. As tábuas de madeira dos degraus da escada aparentam bom estado, porém os palanques e os corrimões de madeira que a sustentam estão comprometidos devido a presença dos cupins.

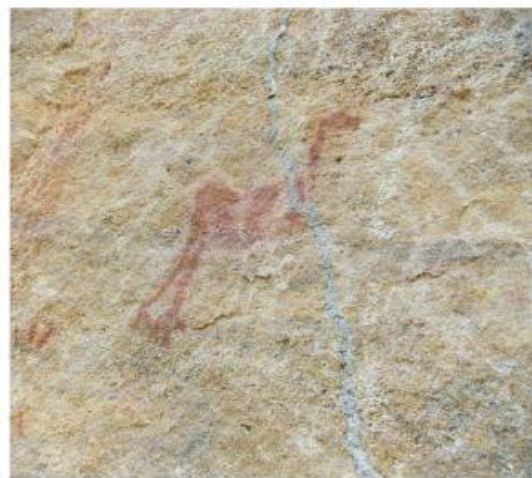
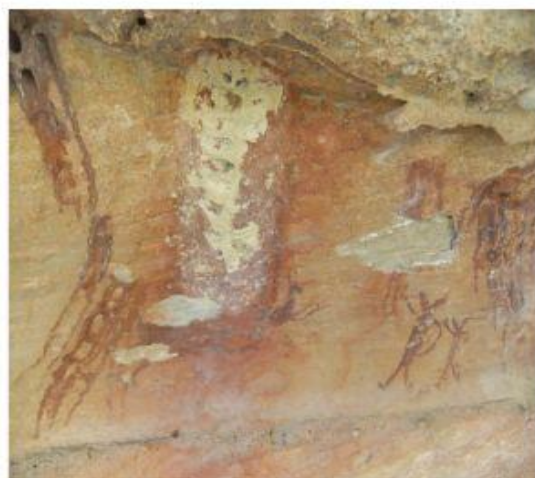


Fig. 11 - Sítio Arqueológico Toca do Veredão II ou Juvenal
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do Veredão IV ou Macabeu I é um sítio de arte rupestre com poucos grafismos e muito deslocamento e cupins sobre as pinturas. O grau de integridade esta entre 25% a 75%. (CNSA). O acesso é bem sinalizado com as placas com setas amarelas que contem o nome do sítio. A placa do IPHAN estava em bom estado e o cercamento também. Há sobre as pinturas inúmeros pontos com cupins e Maria pobre. Há também diversos pontos com casas de marimbondos espalhados pela toca, que além de ser um problema para a conservação das pinturas são um problema para quem visita o local.



Fig. 12 - Sítio Arqueológico Veredão IV ou Macabeu I
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do Veredão VI ou Fidalgo I é um *sítio de arte rupestre com representações zoomorfas e antropomorfas da Tradição Nordeste de pinturas*. O grau de integridade esta entre 25% a 75% (CNSA). O acesso está mal sinalizado e com muita vegetação ocultando a trilha. As placas indicativas, no caso, as setas amarelas, nos fizeram andar em círculos ate notarmos que o parafuso que prende a placa estava solto e não a mantinha segura na direção precisa do local. A placa explicativa do IPHAN esta visível e em bom estado. Os arames estão tombados no chão devido à degradação dos mourões de madeira que também estão tombados. Há muito excremento do animal chamado Mocó no sítio, porém não está sobre as pinturas.



Fig.13 - Sítio Arqueológico Veredão VI ou Fidalgo I
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do Veredão VII ou Fidalgo II é um *sítio de arte rupestre com representações zoomorfas e antropomorfas da Tradição Nordeste de pinturas*. O grau de integridade está entre 25% a 75% (CNSA). O acesso está mal sinalizado e a vegetação esconde a trilha. Não há seta indicativa da direção precisa. O portão está tombando devido a deterioração dos mourões que o sustentam. Há diversos pontos sobre as pinturas com interferências de casas de cupins e de Maria pobre. Notam-se também, como é possível visualizar na imagem abaixo, que a incidência de salinização na rocha (manchas brancas), também sobre as pinturas.



Fig.14 - Sítio Arqueológico Veredão VII ou Fidalgo II
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do Veredão VIII ou Macabeu II é um *sítio de arte rupestre com representações de figuras de grande tamanho e contorno aberto, da Tradição Nordeste de pinturas*. O estado de conservação é *péssimo*. O grau de integridade do sítio está entre 25% a 75% (CNSA) e a principal causa da sua deterioração é apontada na ficha do cadastro como sendo as "*atividades agrícolas*". O acesso também é confuso devido às setas amarelas estarem apontando para direção oposta. Há vegetação alta até a chegada do sítio e dentro do próprio cercamento. Há nos paredões cupins, marimbondos e se percebe manchas brancas, possivelmente efeito da salinização sobre as pinturas. Há também marcas escuras, provavelmente decorrentes de problemas hídricos.

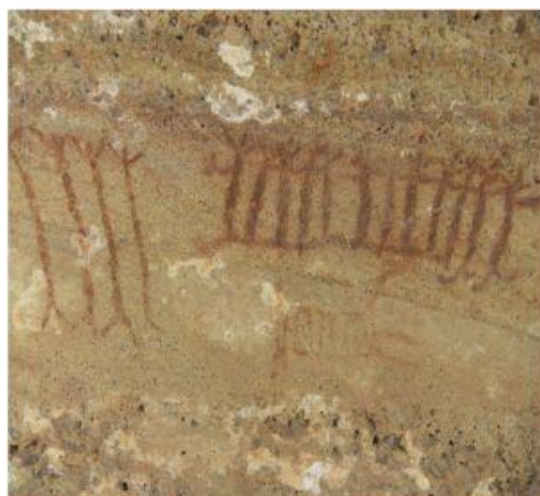


Fig.15 - Sítio Arqueológico Veredão VIII ou Macabeu II
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do Veredão IX ou Toca do Sobrado é um sítio de arte rupestre em péssimo estado de conservação. Além da escamação do suporte pictórico este sítio foi prejudicado pela ação do homem, devido à utilização de pedaços de paus para a retirada de mel(CNSA).O grau de integridade deste sítio é menor que 25%. Os problemas apontados na ficha do cadastro foram: *desplacamentos e escamação do suporte rochoso e a retirada sem critérios do mel localizado nos nichos entre as pinturas*. A trilha que permite o acesso ao sítio esta escondida em meio a vegetação que cresceu desordenadamente. O sítio se localiza no alto de um rochedo e não há apoio para subida. A placa explicativa do IPHAN bem como as cercas de cimento e os arames estão em perfeito estado. Há grande infestação do inseto maria pobre, casas de abelhas e cupins nos paredões. Algumas manchas escuras parecem ser decorrentes de problemas hídricos.

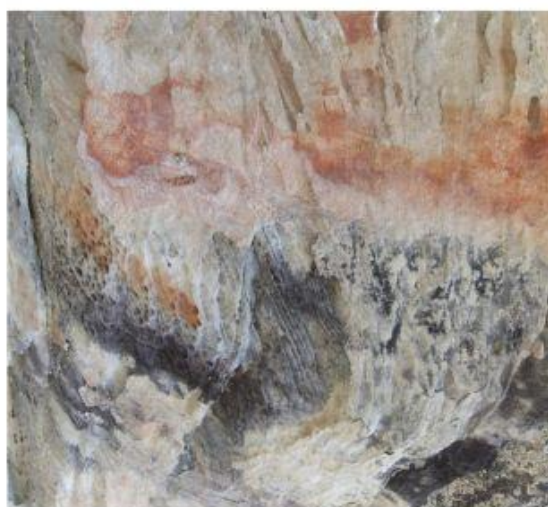
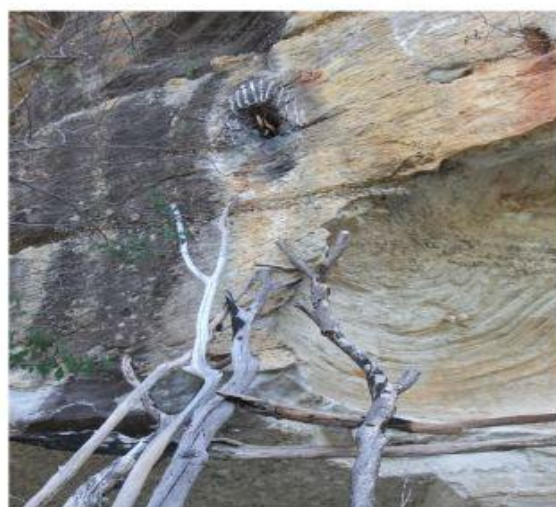


Fig.16 - Sítio Arqueológico Veredão IX ou Sobrado
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca Veredão X ou Pau Darco I, é um sítio arqueológico com painéis pictóricos nítidos e painéis completamente destruídos por processos naturais, deslocamento e escamação da rocha. O grau de integridade do sítio é menor que 25%(CNSA). O local possui um bom acesso, sinalizado pelas setas amarelas. A placa do IPHAN está em bom estado e visível. Há presença de cupins nos palanques de sustentação das passarelas. Sobre as pinturas não identificamos problemas visíveis como nos demais casos em outros sítios (como marimbondos, maria pobre ou cupins).

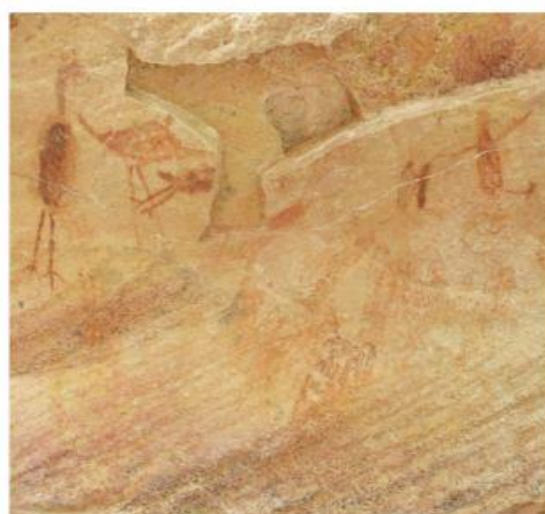
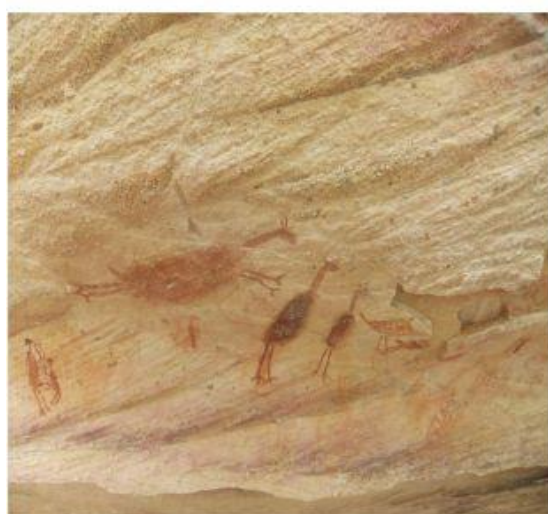


Fig.17 - Sítio Arqueológico Veredão X ou Pau Darco
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

2. Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre dos Serrotes

No dia dois de maio deu-se início as vistorias na região conhecida como Serrotes, no município de Coronel José Dias. Os sítios de registro rupestre nesta região possuem gravuras e são poucas as ocorrências de pinturas. A área dos serrotes foi muito prejudicada pela exploração ilegal do calcário. O acesso ao Circuito dos Serrotes, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara se dá a partir do município de Coronel José Dias. Os sítios vistoriados foram:

Nº cadastro	Nome do Sítio	Município	Proprietário	Data vistoria
113	Toca do Serrote das Moendas	Coronel José Dias	Aldemar S. Costa	02/05/2012
737	Toca do Serrote do Antero	Coronel José Dias	Sr. Antero	02/05/2012
556	Toca do Serrote do Julio	Coronel José Dias	Sr. Julio	02/05/2012
643	Toca do Serrote do Luiz	Coronel José Dias	Sr. Luiz	02/05/2012

Tabela 2: Localização dos Sítios da Região do Serrote
Elaborada por Carolina Luz, 2012

Para termos acesso a estes sítios, necessitamos da ajuda de um morador local, José Pedro do Nascimento, que prontamente se disponibilizou no auxílio da abertura das trilhas totalmente fechadas pela vegetação seca, típica da época. O percurso até os sítios foi feito a pé devido à inviabilidade de passarmos com o carro do IPHAN.

O sítio Serrote do Antero, que é um sítio arqueológico com pinturas rupestres da Tradição Nordeste, cor vermelha em abrigo sob rocha de calcário. Caatinga arbórea e arbustiva. Comprovação de ocupação pré-histórica com gravuras no Serrote Limpo Grande em Coronel José Dias. O grau de integridade esta entre 25% a 75%. Os principais fatores de degradação apontados no cadastro foram erosão pluvial e eólica e atividades agrícolas(CNSA). O acesso estava totalmente tomado pela vegetação seca. Neste sítio a placa explicativa do IPHAN esta com manchas de ferrugem. As estacas que dão suporte ao cercamento são feitas de cimento e encontra-se em perfeito estado. Apenas a vegetação que cresce desordenadamente na área do sítio força os arames do cercamento os deixando frouxos. Não há problemas visíveis com as gravuras. Não há presença de casas de insetos ou excrementos de outros animais.



Fig.18 - Sítio Arqueológico Toca do Serrote do Antero
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

O sítio Serrote do Julio é um sítio arqueológico com pinturas rupestres nas cores vermelha e preta, bastante impactado pela ação da fabricação da cal, exploração ilegal comum nesta região (CNSA). A infra-estrutura do cercamento e placa do IPHAN estão em perfeito estado. Os problemas averiguados foram a vegetação que cresce no local e muito excremento de animais nos paredões da toca, advindos de morcegos que habitam o local. Notou-se deslocamentos recentes da rocha.



Fig.19 - Sítio Arqueológico Toca do Serrote do Julio
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

O sítio Serrote do Luiz, um *sítio Arqueológico com pinturas rupestres na cor preta na região calcária, próximo a toca do serrote do Tenente Luiz. Local prejudicado pela exploração ilegal do cal. O grau de integridade esta entre 25% a 75% (CNSA).* Os principais fatores de degradação apontados no cadastro foram erosão pluvial e eólica e atividades agrícolas. O percurso até este local foi um dos mais demorados. Anda-se cerca de 3 km até o local do sítio. O acesso estava totalmente fechado, sendo o sítio de mais difícil acesso do circuito. Não há setas indicativas do percurso. A placa explicativa do IPHAN e as estacas de cimento bem como os arames do cercamento estão em perfeito estado. Neste sítio o portão se mantém aberto devido ao crescimento de uma árvore pelas grades.



Fig. 20 - Sítio Arqueológico Toca do Serrote do Luiz
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

O sítio Serrote das Moendas é um sítio localizado na planície Pré-cambriana no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara e onde há blocos com gravuras caídos e fragmentos de cerâmica e ossos nasuperfície. Os fatores naturais apontados na ficha são as águas de escoamento. Os fatores antrópicos da deterioração seriam a fuligem das queimadas e a extração de cal (CNSA). Consta no relatório encontrado no Escritório Técnico do IPHAN de São Raimundo Nonato que o cercamento não se realizou devido ao início de uma escavação. No local averiguou-se que os mourões de cimentos estão espalhados por diversos pontos próximos ao sítio, e que da placa explicativa do IPHAN somente resta a moldura e os arames não foram localizados. Em contato com a FUMDHAM sobre o que poderia ter acontecido, esta afirmou que o cercamento em 2005 ocorreu como previsto, porém com uma nova campanha de escavação realizada em 2010 se fez necessária a retirada do cercamento e da placa, e que estes ainda não teriam sido repostos.



Fig.21- Sítio Arqueológico Toca do Serrote das Moendas
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

3. Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre do Entorno da Serra Vermelha

A vistoria nos sítios da região da Serra Vermelha teve que acontecer em dois dias, devido ao grande número de sítios e à distância dos percursos feitos a pé. O acesso à região destes sítios se deu através da estrada estadual PI-140, virando a direita no km 17, próximo a um pequeno povoado. Para localizarmos estes sítios foi necessária a ajuda de um morador local, Leocastro. Os sítios vistoriados nesta área foram:

Nº cadastro	Nome do Sítio	Município	Proprietário	Data Vistoria
649	Caldeirão do urubu II	São Raimundo Nonato	Não identificado ²⁷	04/05/2012
660	Toca da Arapuça	São Raimundo Nonato	Não identificado	04/05/2012
657	Toca da Justa	São Raimundo Nonato	Não identificado	04/05/2012
659	Toca das Meninas	São Raimundo Nonato	Sr. Cesarino	04/05/2012
646	Toca do Caldeirão Raso	São Raimundo Nonato	Não identificado	04/05/2012
459	Toca do João Pimenta	São Raimundo Nonato	FUMDHAM	04/05/2012
719	Toca do Pedro Dias I	São Raimundo Nonato	Sr. Pedro Dias	06/05/2012
720	Toca do Pedro Dias II	São Raimundo Nonato	Sr. Pedro Dias	06/05/2012
656	Toca do Prato	São Raimundo Nonato	Não identificado	06/05/2012
652	Toca do Satu I	São Raimundo Nonato	Sr. Saturnino Dias Santos	06/05/2012
653	Toca do Satu II	São Raimundo Nonato	Sr. Saturnino Dias Santos	06/05/2012

Tabela 3: Localização dos Sítios da Região da Serra Vermelha
Elaborada por Carolina Luz, 2012

²⁷ A informação não consta na ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos e no dia da visita não encontramos ninguém no local que pudesse informar com precisão o nome dos proprietários.

O sítio Caldeirão do Urubu II é um abrigo sob rocha com grafismos pintados nas cores vermelha e branca. Ele está situado em uma perna de um baixão que desce para a Serra do Pote. Elas são nítidas e comprovam a ocupação na pré-história desta região. A integridade do sítio esta entre 25% e 75% (CNSA). As causas de deterioração apontadas na ficha do cadastro são decorrentes de erosão eólica, erosão fluvial e erosão pluvial. A estrutura do cercamento esta em perfeito estado, bem como, a placa explicativa do IPHAN. Sobre as pinturas notam-se diversos pontos de casas de insetos como maria pobre. Há manchas esverdeadas escuras em diversos pontos do sítio, o que aparentemente leva a constatarem-se problemas hídricos.

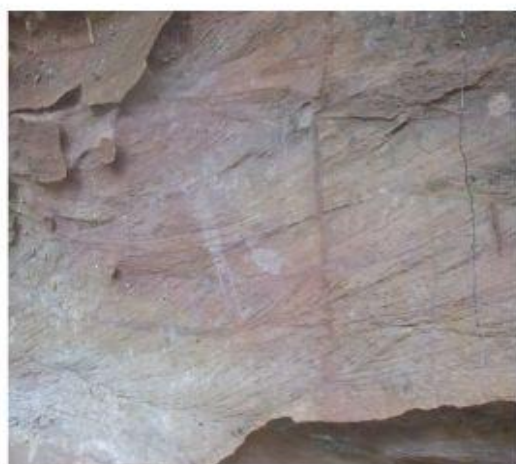


Fig.22 - Sítio Arqueológico Caldeirão do Urubu II
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca da Arapuça é um sítio arqueológico com grafismos na cor vermelha, Tradição Nordeste prejudicados por cupim e maria pobre, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Abrigo sob rocha situado na meia vertente e entorno com vegetação predominante da caatinga arbórea. A integridade do sítio esta entre 25% e 75% (CNSA). As causas de deterioração apontadas na ficha do cadastro são decorrentes de erosão eólica, erosão fluvial, erosão pluvial e atividades agrícolas. Não existe cercamento no local, nem indícios de que houve. Existe apenas a placa explicativa do IPHAN, que esta em bom estado. Não há uma explicação para a ausência do cercamento, porem acredita-se que por estar muito próximo a outro sitio, não houve a necessidade de cercá-lo. Sobre as pinturas, observou-se a ação de cupins e manchas que provavelmente decorrem de problemas hídricos.



Fig.23 - Sítio Arqueológico Toca da Arapuça
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca da Justa é um sítio arqueológico com grafismos em movimento pintados em um suporte rochoso plano na cor vermelha, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Bloco de arenito isolado, situado na base da vertente, cercado por caatinga arbórea. A integridade do sítio esta entre 25% e 75% (CNSA). As causas de deterioração apontadas na ficha do cadastro são decorrentes de erosão eólica, erosão fluvial, erosão pluvial e atividades agrícolas. São apontadas ainda na ficha as causas naturais de degradação como sais, cupim e maria pobre e fatores antrópicos como as queimadas que ocorrem próximo ao local. A placa do IPHAN esta em bom estado. Os cercamentos foram retirados, deixando somente as estacas de madeira. O portão esta tombado. Nota-se a presença de excrementos de mocó em vários pontos do sítio. Há sobre os paredões rochosos a presença de cupins e maria pobre.

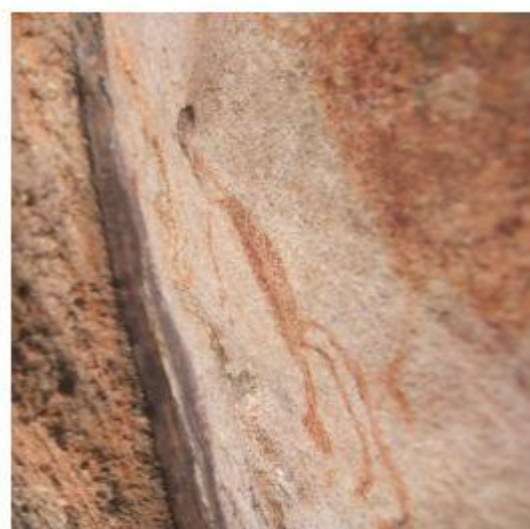


Fig. 24 - Sítio Arqueológico Toca da Justa
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca das Meninas é um sítio arqueológico com arte rupestre ao lado de uma roça, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Nele também foram encontrados fragmentos de cerâmica corrugada. Deste sítio é possível ver a estrada PI140. A integridade do sítio está entre 25% e 75% (CNSA). As causas de deterioração apontadas na ficha do cadastro são decorrentes de erosão eólica, erosão fluvial, erosão pluvial e atividades agrícolas. O cercamento mantém-se intacto. Notou-se que o mourão que sustenta o portão está tomado por cupins e em breve deve cair. Sobre as pinturas, notamos a ação de cupins e manchas esverdeadas escuras provavelmente decorrentes de problemas hídricos.

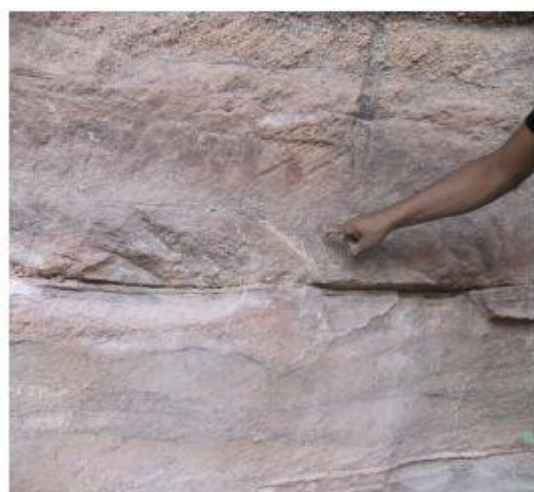


Fig. 25 - Sítio Arqueológico Toca das Meninas
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do Caldeirão Raso é um sítio arqueológico com pinturas da Tradição Nordeste nas paredes, e gravuras em um bloco. Vegetação de caatinga arbórea no seu entorno. A integridade do sítio esta entre 25% e 75%(CNSA). As causas de deterioração apontadas na ficha do cadastro são decorrentes de erosão eólica e erosão pluvial. A trilha é mantida pelos moradores, devido passagem constante dos mesmos para o acesso as roças. A placa explicativa do IPHAN está vandalizada com a frase riscada sobre a pintura branca “IBAMA veado”. Notam-se problemas hídricos (manchas nas superfícies das rochas devido ao escoamento da água na época das chuvas). O sítio tem diversos pontos com marimbondos e excrementos de mocó sob a superfície do paredão.



Fig. 26 - Sítio Arqueológico Toca do Caldeirão Raso
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do João Pimenta é um sítio arqueológico repleto de grafismos da Tradição Nordeste, alguns deles encontram-se no teto do abrigo. Este sítio é muito conhecido pela população local, dele observa-se um vale, e para chegar faz-se necessário ter espírito aventureiro. A integridade deste se mantém em torno de 75% (CNSA). Tem-se acesso ao sítio subindo os rochedos, sem nenhuma proteção, segurança ou sinalização. A placa explicativa do IPHAN está em perfeito estado. Os cercamentos foram retirados e encontram-se enrolados e jogados ao chão, próximo ao sítio. A informação obtida por meio de um morador local, referente à retirada do cercamento, foi de que as equipes que praticam rapel no local teriam retirado o cercamento num dia em que foram feitas filmagens para a reportagem de um canal de televisão. Em contato com a FUMDHAM, recebemos a informação de que não sabiam do ocorrido e que deveríamos entrar em contato com alguém da equipe que organiza a prática do esporte. Em resposta ao questionamento da retirada das cercas obtivemos a informação com uns dos membros da equipe que coordena as atividades de rapel, André Pessoa:

O que aconteceu com um dos lados da cerca da Toca do João Pimenta é que a instalaram de forma errônea. Aquele lugar é a passagem dos visitantes que vão ao local para ver o sítio e depois acessar o outro lado do desfiladeiro. O correto seria colocar uma porteira, ou uma passagem também do outro lado, pois acredito que foi a falta disso que terminou ocasionando a destruição da cerca. Como aquela região fica fora dos limites do PARNA, grande número de pessoas de SRN e região, além de turistas que não utilizam os serviços dos guias, utilizam aquele roteiro como alternativa de visita ao desfiladeiro. André Pessoa, maio de 2012.

Questionado sobre as equipes de filmagens que instalaram equipamentos no local para filmar a prática de esportes nos paredões, e que supostamente seriam as autoras da ação da retirada das cercas, André Pessoa comenta:

Essa destruição não teve nada a ver com as duas equipes de TV que gravaram recentemente no local - o Globo Repórter e a Discovery - em nenhum dos casos foi feito rapel do lado do sítio. Quando chegamos ao local para gravar as pinturas rupestres, a cerca já estava cortada e solta pelo chão. Como poderia ocasionar acidentes, pois o arame farpado estava espalhado pelo chão, achamos melhor recolher e colocar o que restou dela atrás de uma pedra para evitar que fosse roubado. André Pessoa, maio de 2012.



Fig. 27 - Sítio Arqueológico Toca do João Pimenta
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

As tocas do Pedro Dias I e Pedro Dias II estão localizadas em propriedade privada do Sr. Pedro Dias. O acesso até as tocas somente foi autorizado com a ressalva de que o caseiro da fazenda nos acompanhasse. Esses sítios não são vistoriados desde 2005, e a trilha existente dentro da fazenda que nos levaria até as tocas estavam tomadas pela vegetação seca. Localizar o ponto preciso de onde estariam essas tocas somente foi possível devido a presença do mateiro Leocastro, conhecedor exímio da região. Da estrada até a primeira toca caminham-se em média uns 2 km, em meio a uma vegetação densa e cheia de espinhos. A Toca do Pedro Dias I é um sítio de registro rupestre *situado no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, na roça do Pedro Dias, próximo a estrada PI-140. A integridade do sítio é informada com um grau entre 25% e 75%(CNSA).* No local, averiguamos a placa explicativa do IPHAN em perfeito estado, apenas escondida devido à vegetação. As estacas de madeira do cercamento encontram-se quebradas e os arames tombados no chão. Com referência às pinturas, quase passa despercebida a existência delas. Nota-se a deterioração eminente do sítio devido à superfície rochosa arenosa. Não há interferência de insetos ou problemas hídricos. A toca do Pedro Dias II não foi localizada. A vegetação estava fechada a ponto de não ser possível a abertura da trilha.

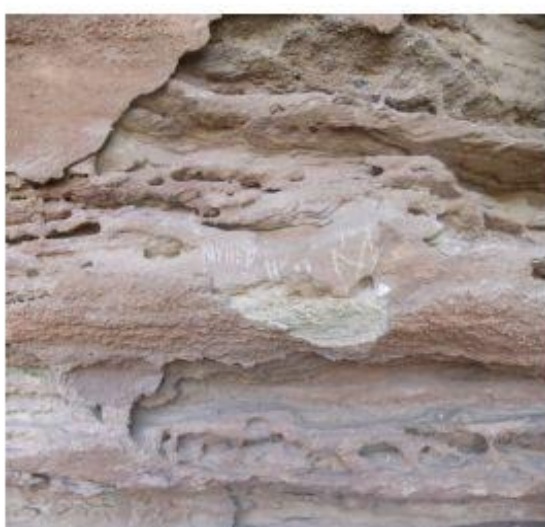


Fig. 28 - Sítio Arqueológico Toca do Pedro Dias I
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

A Toca do Prato é um “sítio arqueológico com pintura que foi ocupado por caçadores recentemente. Localizado a 700 metros da PI140, entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.” O acesso ao sítio se dá por uma propriedade privada que se encontrava sem portão. A estrutura do cercamento encontrava-se intacta bem como a placa explicativa do Iphan. Os mourões que seguram o portão de ferro estão deteriorados e necessitam ser trocados. A presença de excrementos de mocós sobre os paredões, no entanto não em cima das pinturas. O acesso não está sinalizado e se torna difícil perante a mata que se fecha durante o período da seca. O grau de integridade do sítio qual consta na ficha do cadastro nacional de sítios arqueológicos esta entre 25 e 75%, tendo como principal agravante de sua deterioração eminente as atividades agrícolas

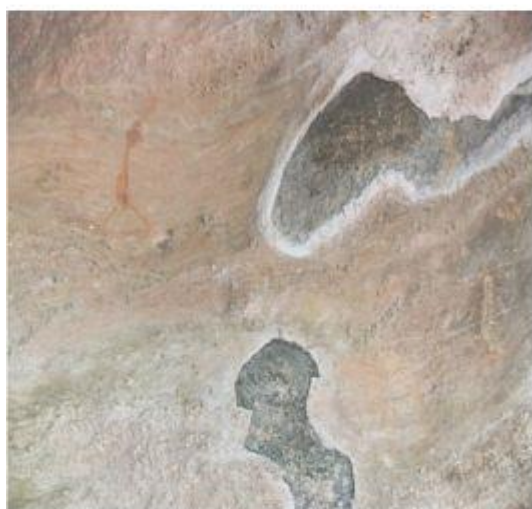


Fig. 29 - Sítio Arqueológico Toca do Prato
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

As tocas do Satu I e Satu II ficam localizadas dentro das terras do Sr. Saturnino Dias Santos. A propriedade é cercada e trancada com corrente e cadeado. Para podermos vistoriar estes sítios foi necessário retornar a cidade, localizar a casa do proprietário e convencê-lo da importância desta vistoria para a pesquisa, para que então ele decidisse por nos acompanhar até os sítios.

A Toca do Satu I é um abrigo sob rocha com um antropomorfo de 20 cm pintado na cor vermelha no boqueirão do Zé Baixinho, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Suporte rochoso prejudicado pelo escoamento de água constante (CNSA). A integridade do sítio é informada na ficha do cadastro com um grau de 75%. A placa do IPHAN está em bom estado. A estaca que segura o portão está deteriorada pela ação do tempo. As cercas de arame estão frouxas devido às estacas tombadas. Há uma cadeira plástica no local e lixo pelo chão.

A Toca do Satu II é um abrigo sob rocha com um único grafismo puro pintado na cor vermelha no boqueirão do Zé Baixinho, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, no corredor ecológico entre este parque e a Serra das Confusões. Neste sítio a placa explicativa do IPHAN está tombada sobre o cercamento. A estaca que segura o portão está deteriorada. O portão está caído no chão. As cercas de arame estão frouxas devido às estacas estarem tombadas. O proprietário criou caldeirões nos rochedos que fazem parte do cercamento. Não foi possível fazer o registro fotográfico da pintura, pois houve um ataque de abelhas, atraídas por nossa presença no local.



Fig. 30 - Sítio Arqueológico Toca do Satu I
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012



Fig. 31- Sítio Arqueológico Toca do Satú II
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

4. Sítio Arqueológico de Registro Rupestre na região Mocó Ruge

Na região conhecida como Mocó Ruge que pertence ao município de Coronel José Dias, na área do entorno do PARNA, há um único sítio protegido pelo IPHAN, a Toca da Baixa do Capim. A vistoria neste sítio ocorreu no dia onze de maio. Esta toca *trata-se de um abrigo sob rocha com grafismos da Tradição Nordeste e Agreste. Sua integridade esta entre 25% e 75% (CNSA)*. Um dos fatores agravantes da deterioração apontado no cadastro deste sítio seriam as atividades agrícolas. A estrada que leva ao sítio encontra-se em bom estado. É uma estrada utilizada pelos moradores com frequência, devido às roças que se encontram próximas ao sítio. O acesso está sinalizado com a placa amarela, indicativa, e recentemente foi feita a manutenção da trilha pela equipe de conservação da FUMDHAM. A placa explicativa do IPHAN em perfeito estado. O portão encontra-se despencado, seguro por um arame. As estacas do cercamento estão tombadas. Percebem-se manchas brancas decorrentes de possível salinização nas rochas onde se encontram as pinturas, bem como deslocamentos recentes. Há excrementos de mocó sobre diversos pontos da superfície do sítio.

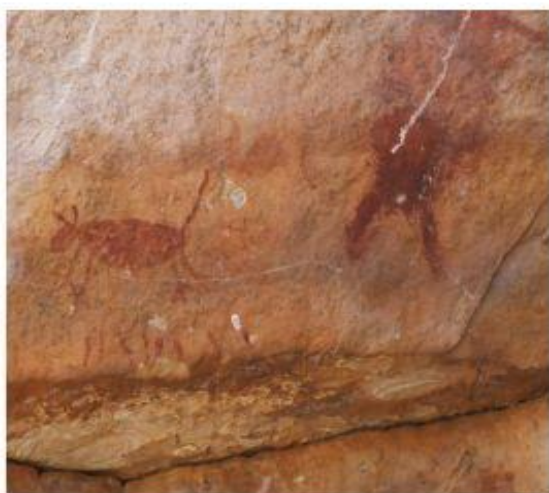


Fig. 32 - Sítio Arqueológico Toca da Baixa do Capim
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

5. Sítio Arqueológico de Registro Rupestre na região do Novo Horizonte

Novo Horizonte é uma comunidade que se localiza no entorno do município de São Raimundo Nonato, na região de Serra Nova. Nesta região há um sítio que também foi cercado e protegido pelo IPHAN. Para localizarmos a toca, foi necessária a ajuda de um morador local, conhecido como seu Zezinho. A orientadora desta pesquisa, Lygia Guimarães estava presente e pode acompanhar a visita ao sítio no dia dezessete de maio de 2012. A toca se localiza dentro da propriedade do Sr. Newton Ribeiro. É necessário caminhar cerca de três km para ter acesso ao sítio. *A Toca do Salitre é um grande abrigo rochoso, localizado na área do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Neste sítio há uma predominância gráfica da sub-tradição Salitre da Tradição Nordeste.* A integridade do sítio indicada no cadastro é entre 25 e 75% (CNSA). O paredão rochoso está vandalizado com a inscrição “*Simoni 19.7.93*”. A informação consta na ficha do cadastro preenchida em 27/7/2002 como um ato de vandalismo. Referente à estrutura do cercamento, encontramos a placa tomada por ferrugem e o portão está caído no chão devido à degradação das estacas que o sustentavam. Os arames do cercamento também estão caídos ao chão, devido ao apodrecimento das estacas. O chão do sítio está tomado por excrementos de mocó e morcegos.



Fig. 33 - Sítio Arqueológico Toca do Salitre
Foto: Carolina F. Marchiori da Luz, 2012

6. Os Sítios de Registro Rupestre do Boqueirão Grande

Os sítios de registro rupestre desta região são os sítios citados no capítulo 4, que foram os casos específicos que mobilizaram Ministério Público, IPHAN e IBAMA à proposição de um projeto de proteção e cercamento das áreas de potencial rupestre. Especificamente são eles:

Nº cadastro	Nome do Sítio	Município	Proprietário	Data vistoria
211	Toca da Igrejinha do Riacho do Boqueirão ou do Quincas	Brejo do Piauí	Sr. Joaquim Antonio de Souza e Francisco de Assis Pereira	08/05/2012 09/05/2012
736	Toca da Mangueira ou do Caldeirão Grande	Brejo do Piauí	Sr. Francisco Amorim Pereira	08/05/2012 09/05/2012
58	Toca do Curral ou da Boca do Forno	Brejo do Piauí	Sr. Francisco Amorim Pereira	08/05/2012 09/05/2012
210	Toca do Jatobá ou do Nenzinho do Caldeirão Grande	Brejo do Piauí	Sr. Raimundo Nonato Paes Ladin dos Santos	08/05/2012 09/05/2012

Tabela 4: Localização dos Sítios da Região do Boqueirão Grande
Elaborada por Carolina Luz, 2012

Com a dificuldade de encontrarmos os sítios, devido informações desconexas e imprecisas, novamente o apoio da FUMDHAM e ICMBIO foi fundamental para esta etapa. Foram dois dias em busca de acesso a eles.

O mapa 6 (Anexo II p.123) elaborado pela FUMDHAM, especificamente para este trabalho de campo, mostra a localização precisa dos sítios em relação a área tombada do PARNA e mostra o trajeto da primeira tentativa de localizar os sítios. O trecho pontilhado de vermelho indica a estrada sem pavimentação, que se tornou inviável o tráfego por ela. Da estrada até a linha amarela, onde se inicia o percurso até os sítios são em média 5 km seguindo pela esquerda, e depois em média mais 3 km pela direita, conforme informação da FUMDHAM.

A primeira tentativa de acesso foi feita pela antiga fazenda Fontenelli, próximo a São Raimundo Nonato. Porém o acesso por este caminho não existe mais. Desde a vistoria que aconteceu no ano de 2007, do IPHAN acompanhado da Polícia Federal, que ninguém mais

tráfega pela região. Nem mesmo os carros do ICMBIO. Os guardas, segundo informações do ICMBIO, conseguem adentrar em média dois km da estrada, com o carro. Depois a fiscalização é feita a pé, sendo esta ainda uma região de caça. No entanto, para se chegar a estes sítios, seria necessária uma caminhada de oito km, em meio à mata fechada. Seria necessária a contratação de mais pessoas para abrirem o caminho. Os riscos da caminhada, por ser uma época em que os animais como onças, raposas, cobras, etc, transitam atrás de água e comida, tornariam o percurso arriscado, ficando decidido em consenso com a supervisora desta pesquisa a inviabilidade de vistoriarmos estes sítios.

A segunda tentativa de localizar os sítios se deu no dia nove de maio, pelo caminho da cidade de Tamboril, onde possivelmente haveria uma estrada que daria a um acesso secundário da região do Boqueirão das Camas. No entanto, o caminho também está abandonado e não é mais trafegável.

Poder-se-ia pensar que a falta de acesso possa tornar-se uma ferramenta de preservação desses sítios. Como visto no capítulo referente à gestão dos sítios de arte rupestre nos países da América Central, onde os pesquisadores, institutos ou quem quer que seja que tome conta do patrimônio arqueológico, optam pela não divulgação dos sítios enquanto não são criadas medidas precisas e eficazes de socialização e preservação.

7. Os Sítios de Registro Rupestre do Município de Jurema

Nos sítios localizados na região do município de Jurema, Figura 7 (p.96) também foram gastos dois dias do trabalho de campo, com as suas buscas.

A localização destes sítios, conforme constava na planilha da FUMDHAM, pertence ao município de Jurema, no entorno do Parque das Confusões. Não foram solicitados mapas anteriormente a procura deles, pois se contou sempre com o auxílio dos moradores locais para encontrar *“as tocas com os desenhos nas paredes”*. Chegando ao município de Jurema, fomos informados pelo secretário da prefeitura de que a entrada para chegar nesses sítios, seria pelo município de São Braz do Piauí. Ao retornar, foi preciso localizar a casa do mateiro conhecido na região, um senhor de idade que devido aos problemas de saúde pediu para que seu filho, Raimundo Ney, nos acompanhasse. Segundo Raimundo Ney, a caminho do Parque

das Confusões teriam “*tocas cercadas e com a placa branca da FUMDHAM.*” No trajeto, vários assentamentos e pessoas trabalhando com a manufatura da farinha de mandioca.

Chegamos à altura de um boqueirão, onde realmente existiam quatro tocas cercadas no mesmo espaço, identificadas com as placas do IPHAN. No entanto os sítios estavam inseridos no projeto de cercamento de 2007, e não faziam parte do critério de escolha para serem vistoriados, sendo eles: Toca da Pedra I, Toca da Pedra II, Toca da Pedra III, Toca do Forno da Pedra. Esses sítios, apesar de estarem numa região distante, quase chegando à guarita do Parque da Serra das Confusões, apresentaram problemas quanto à retirada dos cercamentos de arame. Registramos no local, excrementos de animais de criação como gado, em vários pontos dos sítios. Havia no local, caixas para criação de abelhas e alguns objetos pessoais como copos e um espelho. Os sítios procurados eram:

Nº cadastro	Nome do Sítio	Município	Proprietário	Data vistoria
742	Toca da Faveira do Bolota	Jurema	Cangula	21 e 22/05/2012
713	Toca da Mistura	Jurema	Cangula	21 e 22/05/2012
741	Toca do Negão da Entrada do Sucumbi	Jurema	Cangula	21 e 22/05/2012

Tabela 5: Localização dos Sítios município de Jurema
Elaborada por Carolina Luz, 2012

Faz se uma ressalva que os sítios, cartograficamente, pertencem ao município da Jurema, porém o acesso se dá por São Braz do Piauí.

Como já estávamos próximos a guarita do Parque das Confusões, resolvemos nos direcionar até lá em busca de informações ou de um rádio que pudessemos fazer contato com FUMDHAM ou com algum guarda do ICMBio. Apesar de a guarita ser nova, não há rádio instalado. O agente que tomava conta do local também não soube nos informar sobre os sítios. E quando perguntamos se havia rádio no local, ele nos trouxe um rádio à pilha.

Retornamos no sentido da cidade, fazendo paradas estratégicas e subindo em rochedos com a intenção de localizarmos tocas que pudessem ser os sítios que procurávamos. Em uma dessas subidas, notamos a existência de outra estrada, que o morador que nos acompanhava informou ser uma região chamada de Sucumbido Baixo, e onde estávamos era o Sucumbido Alto. Um dos sítios possui o nome de *Toca do Negão da Entrada do Sucumbi*. Concluímos que estávamos no caminho errado, e voltamos a cidade de São Braz do Piauí. Como o horário

já estava avançado, optamos por retornar a São Raimundo Nonato e no dia seguinte, ir a FUMDHAM confirmar o caminho com a técnica Elizabeth Bucu para então seguir para a região de Sucumbido Baixo. Optamos por ir novamente até o município de São Braz do Piauí e entrarmos pela comunidade de Tanque Velho, como indicava as informações da FUMDHAM.

Esta região, pela qual adentramos, é uma área de assentamento familiar. São vários ao longo do percurso. Havíamos sido informados por um morador que deveríamos procurar o assentamento do Clemente e falar com o Sr. Raimundo Martins que seria um dos representantes da associação de moradores do local. Seu Raimundo informou que estávamos distantes do sítio e que teríamos que chegar ao ultimo assentamento, em média uns 38 km de onde estávamos e que justamente naquele dia, ocorreria uma reunião com todos os representantes da associação de moradores e que com certeza haveria alguém para informar com precisão a região dos sítios.

Ao chegarmos ao local o carro oficial do IPHAN despertou conversas baixas e intimidou os moradores. Quando descemos e nos apresentamos, e dissemos que estávamos em busca das tocas, a desconfiança dos moradores parece que aumentou. Logo que chegamos, alguém comentou *“lá vem eles tirar nossas terras. Mas aqui não. Vão voltar pelo caminho que vinheram”*.

Tivemos que esperar o presidente da associação chegar para conseguirmos conversar com alguém. O seu “Antonio”, muito gentil disse que sabia das tocas e do cercamento, mas que o local provavelmente estaria sem acesso, pois estávamos no ultimo ponto trafegável para carros. O presidente da associação chamou um dos moradores para nos passar mais informações, porem este se manteve irredutível em nos direcionar a palavra. Tudo que falávamos o presidente da associação precisava repetir e então ele, o morador, respondia, como se não falasse nossa língua, sendo seu Antonio nosso o interprete. Porem este morador, exímio caçador da comunidade e daí o seu receio de nos falar, sabia dos sítios e da localização deles. Porem disse que o acesso era difícil e que só conseguiríamos chegar de moto. Mas disse que havia passado próximo ao Boqueirão onde estão os sítios há poucos dias e que o cercamento e as placas continuavam lá.

Questionado sobre a existência ou proximidade roças próximo aos sítios, o presidente da associação confirmou que para os lados do Boqueirão não existiam mais famílias morando e que a mata estava fechada para aquele lado há muitos anos. Percebemos que não

conseguiríamos ninguém disposto a nos levar até os sítios e que o mais sensato seria colocar o relato do ocorrido como um fato relevante para esta pesquisa.

8. O Sítio de Registro Rupestre de Pajeú do Piauí

Em consenso com a supervisora deste trabalho, optou-se por não vistoriarmos este sítio, pois em contato com a prefeitura do local fomos informados de que o acesso ao sítio também não é mais trafegável e que seria necessária a contratação de serviços braçal para limpar a trilha e permitir o acesso. Na ficha do cadastro consta que o sítio é *um abrigo de maciço com gravuras, situado no entorno do Parque. Foi realizada uma sondagem em 1983.*

O abrigo se localiza em área privada, descrita na ficha como o proprietário sendo a FUMDHAM, o que nos leva a constatar que apesar do não acesso ao local, o sítio encontra-se protegido, em uma área ausente de atividades agrícola ou de pecuária. A localização do sítio precisamente em relação ao PARNA pode ser visualizada no Figura 8 (p. 97).

ANEXOIV**Rock Art of the America Latina and Caribbean, Thematic study.**

(Tradução livre do documento do ICOMOS)

Estudo Temático do ICOMOS Sobre os Sítios de Arte Rupestre²⁸

Trata-se de um mapeamento feito a partir da necessidade de gerar um banco de dados e disponibilizar informações para os estudos das áreas que possuem “rockart” (numa tradução livre - arte na rocha). Apresenta também, como são geridos e quais as instituições que atuam na identificação, manejo e proteção desses sítios arqueológicos.

O relatório também oferece um panorama geral sobre a integridade dos sítios de arte rupestre, identificando os principais problemas relacionados à conservação e à preservação, apresentando, ainda, os mecanismos e as ferramentas que cada país disponibiliza para a salvaguarda deste tipo específico de patrimônio.

O documento elaborado e publicado pelo ICOMOS deverá servir para orientar futuras candidaturas ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade dos sítios identificados com potencial de reconhecimento, devido ao valor cultural universal e excepcional que estes possam apresentar.

Ressalta-se também que arte rupestre é o termo adotado pelo próprio ICOMOS na construção do estudo temático, enquanto nesta pesquisa, em sua construção, opta-se pelo termo de registro rupestre. Mas como trata-se da apreciação de um documento escrito em língua estrangeira, serão adotadas as denominações utilizadas no texto.

1.3.1. Os Sítios Arqueológicos de Arte Rupestre no México e Baixa Califórnia

O México possui um distinto e particular acervo arqueológico o qual é tratado de maneira diferenciada no que tange as suas políticas de preservação do patrimônio do país. O diagnóstico desses sítios foi elaborado pelos pesquisadores William Breen Murray, da Universidade de Monterrey San Pedro Garza García, Nuevo León e Carlos Viramontes do Instituto Nacional de Antropologia e História Querétaro. As leis, regulamentos e instituições em torno da preservação de patrimônio arqueológico são resultados de uma política nacionalista e centralista existente no México. A gestão, porém, é precedida de importantes pesquisas nos quesitos de conservação, proteção, valorização do patrimônio e seu manejo. Percebe-se que estas ações de preservação decorrem das novas demandas em que

²⁸Texto base: ICOMOS: Rock Art of the America Latina and Caribbean, Thematic study, June 2006.

estão inseridos os bens patrimoniais no âmbito da globalização, onde os bens tangíveis são vistos e valorizados a partir de uma perspectiva econômica, baseada no desenvolvimento sustentável do patrimônio.

Até o ano de 2005 foram identificados e cadastrados cerca de 2839 sítios arqueológicos de registro rupestre em território mexicano (ICOMOS, 2006 p. 4). É notável o crescimento da descoberta e cadastro destes sítios. Até 1991 haviam sido cadastrados junto ao Cadastro Nacional de Monumentos e zonas Arqueológicas, no México, 644 sítios. Ainda segundo o documento do ICOMOS este número subestima o número atual de sítios, devido aos processos burocráticos que envolvem o registro oficial destas áreas.

Tal patrimônio fica sob a guarda e a proteção das instâncias Federal, Estadual e Municipal do INAH- Instituto Nacional de Antropologia e História, sendo que em cada estado há um Centro do INAH, assim como no Brasil, existem as Superintendências Estaduais do Iphan. São esses centros estaduais que buscam o diálogo com os governos dos estados e municípios nas questões que dizem respeito aos interesses da proteção e preservação do patrimônio arqueológico.

Os governos estaduais têm autonomia, para em consenso com INAH, emitirem suas próprias licenças de proteção em áreas de interesse científico, como também, podem emitir declarações para proteção e salvaguarda de áreas que possuem patrimônio com valor singular. São estabelecidos ainda, convênios entre os estados e/ou municípios e o INAH para realização de projetos institucionais e sociais. A participação social no quesito da gestão se dá através da criação de associações civis, sem fins lucrativos, que têm apenas a finalidade da manutenção e da conservação do patrimônio. Outras instituições compartilham a gestão do patrimônio arqueológico no México, como a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais, a Secretaria de Turismo, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas e instituições acadêmicas.

Os sítios estão todos cadastrados no sistema de Registro Nacional de Monumentos e zonas arqueológicas, similar ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan, porém a ferramenta mexicana oferece ao público informações mais detalhadas dos sítios do que o sistema do Brasil. Os sítios são registrados individualmente e são constantemente atualizados com fotografias e croquis e mapas que indicam suas localizações precisas. Neste ponto, diferem do CNSA, que não disponibiliza as informações de localização, como pontos de referências ou mapas dos sítios de arte rupestre, como uma forma de garantir sua integridade.

A documentação produzida e os projetos executados desde o ano de 1970 ficam todos armazenados no arquivo do Conselho de Arqueologia. Neste acervo há também relatórios e registros fotográficos. Nas unidades regionais do INAH ficam os relatórios de fiscalização, inspeções, projetos de salvamento e demais relatórios públicos. Outro fator interessante é que cada centro do INAH estabelece suas próprias políticas de acesso a esses documentos gerados a partir do registro dos sítios de arte rupestre.

Os trabalhos de conservação dos sítios rupestres existentes no México acontecem apenas na região da Baixa Califórnia, onde estão os sítios considerados Patrimônio da Humanidade. O INAH possui um laboratório de conservação de material arqueológico, porém este se restringe aos tratamentos de artefatos encontrados durante as escavações destes tipos sítios.

O principal agravante no desenvolvimento do trabalho de conservação dos registros rupestres no México, apontado pelo documento do ICOMOS, seriam algumas falhas no gerenciamento das ações de proteção das áreas arqueológicas. Apesar da gestão dos sítios mexicanos assemelha-se à gestão da Serra da Capivara, no quesito de proteção destas áreas, o Brasil se sobressai positivamente. No México não há o controle de visitação aos sítios por estes não estarem dentro de uma área de proteção, como um parque, por exemplo, como no caso do Piauí. Estes acervos espalham-se pelo território mexicano em diversas áreas, dificultando o manejo e o controle dos acessos que levam até eles. Em alguns casos, os sítios estão em áreas de lazer, onde a própria comunidade faz o serviço de proteção e de vigilância contra depredações e vandalismos, e quando em áreas privadas, o proprietário do local tem o dever moral e legal perante a sociedade de controlar o acesso ao sítio.

Listados no documento de avaliação do ICOMOS estão os problemas mais graves em relação aos riscos que sofrem os sítios. Entre eles estão os grandes projetos como dos reservatórios de água, gasodutos e hidrelétricas; a crescente urbanização, a aquisição de veículos que propiciam o acesso mais cômodo aos sítios, que antes eram preservados justamente pela dificuldade do acesso; e os fatores naturais que são ameaças em potencial, como as inundações ou atividades vulcânicas.

Assim como no Brasil, no México, também, os recursos financeiros para preservação dos sítios de registro rupestre são limitados, aumentando a situação de risco a que está submetido, principalmente, ao que se refere à perda da integridade física das pinturas. Houve sítios em território mexicano que foram totalmente destruídos de maneira irreversível. Os que

resistem estão à espera do desenvolvimento de pesquisas, para que sejam criadas medidas de proteção e para que haja investimentos de infraestrutura para a acessibilidade e visitação, almejando, assim, construir a política de sustentabilidade do patrimônio.

1.3.2. Sítios de Representações de Arte Rupestre da América Central

A América Central concentra mais de 15 mil sítios arqueológicos em áreas reconhecidas como Patrimônio Cultural da Humanidade, localizados nos países: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Os estudos que se referem aos sítios de arte rupestre da América Central foram organizados no documento do ICOMOS pelo representante do museu Etnológico de Berlim, Martin Künne.

As pinturas encontradas nos sítios arqueológicos dispersos pela América Central apresentam técnicas diferentes de registros, conhecidas na arqueologia como gravuras e pinturas, chamadas também, de pictogramas ou gravuras pintadas. Os estudos demonstram que as pinturas resultam da utilização do carvão mineral. As demais cores que são vistas nos painéis possivelmente resultam da adição de outros pigmentos naturais. As pinturas contêm traços mais geométricos, mas também, se caracterizam por imagens zoomórficas e imagens de antropomorfos. Outra singularidade das pinturas na América Central é a alta incidência de painéis com impressões das palmas das mãos.

O único país da América Central que possui um sistema similar ao CNSA, é a Costa Rica, que detem um banco de dados digital com informações referentes aos sítios de arte rupestre encontrados no país. Nos demais países, os inventários arqueológicos são elaborados pelo Ministério da Cultura, por museus ou por instituições de ensino universitário. Muitas vezes, no entanto, esta atividade fica a cargo de empresas especializadas na prática arqueológica. A falta desta organização documental em um local central e a deficiência nas informações existentes, como por exemplo, os detalhes geográficos de localização do sítio, dificultam elencar com precisão o número de sítios que estão localizados na América Central.

Em Belize os relatórios de pesquisas arqueológicas pertencem ao acervo do Departamento de Antropologia, subordinado ao Ministério da Cultura, com sede na cidade de Belmopan. São conhecidos aproximadamente 19 sítios, que se concentram no distrito de Cayo ocidental. Todos eles encontrados em cavernas. O sítio de arte rupestre com maior relevância,

localizado em Belize, é a Gruta Actun Dzib, contendo entorno de 75 pinturas da coloração preta e parda. Alguns sítios arqueológicos de Belize estão reunidos em áreas como a do Parque Nacional Chiquibul e da Reserva Arqueológica Caracol, com a ressalva de que nenhuma das concentrações principais de registro rupestre de Belize se localiza nestas áreas de proteção. A arte rupestre de Belize é encontrada apenas em cavernas. Não há registro de caso de arte rupestre ao ar livre ou em paredes verticais, sendo este um ponto positivo para a sua conservação.

A Costa Rica é o país da América Central que possui uma melhor gestão e incentivo para melhorias na preservação do patrimônio arqueológico. No país existe um cadastro no banco de dados do Museu Nacional, onde aproximadamente 171 sítios de registro rupestre estão identificados. Um grupo de trabalho formado por pesquisadores e arqueólogos, desde a década de 90 vem atuando na área, para identificar, cadastrar, preservar e proteger o acervo rupestre costa riquenho. Foram tiradas fotos das gravuras e feito análises dos desenhos. A partir daí elaborou-se cópias digitalizadas em três dimensões para assegurar as informações em um banco de dados.

As pinturas rupestres na maioria dos casos são grandes composições geométricas que formam painéis sobre as rochas. Consistem-se de formas em espiraladas, circulares, em cruzes de diferentes tamanhos, mas são encontradas, também, em menor número, figuras zoomórficas e antropomórficas. Os principais problemas que agravam os riscos da degradação são o intemperismo e as infecções que afetam a integridade das rochas e também o vandalismo, todos comprometendo a preservação das pinturas e gravuras.

El Salvador possui mais de 100 sítios identificados e cadastrados, que são monitorados pelo Museu Nacional David J. Guzmán em San Salvador. As representações iconográficas das pinturas nos painéis fazem referencia aos zoomorfos e antropomorfos, estas podem ser pinturas dispersas ou estarem em grupo. Suas colorações são o vermelho, ocre, preto e creme, sendo as de coloração creme, aparentemente mais recentes, como explicam COLADANE AMAROLI (2003:147) *apud* ICOMOS. As imagens encontradas nos sítios de San Salvador estão diretamente ligadas à proximidade territorial que possui influência da cultura maya. Os grandes problemas de conservação da arte rupestre em El Salvador resultam muito da ação antrópica, como depredações ou usos indevidos dos recursos naturais, como a queima da madeira para produção de carvão, que gera a fuligem, a qual é levada pelo vento e se impregna nas pinturas. Há também os fatores naturais, como as fendas das rochas que

favorecem a passagem da água da chuva, bem como, as infiltrações que resultam no desprendimento das placas rochosas.

Posteriormente à publicação do ICOMOS, o Departamento de Arqueologia do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes (CONCULTURA) organizou um banco de dados (Atlas Arqueológico de El Salvador) incorporando 671 sítios arqueológicos e coloniais que possuem relatórios oficiais. Nestes estão incluídos um total de 66 sítios de arte rupestre. Apenas dois locais estão dentro de áreas protegidas: a Gruta do Espírito Santo, reconhecido como "Monumento Nacional", e a rocha com pinturas rupestres da Pedra Selada, localizado no Parque Nacional. De fato, pode-se assegurar, devido ao estudo realizado pelo ICOMOS, que a grande parte dos sítios de arte rupestre em El Salvador está abandonada e estes sofrem com a deterioração, por inexistir proteção adequada e os investimentos em pesquisa serem mínimos, ambos gerados pela falta de recursos e formação de arqueólogos locais.

Na Guatemala atualmente, existem cerca de 60 sítios identificados que possuem pinturas rupestres e gravuras, distribuídos em diferentes regiões do país.²⁹ A gestão dos sítios de arte rupestre é feita pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Guatemala que tem como principal objetivo atuar na proteção, conservação, restauração no caso de artefatos, e divulgação do patrimônio arqueológico e etnológico existente na Guatemala. São reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade na Guatemala: Parque Nacional de Tikal, Antigua Guatemala e Parque Arqueológico e Ruínas de Quirigua. Infelizmente, a arte rupestre com maiores danos nas pinturas rupestres está no sítio de NajTunich. O governo da Guatemala vem adotando algumas medidas para proteger as pinturas, como: guardas foram colocados na entrada da caverna, pouco depois de sua descoberta; um portão foi instalado para controlar a entrada e a caverna recebeu uma estrutura de visitação para manter os visitantes distantes das pinturas; foram investidos recursos em sistemas de ventilação para monitorar a qualidade do ar e evitar a deterioração das pinturas. Mas os poucos recursos destinados à proteção do patrimônio arqueológico na Guatemala ainda estão distantes de se voltarem para os registros rupestres, pois atualmente o foco dos investimentos são as cidades mayas que vêm sendo descobertas no país.

Em Honduras toda a informação referente ao patrimônio arqueológico é documentada pelo Departamento de Arqueologia, que faz parte do Instituto de Antropologia e História de

²⁹ Texto base: ICOMOS: Rock Art of the America Latina and Caribbean, Thematic study, June 2006, pg 19.

Honduras (IHAH). Entre os anos de 1993 e 1995 foi realizada em Honduras a primeira sistematização de dados arqueológicos referentes aos sítios de arte rupestre. Neste período foram registrados vinte e um sítios de arte rupestre, documentados por meio de fotografias e croquis. Até 1995 somavam-se 49 sítios, em sua maioria de gravuras e alguns apresentavam as gravuras pintadas. As imagens encontradas representam em sua maioria figuras antropomórficas e zoomórficas, que em alguns casos, estão sobrepostas e mostram um alto nível de deterioração pela ação do tempo.

Os sítios de arte rupestre na Nicarágua ficam sobre a responsabilidade do Museu Nacional. O inventário possui em seu cadastro cerca de 400 sítios arqueológicos, sendo 104 de arte rupestre. Os desenhos são esculpidos e apresentam formas geométricas. Apenas em seis sítios estes são pintados. Formas abstratas ocasionalmente aparecem, mas é menos comum. As imagens são freqüentemente retilíneas e têm variações curvilíneas como uma espiral. Os paredões apresentam uma vasta gama de antropomorfos e zoomorfos e imagens que são difíceis de atribuir a qualquer categoria. Outro fator que chama atenção são as cores presentes nas pinturas: verde, azul, vermelho, preto e branco.

Até o presente, os fatores naturais ainda são as principais ameaças à arte rupestre da Nicarágua. A forte chuva, sol quente e ventos constantes, típicos de um clima tropical, causam a deterioração das gravuras e pinturas. As cavernas e abrigos protegem de alguma forma as pinturas e gravuras, porém existem, ocasionalmente, terremotos e vulcões que são ameaças constantes. As atividades humanas representam também alguns impactos graves. A mais comum destas práticas cotidianas é a queima de áreas agrícolas e a remoção da vegetação densa, o quê geralmente resultam em descoloração e severa descamação nas rochas com pinturas rupestres.

Arqueologicamente falando, a Nicarágua é uma das regiões centrais que ainda não foi profundamente estudada. No entanto percebe-se que aos poucos a situação vem se modificando. Há leis que protegem o patrimônio cultural da Nicarágua, mas o desenvolvimento de atividades relacionadas à prática da preservação é difícil devido à limitação de recursos financeiros do governo.

No Panamá não existe um órgão responsável pelo cadastro dos sítios arqueológicos, afirma o relatório do ICOMOS. Duas empresas privadas de arqueologia atuam no país, criando seus próprios inventários. Segundo o diagnóstico do ICOMOS, existem poucos estudos sistemáticos e apesar do aumento do interesse na prática não se nota que a produção

de conhecimento tenha crescido na última década. Os relatórios até então existentes indicam 63 sítios de arte rupestre, que estão espalhadas por todo o país: 31 locais estão situados na Região Oeste (Grande Chiriquí), 27 sítios pertencem à Região Central (Grande Coclé) e cinco sítios estão localizados na Região Leste e são raras as informações destes (Grande Darién). Muitos sítios apresentam gravuras que representam formas abstratas ou estilizadas. A Constituição do Panamá não protege os sítios arqueológicos. Existem apenas artigos que se referem aos objetos - monumentos arqueológicos. Mesmo havendo uma lei de 1982 que defende as condições de conservação dos sítios, esta não especifica sobre a proteção da arte rupestre. Não há painéis de pintura rupestre na região, apenas gravuras.

1.3.3. Panorama Geral da Conservação no México e América Central

Percebe-se que os sistemas de documentação e identificação dos registros rupestres têm se modificado e evoluído no México e na América Central. A visibilidade que o turismo tem proporcionado ao patrimônio arqueológico fez com que urgisse a necessidade de identificar, mapear e cadastrar os sítios de arte rupestre existentes, como uma forma de manejo e também de proteção.

A agricultura e todo o processo que envolve a preparação do solo, como por exemplo as queimadas, somado ao desmatamento desenfreado, que resulta num desequilíbrio ecológico irreversível a longo prazo, e ainda, a urbanização das grandes áreas que expandiram muito, são fatores agravantes no quesito da conservação da arte rupestre nestas regiões citadas. Muitas áreas de concentração destes registros rupestres, atualmente se encontram em uso, principalmente nos países mais pobres da América Central, sendo que muitas vezes, se evita a publicação de informações de localização dos sítios com o intuito de manter sua integridade diante das ações de vandalismo, como pichações ou roubo. Nem mesmo os sítios de registro rupestre que se encontram nos locais mais inacessíveis estão protegidos. Vê-se a necessidade de se pensar em estratégias de preservação da arte rupestre que conciliem a proteção e a conservação dos registros e ainda atrelar a estas, se possível, a questão da gestão sustentável.

Os novos conceitos de proteção discutidos, para uma melhor gestão do patrimônio arqueológico nos países da América Central, apresentados pelo ICOMOS, tentam vincular a

conservação da arte rupestre ao crescimento do eco-turismo, com projetos de informação pública e formação de profissionais na área específica da arqueologia. Internacionalmente, já há um amplo consenso sobre a necessidade de evitar métodos danosos que poderiam ameaçar a preservação destes testemunhos pré-históricos.

O Código de Ética do IFRAO³⁰ publicado em Melbourne, no ano de 2000, em seu artigo 6º sobre conservação dos sítios na América Central dispõe de três pontos relevantes a serem observados e considerados para a gestão dos sítios de arte rupestre pertencentes aos países abordados até então:

6 (1). Setting: The area around a rock art site, its setting, may contain features associated with the rock art and other evidence of its history. The visual, historical and other relationships between a site and its setting which contribute to its significance shall be retained in all conservation or preservation work.

Trata-se da atenção voltada a todo contexto que cerca o sítio, e das pesquisas de prospecção que podem identificar outros fatores e vestígios associados às pinturas e gravuras. Observando que preservação da fauna e flora que constituem o ambiente onde existe o sítio é uma ação de extrema significância para a preservação do contexto do patrimônio.

6(2). Site fabric: In all conservation, preservation or management work at and near rock art sites, the visual, historical and scientific significance of the site fabric shall be retained. The removal or palliation of 'graffiti' shall be undertaken only after approval of the relevant authorities, and be effected only under the guidance of qualified rock art conservators. Massive intervention is to be reserved for situations of extreme threats to rock art, and shall be undertaken only after extensive peer review and approval.

O item acima disposto esclarece sobre as práticas de intervenções, que podem ser necessárias, quando existirem pichações e inscrições nos sítios de arte rupestre feitas por vândalos. Salienta a importância do profissional treinado e qualificado, que atua diretamente na remoção das manchas provocadas pela ação depredatória. E que este tipo de intervenção necessita ser estudada e aprovada pelas autoridades que tutelam o patrimônio arqueológico em cada país específico.

E por terceiro, o documento do IFRAO sugere a proteção:

6(3). Protection: Members will not disclose the locations of non-public and unprotected rock art sites to the general public. Ultimately, the best protection will

³⁰O código de ética do IFRAO - Federação Internacional de Organizações de Arte Rupestre, foi aprovado em julho de 2000. Disponível em: <http://home.vicnet.net.au/~auranet/ifrao/web/index.html>. Acessado em 15 de agosto de 2012.

depend on the awareness of the general public of the value of rock art. Part of any conservation effort should include the education of the public towards respect for rock art wherever it occurs.

Esta última recomendação do IFRAO sugere que as informações de localização dos sítios não sejam divulgadas em sua totalidade e promulga também que a proteção dos sítios esteja integrada com a sociedade civil local, promovendo ações de educação e conhecimento, fazendo com que as populações se conscientizem e conheçam o patrimônio e por assim o respeitem e auxiliem na sua proteção enquanto herança.

Precisa-se considerar e articular que a conservação da arte rupestre não é apenas uma questão técnica, científica ou jurídica. A conservação exige e sugere uma nova prática social nestes países. Sem o envolvimento direto ou indireto da população local na preservação dos sítios de arte rupestre os sítios estarão sempre à mercê do risco eminente da perda de sua integridade.

1.3.4. Os Testemunhos Pré-Históricos no Caribe e na Costa Norte da América do Sul

O Caribe se constitui por uma região onde há 13 países independentes e mais 11 territórios que ainda pertencem a países como da Grã-Bretanha, Países Baixos, França, Estados Unidos. A região caribenha concentra mais de mil sítios arqueológicos que contém gravuras ou pinturas, distribuídas entre o continente, a área da Venezuela e as ilhas que fazem parte do território banhado pelo Mar do Caribe, segundo dados apresentados no documento do ICOMOS pelos pesquisadores Jay B. Haviser, presidente da Associação Internacional de Arqueologia do Caribe.

Os países onde se concentram os sítios arqueológicos e que foram até o momento, inventariados, são: Porto Rico, República Dominicana, Cuba, Haiti e Jamaica. Na região sul do Caribe, que abrange a área da Venezuela, o arquivo Nacional da Venezuela inventariou até o ano de 2005 mais de 650 sítios de arte rupestre que possuem tanto pinturas, quanto gravuras.

Os estudos realizados na área costeira do Caribe, que abrange Guiana, Guiana Francesa e Suriname, foram inventariados recentemente e apresentam números baixos em

relação aos sítios de arte rupestre, sendo em sua maioria, de gravuras, totalizando não mais de 80 sítios.

Os sítios encontrados na região da costa do Caribe e que fazem parte da América do Sul, apresentam muitas figuras de zoomorfos, antropomorfos e também figuras geométricas. Os desenhos encontrados são muito similares aos demais encontrados na região banhada pelo mar do Caribe. As cores utilizadas variam muito de acordo com a região e a presença de rochas, que possivelmente serviam de base para os pigmentos. Frequentemente encontram-se pinturas vermelhas, marrons, pretas e algumas vezes brancas. O estudo das cores que aparecem nas pinturas nas regiões caribenhas se torna interessante à medida que as datações dos painéis vão sendo realizadas, e a partir disto, nota-se a evolução das misturas e resultados de cores novas que foram sendo inseridas nos painéis.

Fazendo usos dos dados disponibilizados pelo relatório do ICOMOS nota-se que, em todos os países relacionados neste item, existe a necessidade e a urgência de se pensar em soluções para as questões que envolvem a conservação dos sítios de arte rupestre. Um dos fatores mais evidentes é a situação econômica dos países, que em seus orçamentos não disponibilizam recursos para atender à demanda de preservação do patrimônio. Em suma, a proteção legal, com aparatos legislativos, não existe. O que os pesquisadores das áreas de potenciais arqueológicos sugerem, é que sejam investidos recursos financeiros em programas educativos, que visem à gestão e a proteção dos sítios quais sejam: inserir as comunidades no processo de preservação, tendo-as, assim, como aliadas.

Na maioria dos países, existe algum órgão público que é responsável pelo patrimônio arqueológico, no entanto, o documento do ICOMOS não define quais são. Em alguns casos, empresas privadas mantêm a tutela e a salvaguarda dos sítios de arte rupestre, como ONGs ou instituições que fazem pesquisa privada. A integridade física destes sítios que fazem parte da região caribenha e os modelos de conservação aplicados a eles se diferem claramente. Isto se deve justamente ao fator, anteriormente dito, relativo aos recursos financeiros disponibilizados para a gestão.

Alguns países dessa região possuem vínculos governamentais com países europeus: França, Holanda e Inglaterra, que ainda mantêm as rédeas administrativas. E por outro lado, há os países que conquistaram sua independência e não possuem mais esse vínculo administrativo europeu. Os territórios dependentes, que se totalizam 11, contam com a experiência e a consultoria das técnicas de conservação dos países a que estão vinculados,

para a sua aplicação nos sítios de arte rupestre. Enquanto os países independentes, que são 13, possuem suas limitações financeiras e contam apenas com diagnósticos de especialistas locais e na maioria das vezes, não se executam trabalhos referentes à manutenção da integridade dos sítios.

Os principais agentes que colocam em risco os sítios de arte rupestre são as ameaças naturais, como os terremotos, os vulcões e também os furacões que são comuns na região do Caribe. Além destes riscos mais eminentes, há também a ação de degradação natural das rochas, crescimento desordenado da vegetação, infestação de insetos e fungos e a deposição da poeira, que acaba por esconder as gravuras e pinturas.

O turismo mal gerenciado, muitas vezes sem um plano de manejo, que ofereça guias para acompanhar o visitante, favorece a depredação dos sítios, bem como, o furto ou vandalismos dos espaços com pichações e roubos. Alguns dos mais proeminentes tipos de destruições foram verificados nos sítios da Republica Dominicana no Borbon e Cueva de lãs Maravillas. No entanto, há também casos bem sucedidos de desenvolvimento do turismo em sítios de arte rupestre da região, como *ParcArchéologique de TroisRivières*, em Guadalupe.

Um dos problemas apontados pelo ICOMOS também na região caribenha, assim como na América Central, é que a melhoria de rodovias e estradas beneficia o acesso aos sítios de arte rupestre, facilitando assim a degradação dos sítios, por usos desregrados e atos de vandalismo. Mais uma vez, a necessidade programas educacionais sobre a importância da preservação deste patrimônio arqueológico é o que poderia abrandar as ameaças antrópicas que se sobressaem no quesito contra a preservação.

1.3.5. Os Sítios de Arte Rupestre Colombianos

Até o ano de 2006 estavam inventariados na Colômbia 5899 sítios de registros rupestres, entre gravuras e pinturas, distribuídos entre os 26 estados colombianos. A existência de uma organização que tomou a frente das pesquisas arqueológicas desde os anos 70 foi responsável pelos inventários, estudos e conservação destes sítios. A organização, intitulada Grupo de Investigación de Arte Rupestre - GIPRI³¹ é uma ONG colombiana associada ao IFRAO e ao ICOMOS.

³¹<http://www.gipri.net/>

Ainda na década de 70, visando solidificar cientificamente os estudos da história cultural nacional, o GIPRI elabora suas primeiras estratégias, tanto teóricas como metodológicas, para construir o banco de dados das áreas de registro rupestre no país.

Esta primeira etapa, de 1970 a 1985, consistiu da elaboração das primeiras fichas referentes à parte do campo, criando, assim, os critérios para os estudos e revisando os relatos de historiadores que por ventura fizeram referência ao tema da arqueologia. De 1986 a 1991, a campanha do GIPRI se direcionou à correções de erros cometidos nos estudos anteriores, organizando a base de dados e diferentes estruturas metodológicas para posterior socialização, entre elas estão: fotografias, croquis dos sítios de arte rupestre, mapeamentos de áreas de potencial arqueológico e detalhamento das condições de conservação dos sítios.

A lei do patrimônio que está vigente na Colômbia protege apenas as áreas de potencial para escavações e artefatos, como estátuas. Não há uma aplicabilidade da lei para os sítios de arte rupestre. O Estado não volta sua atenção para ter conhecimento deste patrimônio e tão pouco, os conselhos consultivos que gerem esta parte cultural da Colômbia, possuem experiência com o tema. Poucas expedições tiveram algum representante da esfera pública. Segundo o estudo do ICOMOS, o Estado não tem experiência necessária para organizar uma lei que tenha disposições específicas para a proteção dos sítios. É citado no documento do ICOMOS o caso da rocha chamada de San Agustin, que contém uma gravura importante localizada na região de Huila, qual foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade. Até o ano de 2006 não tinha sido elaborado nenhum plano de manejo ou plano gestor para estas áreas de arte rupestre.

Aparentemente não há na Colômbia um histórico de conservação dos sítios de arte rupestre, a não ser os inventários realizados pelo GIPRI. O que vem se utilizando como forma de proteção, enquanto medidas educativas ou de planejamento de socialização, é a não divulgação pública da localização exata dos sítios. Algumas células políticas já discutem a necessidade da promoção deste patrimônio e admitem que o conhecimento possa levar à proteção. Há um conflito entre os grupos pesquisadores e as entidades políticas da Colômbia. O que o relatório sobre a Colômbia denuncia neste caso específico é que as publicações de acesso aos sítios estão sendo pensadas antes de se planejar estratégias e estudos direcionados às formas de proteção da arte rupestre.

Quanto aos agentes naturais da deterioração, o GIPRI tem desenvolvido algumas formas que podem ser usadas para avaliar o nível de degradação e alteração da rocha e seu

contexto físico. São dados que descrevem as condições atuais da integridade das rochas e que servem para ações futuras sobre os melhores métodos para conservação do suporte. O GIPRI tem desenvolvido experiências nos sistemas de registro e aplicação contínua de novas tecnologias para documentar a arte rupestre.

Atualmente deu-se início a um processo de digitalização de fotografias de alta resolução que permitem ver a olho nu, aspectos sobre as pinturas e gravuras que haviam passado despercebidos. A partir desta digitalização, o GIPRI almeja dar início a uma investigação de reconstrução digital dos sítios que estão em estado de degradação avançado sob a ameaça e o risco do desaparecimento.

1.3.6. Os Sítios de Arte Rupestre em Equador, Peru, Bolívia, e Paraguai

O diagnóstico geral, organizado sobre os sítios de arte rupestre nos países que fazem parte da América do Sul, como, Equador, Peru, Bolívia e Paraguai, foi sintetizado no estudo do ICOMOS por Matthias Strecker, presidente da Sociedade de Investigação de Arte Rupestre da Bolívia (SIARB). O texto é estruturado a partir do panorama geral dos inventários e do número de sítios divulgados até a elaboração do estudo do ICOMOS. Por último, o texto trata da gestão e da conservação dos sítios de arte rupestre no âmbito geral dos quatro países.

O autor Matthias Strecker relata que poucos estudos foram realizados até 2006 nos sítios de arte rupestre do Equador e que os inventários realizados até aquela data, apresentavam apenas sítios com gravuras, sem a presença de pinturas. Poucos sítios foram encontrados, quando comparado em números com os inventários dos países vizinhos. As gravuras apresentam formas de antropomorfos e zoomorfos e também desenhos abstratos. Os inventários destes sítios começaram no ano de 2000, quando a Universidade de Loja iniciou um projeto de investigação e documentação destes sítios, com o intuito de preservar os sítios de arte rupestre existentes na região onde se localiza a universidade. Como as pesquisas são muito recentes e a proteção ainda muito escassa, os sítios sofrem com as depredações e vandalismos antrópicos.

No Peru as pesquisas dos sítios e inventários de arte rupestre tiveram início no século XX. O número mais recente de sítios inventariados é a publicação do pesquisador Hostnig no ano de 2003, totalizando cerca de 900 sítios, incluindo pinturas e gravuras e geoglifos. Nazca é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela enorme concentração de

geoglifos encontrados em sua superfície e representa um papel importante no desenvolvimento da indústria do turismo Peruano.

Na Bolívia, foram cadastrados mais de mil sítios de arte rupestre nas regiões mais altiplanas e nos vales. Poucos foram os sítios encontrados na região que a Bolívia está inserida na Amazônia tropical. São sítios de pinturas e também gravuras. Os sítios estão dispersos pelo território boliviano, precisamente em nove estados e a SIARB, fundada em 1987, publicou um expressivo código de Ética para a proteção dos sítios, onde proíbe os atos de depredação contra os sítios, bem como, proíbe que sejam divulgadas em mídias populares as localizações exatas dos sítios de arte rupestre, enquanto não há meios de protegê-los intensivamente.

Os sítios existentes no Paraguai possuem uma única publicação científica que data de 1984 e na qual podem ser baseados os estudos arqueológicos. O universo mítico ainda é o que se divulga em livros escolares e revistas. A arte rupestre é conhecida no Paraguai como “inscrições rúnicas” e a maioria da população crê, segundo o relatório do ICOMOS, que as gravuras encontradas no país tratam-se de obras dos povos vikings e celtas que teriam visitado a América.

De um modo geral os sítios de arte rupestre, que em alguns casos foram preservados ao longo de milhares de anos, encontram-se hoje em situação de vulnerabilidade devido aos fatores naturais de deterioração, tais como: umidade, intemperismo físicos e biológicos, mudanças climáticas. A destruição antrópica é apontada como o fator mais agravante da degradação dos sítios de arte rupestre nos países citados neste tópico.

Como acontece em várias regiões citadas anteriormente neste capítulo, em teoria os sítios de arte rupestre são protegidos por legislações locais, principalmente os que possuem como diferencial o reconhecimento como parte do patrimônio cultural da humanidade. No entanto, a realidade é muito diferente por causa da falta de aplicação das leis existentes. Poucas áreas arqueológicas receberam proteção adequada nestes países e o desenvolvimento de uma gestão do patrimônio arqueológico ainda é embrionária. Apenas na Bolívia e no Peru criaram-se parques arqueológicos, porém, estes não oferecem nenhum suporte administrativo de proteção, o que os tornam convidativos para o turismo desregrado e não consciente. Em alguns casos específicos a proteção acontece, como nos sítios peruanos de Nazca, nas áreas das gravuras de Toro Muerto (Arequipa) e Miculla (Tacna).

Enquanto há esta deficiência de políticas, sejam locais, estaduais ou nacional, voltadas para a proteção e socialização dos sítios de arte rupestre, o papel das instituições privadas e de especialistas vem a ser crucial na realização de projetos de longo prazo de conservação e administração nas áreas de potencial arqueológico. Dentre os 4 países, apenas a Bolívia possui uma organização privada que colabora com as autoridades locais na preservação da arte rupestre nos parques arqueológicos, que é a já citada, SIARB.

Estima-se no estudo do ICOMOS, a existência de 300 sítios de arte rupestre nas regiões do Equador, Peru, Bolívia e Paraguai. Notou-se, também, um aumento significativo da descoberta de novos sítios no Peru e na Bolívia e que nesses dois países há um envolvimento maior do poder público e da sociedade civil para sua proteção. Já no Equador e no Paraguai, não existem pesquisas sistemáticas dos sítios de arte rupestre. Inventários ou pesquisas científicas ainda não são tão desenvolvidos nestas áreas. O principal problema apontado pelo diagnóstico do ICOMOS é a falta de recursos financeiros para pesquisa, cadastro e preservação do patrimônio cultural e a falta de formação de arqueólogos locais.

1.3.7. A Gestão dos Sítios de Arte Rupestre na Argentina, no Chile e Uruguai

As pesquisas sobre os sítios de arte rupestre na Argentina iniciaram-se no final do século XIX. Até 1986, 1500 sítios haviam sido identificados na Argentina. Desde então foram elaborados inúmeros projetos para inventariar as áreas de potencial arqueológico na Argentina. Aos fins de 2001 foi publicado o "Mapa de Arqueologia e Catálogo de Arte Rupestre", documentando os sítios de arte nas áreas Andinas.

A universidade de Buenos Aires promoveu o PAR – Programa de Arte rupestre e organizou um banco de dados que ultrapassava o número de 2000 sítios. Atualmente a Administração dos Parques Nacionais (APN) desenvolve o programa de manejo dos recursos culturais e uma das linhas de atuação se concentra na investigação, conservação e difusão do patrimônio, como estratégias de preservação. É possível estimar que atualmente, cerca de 4000 sítios de arte rupestre já estejam identificados na Argentina e dispersos em sua maioria pelas regiões Andinas e da Patagônia.

A Argentina apresenta um recente aparato legislativo quanto à proteção do patrimônio cultural. Consta do documento do ICOMOS a menção à Lei nº 25.743 de 2004, a qual se refere diretamente à Proteção do Patrimônio Arqueológico e Paleontológico. No que tange às

instituições envolvidas na proteção do patrimônio arqueológico estão listadas: Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latino americano (INAPL), Secretaria de Cultura da Nação; APN, e a Comissão Nacional de Museus e de Monumentos e Lugares Históricos.

Na região que pertence ao território do Chile, cerca de 4000 sítios de arte rupestre estão cadastrados e identificados junto ao Museu Arqueológico São Miguel de Azapa que compartilha as pesquisas e os dados encontrados com a Universidade de Tarapaca. Há também uma Lei homologada no Chile que diz respeito ao patrimônio arqueológico e que protege os sítios de arte rupestre. É a lei de Monumentos, N° 17.288 de 1970 que na década de noventa foi subsidiada pelo Decreto Supremo N° 484 do Ministério da Educação que regulamenta sobre as Escavações e Pesquisas Arqueológicas, Antropológicas e Paleontológicas.

No Uruguai as pesquisas que investigam o potencial arqueológico da região se desenvolvem desde os anos 70. Porém, não houve uma compilação dos dados. Há cerca de 10 anos, as pesquisas se intensificaram no Norte do país e centenas novos sítios de arte rupestre foram identificados, porém não inventariados. Há muitas pesquisas realizadas de forma independente no Uruguai, tornando-as assim vulneráveis perante os questionamentos científicos. Não há um número, nem aproximado, da arte rupestre encontrada no Uruguai. Um dos problemas apontados pelo estudo do ICOMOS é a ausência da atuação de especialistas em arte rupestre no currículo do curso de Arqueologia nas universidades. Não há uma lei específica de proteção do Patrimônio Cultural no Uruguai. As leis que se aplicam à proteção do patrimônio, dizem respeito ao meio ambiente e à preservação de áreas naturais, abrangendo dessa forma, indiretamente, a proteção dos sítios de arte rupestre, por estes estarem associados às áreas naturais. Os problemas que atingem a conservação destas áreas de sítios rupestres, não são novidades, pois os fatores se assemelham a todos outros locais: agentes naturais que atuam sobre os sítios em áreas abertas e as ações antrópicas, sendo este último, sempre, de maior impacto que os próprios agentes naturais.

Atualmente tem se pensado na criação de planos de manejo e gestão, para as áreas de sítios de arte rupestre nos três países, que devem incluir a documentação dos sítios, projetos de interpretação e socialização, sinalizações explicativas, construção de passarelas que garantam a acessibilidade e cercas para proteção das pinturas e investimentos na formação de guias e tutores para acompanhar os visitantes as áreas de concentrações arqueológicas.